

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO MOVIMENTO
HUMANO – MESTRADO/DOCTORADO**

ESTER LIBERATO PEREIRA

**AS PRÁTICAS EQUESTRES EM PORTO ALEGRE: percorrendo o processo
da esportivização**

Porto Alegre

2012

ESTER LIBERATO PEREIRA

**AS PRÁTICAS EQUESTRES EM PORTO ALEGRE: percorrendo o processo
da esportivização**

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em
Ciências do Movimento Humano da
Escola de Educação Física da
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul, como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em Ciências
do Movimento Humano.

Orientadora: Prof. Dra. Janice
Zarpellon Mazo

**Porto Alegre
2012**

CIP - Catalogação na Publicação

Liberato Pereira, Ester
AS PRÁTICAS EQUESTRES EM PORTO ALEGRE:
percorrendo o processo da esportivização / Ester
Liberato Pereira. -- 2012.
156 f.

Orientadora: Janice Zarpellon Mazo.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Programa
de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano,
Porto Alegre, BR-RS, 2012.

1. Hipismo. 2. Turfe. 3. Práticas Equestres. 4.
História. 5. Porto Alegre. I. Zarpellon Mazo, Janice,
orient. II. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

REITOR

Carlos Alexandre Netto

VICE-REITOR

Rui Vicente Oppermann

DIRETOR DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Vicente Molina Neto

VICE-DIRETOR DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Alberto Reinaldo Reppold Filho

CHEFE DA BIBLIOTECA SETORIAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Naila Touguinha Lomando

CIP - Catalogação na Publicação

Liberato Pereira, Ester

AS PRÁTICAS EQUESTRES EM PORTO ALEGRE:
percorrendo o processo da esportivização / Ester
Liberato Pereira. -- 2012.
156 f.

Orientadora: Janice Zarpellon Mazo.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal
do Rio Grande do Sul, Escola de Educação
Física, Programa de Pós-Graduação em Ciências do
Movimento Humano, Porto Alegre, BR-RS, 2012.

1. Hipismo. 2. Turfe. 3. Práticas Equestres. 4.
História. 5. Porto Alegre. I. Zarpellon Mazo, Janice,
orient. II. Título.

*Dedico ao meu avô, Josemir Liberato (in memoriam), que
me instigou a conservar, desde a infância, a amizade
pelos cavalos e rememorá-la pela vida afora.*

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas atravessam a trajetória da realização de uma pesquisa colaborando com ideários, reflexões, instigações e interrogações. Vislumbro, aqui, a oportunidade para prestar os devidos agradecimentos e reconhecimentos aos colaboradores fundamentais deste trabalho.

Início agradecendo pela contribuição de maior relevância: à orientadora, a Prof.^a Dr.^a Janice Zarpellon Mazo, que não poupou esforços para indicar-me as direções dos caminhos a traçar. A professora, desde meu Trabalho de Conclusão de Curso da Graduação, acredita e incentiva-me a trabalhar com o tema pelo qual tenho paixão e o qual me move, me motiva demais. Da mesma forma, também a agradeço pela confiança em mim depositada de que uma boa pesquisa seria realizada. Sem dúvidas, atributos seus como comprometimento, disciplina e dedicação continuarão a representar, para mim, um modelo a perseguir, além de sua visão para além da pesquisa, como a orientação para a vida discente e a formação docente.

Agradeço aos professores e aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano (PPGCMH/ESEF/UFRGS). De forma especial, sou muito grata ao Prof. Dr. Marco Paulo Stigger, que me apresentou as noções iniciais acerca do processo de esportivização e contribuiu muito na fase de qualificação do estudo com suas colocações; ao Prof. Dr. Arlei Sander Damo, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH/UFRGS) e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFRGS), que expandiu minha visão para com meu objeto de estudo e também colaborou muito na etapa de qualificação da pesquisa com suas sugestões e seu parecer; e ao Prof. Dr. João Carlos Jaccottet Piccoli, da Feevale, que colaborou para com o melhoramento do trabalho.

Sou muito agradecida, também, às bibliotecárias da Biblioteca Edgar Sperb (ESEF/UFRGS), bem como aos funcionários da secretaria do PPGCMH, especialmente ao André Santos, que além da disponibilidade, atenção e comprometimento, trabalha continuamente com muita disposição e simpatia.

Registro meu agradecimento, ainda, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que, com seu auxílio

financeiro por meio de uma bolsa de pesquisa, concedeu-me a oportunidade de dedicar-me apenas aos estudos.

Reconheço e agradeço muito, além disto, ao grupo de pesquisa Núcleo de Estudos em História e Memória do Esporte e da Educação Física (NEHME), de maneira especial aos colegas: Vanessa Bellani Lyra, Carolina Dias, Cecília Elisa Kilpp, Tiago Oviedo Frosi e Sérgio Roberto de Brito Martini, pelos saberes compartilhados, e Carolina Fernandes da Silva, que, muito mais do que colega e amiga, tornou-se família e me proporcionou apoio irrestrito, nos momentos de conquistas e nas ocasiões difíceis.

Agradeço muito às colaboradoras Petra Garbade, Olga Calçada Weinheber e Grace Mara Mariath Chagastelles, pelas esclarecimentos sobre as associações, clubes e materiais partilhados.

Sou muito grata à minha família, especificamente à minha mãe, Jane de Assisi Liberato Pereira, ao meu pai, Nelso Pereira, e ao meu irmão, Davi Liberato Pereira, estimuladores e fonte de inspiração e coragem, os quais me ajudam muito para conservar-me firme nos meus objetivos e sonhos. A Laura Camboim Dentzien Dias, mais que uma amiga, é uma irmã, suporte para todos os momentos.

Sinto-me muito agradecida a Marco Danguí Pinheiro, então Secretário Geral da Federação Gaúcha de Esportes Equestres, o qual permitiu o contato com a documentação da entidade nos acervos da mesma. Da mesma maneira, agradeço a Adriana Ávila, Assessora do Departamento de *Marketing* do *Jockey Club* do Rio Grande do Sul, a qual esteve pronta a ajudar no acesso às informações existentes no acervo do local.

Apono meu agradecimento, também, ao Coronel da Brigada Militar Valmor Araújo Mello, o qual me indicou os caminhos até o Museu da instituição, e ao Major Leandro Andreoli Balen, então Comandante do 4º Regimento de Polícia Montada da Brigada Militar (Regimento Bento Gonçalves), que me disponibilizou materiais do acervo da instituição. Reconheço e agradeço muito, ainda, ao Tenente Anselmo Neetzow, do Exército Brasileiro, então responsável pelo setor de Museologia do 3º Regimento de Cavalaria de Guarda (Regimento Osório), o qual me permitiu o acesso a fontes.

A todos, muito obrigada!

*“Meu objetivo é deixar o mundo sabendo que é um lugar
melhor para cavalos e pessoas do que aquele que
encontrei” (ROBERTS, 2003, p. 341).*

RESUMO

As práticas equestres, em especial, o hipismo, estão relacionadas com a configuração do cenário sociocultural de Porto Alegre, bem como, do estado do Rio Grande do Sul. O cavalo, para a identidade do sul-rio-grandense, representa um de seus símbolos, uma vez que sempre se associaram, ao longo da história do Rio Grande do Sul. A parceria entre homem e animal está presente, também, nos momentos de lazer e diversão. Desde as primeiras manifestações do fenômeno do associativismo esportivo em Porto Alegre, por volta da segunda metade do século XIX, já ocorriam, na cidade, práticas esportivas que abarcavam a participação do cavalo, como as corridas de cavalos, conhecidas como “carreiras em cancha reta”, e o turfe, corridas de cavalos em pista circular/elíptica. Novas práticas equestres emergem nos quartéis no início do século XX: pólo equestre, caça à raposa, volteio e hipismo, onde o salto constitui a prática mais divulgada. O presente estudo tem por objetivo compreender como se sucedeu a esportivização das práticas equestres em Porto Alegre, em particular do salto do hipismo, nas décadas de 1920 a 1940. Para a realização desta pesquisa histórica, utilizaram-se fontes impressas, tais como atas de entidades do turfe e do hipismo, a Revista do Globo e os jornais “Correio do Povo”, “Diário de Notícias”, “A Federação” e “Gazeta de Porto Alegre”. As fontes revelaram que, no contexto predominantemente rural, em Porto Alegre, na segunda metade do século XIX, emergiram as primeiras práticas equestres com elementos de esportivização. Dentre estas, destacam-se o turfe e o hipismo como exemplos de práticas equestres que desenvolveram propriedades características de esporte moderno. Neste processo, as mulheres foram de espectadoras, no turfe, a praticantes, no salto.

Palavras-chave: Hipismo. Turfe. História.

ABSTRACT

Equestrian practices, in particular, horse riding, are related to Porto Alegre's sociocultural context configuration, as well as Rio Grande do Sul's. The horse is one of the symbols for Rio Grande do Sul's identity, since they have always been associated throughout this state's history. Thus, it would not be surprising that such a partnership between man and animal was also present in moments of leisure and fun. Therefore, since the earliest manifestations of the sportive association phenomenon in Porto Alegre, in the second half of the nineteenth century, there already were sportive practices which counted with horse's participation such as horse races known as 'straight line horse races' and turf, circular/elliptical horse races. New equestrian practices emerged in the barracks in the early twentieth century: equestrian polo, fox hunting, vaulting and horse riding, where show jumping is the most widespread practice. Considering this background, this study aims to understand how sportivization process of equestrian practices happened in Porto Alegre, in particular of show jumping, in the decades from 1920 to 1940. In order to accomplish this historical research, documentary and printed sources have been used, such as turf and show jumping entities' minutes, Revista do Globo magazine, and the newspapers "Correio do Povo", "Diário de Notícias", "A Federação", and "Gazeta de Porto Alegre". The sources have revealed that, in a predominantly rural context in Porto Alegre, in the second half of the nineteenth century, the first equestrian practices with sportivization elements have emerged. Among these, we highlight turf and show jumping as examples of equestrian practices which have developed all the characteristic properties of modern sport. In this process, from spectators in turf, women became practitioners in show jumping.

Keywords: Horse Riding. Turf. History.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Caminhos metodológicos	19
2 UMA APROXIMAÇÃO ENTRE AS PRÁTICAS EQUESTRES E A PERSPECTIVA DA HISTORIA CULTURAL.....	25
3 OS VESTÍGIOS DA ESPORTIVIZAÇÃO DAS PRÁTICAS EQUESTRES	50
3.1 A prática do hipismo e o pioneirismo militar	67
4 PRÁTICAS EQUESTRES: lazer e esporte	73
4.1. A presença das mulheres: da assistência à prática	85
5 HIPISMO NOS CLUBES: uma prática esportiva incorporada pelos civis	101
5.1 A organização da Federação Hípica Sul-Rio-Grandense	112
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
REFERÊNCIAS.....	138

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo trata de práticas culturais que estão relacionadas com a configuração do cenário sociocultural de Porto Alegre, bem como, do estado do Rio Grande do Sul: as práticas equestres e, dentre estas, em especial, o hipismo. O Brasil caracteriza-se como um país que possui conhecimentos e tradições equestres desde o século XVII, quando torneios equestres passaram a ser realizados a partir da ocupação holandesa no nordeste brasileiro (ROESSLER; RINK, 2006; TORRES, 2008). Neste mesmo período, no estado do Rio Grande do Sul, já havia redutos de criação de cavalos nas denominadas reduções jesuíticas, onde os indígenas tiveram seu primeiro contato com estes animais, passando a utilizá-los, paulatinamente, como meio de transporte, tração, auxiliar da caça, de disputas por territórios e montaria (RUBERT, 1998).

A institucionalização das práticas equestres somente ocorrerá no princípio do século XIX. O turfe, por exemplo, conforme Melo (1998), foi, possivelmente, a primeira prática esportiva (no sentido moderno) a realmente se instituir no Brasil, mais precisamente no Rio de Janeiro, consistindo, ainda, naquela que apresentou primeiramente uma organização mais estruturada e uma intensa inclusão social. No contexto do Rio Grande do Sul, no estudo de Mazo (2003), foi evidenciado que, por volta da segunda metade do século XIX, na área do lazer da população, ainda se destacavam as corridas de cavalo conhecidas por “carreiras em cancha reta”. Tais carreiras constituíam o passatempo preferido dos sul-rio-grandenses campeiros.

Por sua vez, a organização da equitação¹ com base em aspectos e características de práticas esportivas, passou a ser mais evidente nas instituições militares do Rio de Janeiro desde 1810 (FERREIRA, 1999). Dentre as práticas da equitação, está o hipismo, que se constituiu em um esporte olímpico, mas também engloba atividades de lazer, segundo Roessler e Rink (2006).

Assim como o hipismo, que possui uma entidade própria em âmbito nacional, a Confederação Brasileira de Hipismo (CBH), outras práticas

¹ Neste estudo, compartilhamos do entendimento de “equitação” de Roessler e Rink (2006, p.1), os quais a definem como “atividades esportivas e de lazer desenvolvidas pelo conjunto ser humano/cavalo, sempre que o primeiro estiver sobre o dorso do segundo”.

equestres são reconhecidas pela Federação Equestre Internacional (FEI), a saber: rédeas, volteio, enduro, atrelagem, saltos, adestramento, concurso completo de equitação (CCE) e especial (paralímpica). Todavia, os esportes que integram o programa dos Jogos Olímpicos ou dos Jogos Pan-Americanos são os seguintes: saltos, adestramento, concurso completo de equitação (CCE) e especial (paralímpica). Conforme Vieira e Freitas (2007), a modalidade do salto constitui a prática mais divulgada do hipismo. Isto se confirma a partir das fontes, onde o salto foi a prática destacada, havendo silêncios sobre as demais práticas componentes do hipismo.

O salto no hipismo consiste em uma prova realizada em pista de areia ou grama, na qual o conjunto, composto pelo atleta e cavalo, deve transpor de 10 a 15 obstáculos, com o intuito de finalizar a passagem sem cometer faltas como, por exemplo, sem derrubar nenhum obstáculo, no menor tempo possível (VIEIRA; FREITAS, 2007). Contudo, longe de reduzir tal prática esportiva às referidas circunscrições, ofuscando sua variedade, a definição apresentada anteriormente tem o intuito apenas de fornecer uma breve ideia do que trata o salto do hipismo. Isto porque partilhamos do pensamento de Stigger (2005) de que a compreensão de realidades e práticas socioculturais, tais como o esporte, não pode conformar-se com a limitação a um conceito prévio e rigidamente estabelecido. Nesta direção, entende-se, em linhas gerais, o salto do hipismo, como um fenômeno cultural que apresenta uma diversidade peculiar à apropriação que lhe é conferida de acordo com o contexto sociocultural e o momento histórico a que esteja associado.

Na pesquisa de Mazo (2003), foi demonstrado que, desde as primeiras manifestações do fenômeno do associativismo esportivo em Porto Alegre, por volta da segunda metade do século XIX, já ocorriam, na cidade, práticas esportivas que abarcassem a participação do cavalo. Como exemplos, citam-se as corridas de cavalos, conhecidas como “carreiras em cancha reta”, e o turfe, que também são corridas de cavalos, mas em uma pista circular/elíptica.

O cavalo, para a identidade do sul-rio-grandense, representava um de seus símbolos, bem como é atestado por Lemos e Carvalho (1919), no texto intitulado “O Cavallo”, que compõe o primeiro capítulo do álbum “Rio Grande do Sul Sportivo”. Neste texto introdutório, os autores (1919) registraram que: “Nos torneios gaúchos, nas cavalladas, nas corridas, o cavalo é fator primacial do

gozo dos filhos do Rio Grande” (p. 3). Além disto, não somente no âmbito estadual, como também nacional, a presença do cavalo em atividades de lazer e esporte, por meio dos chamados “jogos de cavalheiros”, fazia-se sentir significativamente já na segunda metade do século XIX (DEL PRIORE, 2009).

Em meio à tradição sul-rio-grandense de uma elite rural na criação e aperfeiçoamento de raças de cavalos, aliada ao acompanhamento do processo de desenvolvimento da cidade e de sua população, as primordiais carreiras de cancha reta favoreceram a fundação dos primeiros hipódromos (prados) de Porto Alegre. As primitivas disputas, assim, cederam lugar ao turfe, as corridas de cavalos como conhecemos atualmente (PEREIRA; MAZO; LYRA, 2010). Tal prática esportiva equestre teve seu período áureo, na cidade, na década de 1890, com importantes competições prestigiadas pela elite luso-brasileira porto-alegrense e por autoridades políticas, civis e militares da época. Ao tornarem-se o espaço preferencial da elite porto-alegrense, os hipódromos passaram a mobilizar, inclusive, as mulheres, as quais passaram a frequentá-los. Desde seus primórdios, contudo, o turfe porto-alegrense, em razão de sua origem aristocrática patriarcalista rural luso-brasileira, limitava a participação das mulheres à assistência.

A existência simultânea de quatro hipódromos possibilitou o desenvolvimento do turfe sul-rio-grandense, o qual passou a configurar-se como um dos principais espetáculos esportivos no início do século XX, em Porto Alegre. No entanto, desde o final da década de 1890, já era expresso um forte empenho para modernizar a cidade, e a prática aristocrática e rural do turfe já não fazia mais parte deste movimento. Ao contrário, esportes como o remo e o futebol, por exemplo, encarnavam a modernidade burguesa.

Assim, o turfe porto-alegrense partiu da pluralização de seus quatro hipódromos concomitantes para a unificação, tendo concentradas suas atividades em somente um Prado, por meio da constituição de uma sociedade, na primeira década do século XX, que, além de abarcar símbolos e comportamentos, promovia e respeitava a prática turfística como um esporte: a Associação Protetora do Turfe. Desta forma, pela primeira vez, a organização em torno desta prática esportiva equestre passa a configurar-se como uma expressão do associativismo esportivo, além de constituir-se em um espaço de

afirmação da identidade luso-brasileira (PEREIRA, 2008; PEREIRA; SILVA; MAZO, 2010).

Durante um longo período, o associativismo esportivo desempenhou papel central na expressão das identidades culturais dos imigrantes e seus descendentes, como também foi um meio de demarcação do espaço sociocultural em Porto Alegre, de acordo com Mazo (2003). Já no início do século XX, as associações esportivas desempenhavam tal papel, de forma destacada, na cidade. É neste período, que, enquanto a prática turfística apenas mantinha-se existente, sem mais registrar seu prestígio outrora conquistado, outra prática equestre passava a imprimir, de forma mais consistente, seus primeiros passos na urbe. Trata-se do salto do hipismo, a qual, inicialmente, estava restrita aos âmbitos militares da cidade, a fim de melhor preparar e condicionar seus cavalos e cavaleiros para exercer o policiamento ostensivo montado na capital do Estado. Posteriormente, a partir do final do primeiro quarto do século XX, de forma paulatina, o salto do hipismo passa a ter seu acesso expandido oficialmente à população civil também, por meio da fundação de sociedades e clubes (SOCIEDADE..., 1931).

Em algumas fontes, como, por exemplo, na Revista do Globo, acessada por meio do catálogo organizado por Mazo (2004), foram identificados os primeiros indícios de uma sociedade que, além de promover a prática do salto do hipismo, permitia o acesso da população civil de Porto Alegre a este esporte: a Sociedade Hípica Rio-Grandense, fundada em 1925. O salto do hipismo, inclusive, não encontrava resistência em já compor parte das atividades de instrução das mulheres, em especial daquelas pertencentes às camadas ligadas às elites econômicas.

Posteriormente, na década de 1930, observou-se um crescimento da prática na cidade com a fundação de novas associações esportivas promotoras do salto do hipismo. Até que, com a fundação da Federação Hípica Sul Rio-Grandense (FHSRG) – atual Federação Gaúcha de Esportes Equestres (FGEE) – na década de 1940, situada em Porto Alegre, a prática do esporte hípico passa a ser dirigida e intensificada. A FGEE emerge com o intuito de inaugurar uma nova fase no processo de construção e desenvolvimento das práticas equestres não só na capital, como em todo o estado do Rio Grande do Sul (FONTANA, 1946).

Perante este contexto, o presente estudo tem por objetivo compreender como se sucedeu a esportivização das práticas equestres em Porto Alegre, em particular do salto do hipismo, nas décadas de 1920 a 1940. A pesquisa limita-se a Porto Alegre, uma vez que a capital constituiu o centro das atividades hípicas do Estado no período do estudo. O referido recorte temporal, por sua vez, justifica-se pela fundação da primeira associação esportiva a promover a prática do salto do hipismo na cidade na década de 1920, e estende-se até a década de 1940, quando é organizada a Federação Hípica Sul Rio-Grandense (atual FGEE).

Os pressupostos teórico-metodológicos da História Cultural, bem como as ideias de Elias, Dunning e Guttmann acerca do esporte moderno e da esportivização, orientaram os caminhos do estudo, percorridos, principalmente, com base nas noções de práticas e representações. Na presente pesquisa, as práticas equestres foram tratadas como práticas culturais que produzem representações. Além disto, das representações estabelecidas por tais práticas podem ou não insurgir outras manifestações culturais identificadas ou identificadoras dos grupos sociais.

Inscrevendo-se este nas dimensões de um estudo histórico, procurou-se contemplar o objetivo proposto por meio de uma coleta de informações em fontes impressas. A pesquisa documental foi realizada no arquivo das sociedades, clubes, regimentos, do *Jockey Club* do Rio Grande do Sul e da Federação Gaúcha de Esportes Equestres em seus documentos oficiais, tais como: álbuns, discursos, atas e relatórios. Também foram pesquisados os principais jornais que circulavam entre as décadas de 1920 a 1940 na cidade, classificando as notícias veiculadas nestes a partir do editorial, da reportagem e do conteúdo. A referência básica para a coleta e tratamento das fontes históricas foi o livro organizado por Pinsky (2010).

Para a pesquisadora, o tema das práticas equestres tem uma relevância pessoal, pois a mesma possui um histórico de prática esportiva no salto do hipismo e, esta vivência, desencadeou a necessidade de conhecer, com mais profundidade, o processo de construção deste esporte que originou a sua configuração atual.

Destaca-se que, atualmente, a capital do Estado sedia, uma vez por ano, dois dos principais eventos do calendário nacional deste esporte: o

Festival Hípico Noturno da Brigada Militar – o mais antigo evento hípico noturno do país - e o *The Best Jump* – um dos mais relevantes da América Latina, válido como classificatória para a Copa do Mundo de Hipismo e para os Jogos Pan-Americanos. Além disto, é de suma importância o fato de que uma de suas entidades ligadas ao esporte, a Sociedade Hípica Porto-Alegrense, já contou com dois representantes, André Johannpeter e Christina Johannpeter, em três edições dos Jogos Olímpicos (1988, 1996, 2000). O atleta André Johannpeter, inclusive, foi medalhista olímpico por duas vezes (VIEIRA; FREITAS, 2007).

A partir destas informações, podemos afirmar que, ao voltar ao passado do hipismo e olhar a época da escritura de um texto, esta pode explicar o presente, inventar o passado e construir o futuro (PESAVENTO, 2008). Torna-se, assim, importante identificar os primórdios desta prática cultural esportiva e suas peculiaridades que possibilitaram a Porto Alegre transformar-se em uma cidade expressiva na prática deste esporte hípico recentemente.

Contudo, não foi somente no âmbito do esporte de alta competição que a equitação apresentou destaque nacional. Na área educacional, desde o século XIX, esta prática cultural fazia-se presente como conteúdo programático de algumas instituições de ensino. Pode-se exemplificar tal fato pela apresentação, à Câmara dos Deputados, pelo deputado Ferreira França, de um projeto em favor da cultura e da instrução (CANTARINO FILHO, 1982). Este tratava da inclusão, no programa das escolas municipais do Rio de Janeiro, da disciplina, dentre outras, de “Ginástica e defesa do corpo”, a qual compreendia as práticas da natação, da dança e da equitação, no ano de 1837.

Posteriormente, 20 anos mais tarde, a partir de 1858, os cursos para a formação de militares passavam a ter uma orientação mais prática. Deste modo, as escolas militares passaram a contar, em sua programação, com as práticas da esgrima, da natação, da ginástica e da equitação, após diversas reformas efetuadas (CANTARINO FILHO, 1982).

No que tange especificamente a Porto Alegre, também é de suma importância realçar o fato de que, na grade curricular da Escola de Educação Física (ESEF) da UFRGS, no final da década de 1940, constavam, como conteúdo, aulas de hipismo (SOUZA, 2007), as quais, inclusive, ocorriam em um dos prováveis primeiros locais a promover tal prática esportiva em Porto Alegre: nas dependências da Brigada Militar. O presente estudo, assim, pode

vir a contribuir para a compreensão das justificativas e motivos que, naquele contexto, levaram à apreensão de que este esporte equestre deveria ocupar parte da formação dos alunos do curso de Educação Física da ESEF/UFRGS neste período, bem como as razões que possam ter feito com que, atualmente, o hipismo não componha mais parte do currículo oferecido pela referida instituição.

Neste mesmo caminho, ainda foi localizado um livro do Ministério da Educação e Cultura, mais precisamente da Divisão de Educação Física, o qual trata de um Curso de Educação Física por Correspondência de 1965, apresentando regras e súmulas de alguns esportes, dentre os quais, curiosamente, o hipismo (BRASIL, 1965). Deste modo, este documento destaca-se não somente por exibir a presença deste esporte, mais uma vez, em um currículo de curso de Educação Física, mas, também, por tratar-se de um curso por correspondência. Se, por um lado, as explanações à distância poderiam apresentar mais limitações à compreensão desta prática esportiva, a qual, por si só, também já exige uma estrutura de instalações físicas consideráveis para sua prática, por outro lado, pode sugerir-nos um valor significativo conferido a este esporte na formação que se pretendia, à época, para um (a) professor (a) de Educação Física.

Por meio deste estudo, procura-se contribuir para uma maior compreensão da relação das práticas equestres com os aspectos socioculturais da capital do Rio Grande do Sul, Estado que teve, em sua história, o cavalo como um importante aliado em inúmeros momentos, tais como conquista territorial, ocupação, desenvolvimento, transporte, entre outros. Outro aspecto a ser abrangido é como, historicamente, esta cidade conquistou a oportunidade de sediar anualmente dois dos principais eventos do calendário nacional deste esporte - o Festival Hípico Noturno da Brigada Militar e o *The Best Jump*. Nesta direção, espera-se entender a experiência construída no contexto do hipismo em Porto Alegre no passado, a qual possibilitou a existência deste esporte como se encontra no presente, bem como delinear perspectivas para o futuro desta prática. Apesar desta relação não se dar de forma linear, este estudo histórico procura apresentar uma versão em busca de uma maior compreensão, sem a ambição de instituir uma veridicidade incondicional.

Esta pesquisa também pode fornecer subsídios para o entendimento e a compreensão de como se caracterizava o lazer e o esporte em um determinado momento em Porto Alegre. Desta forma, indícios que auxiliem a desvelar o imaginário vigente no período apontado poderiam ser sugeridos, os quais sempre em consonância com o contexto sociocultural e político-econômico da cidade. De tal modo, a própria trajetória histórica de Porto Alegre poderia indicar justificativas para que, em uma época assinalada, determinadas práticas esportivas fossem consideradas mais importantes do que outras, recebendo, assim, maior visibilidade e espaço em meio à sua sociedade.

Após expor as considerações iniciais da pesquisa na Introdução, assim como os procedimentos metodológicos para operacionalizar o estudo, esta dissertação estrutura-se em seis capítulos. No capítulo 2 – Uma aproximação entre as práticas equestres e a perspectiva da História Cultural –, é abordado o referencial teórico que sustenta a investigação, compondo os pressupostos teóricos para analisar as informações coletadas com o intuito de contemplar o objetivo proposto.

Os três capítulos seguintes apresentam os resultados de nossa pesquisa, evidenciando a interpretação das informações coletadas. O capítulo 3, intitulado “Vestígios da esportivização das práticas equestres”, aborda o contexto em que as práticas equestres foram inserindo-se em uma conjuntura na qual a organização esportiva estruturava-se de forma associativa na capital do Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do século XX. No capítulo 4, por sua vez, denominado “Práticas equestres: lazer e esporte”, são apresentados os primeiros indícios de esportivização nas práticas equestres porto-alegrenses, bem como os primórdios da prática do salto do hipismo na cidade e seu processo de expansão e abrangência à parcela civil da sociedade, uma vez que, inicialmente, era mais restrita ao âmbito militar. Ainda neste capítulo, o sub-capítulo 4.1, intitulado “A presença das mulheres: da assistência à prática”, busca identificar como sucedeu a participação das mulheres nas práticas equestres na capital do Rio Grande do Sul. A consolidação e a expansão da prática do salto do hipismo em Porto Alegre, desde as primeiras associações até a formação da Federação Hípica, foram delineadas no capítulo 5, intitulado “Hipismo nos clubes: uma prática esportiva incorporada pelos civis”.

Na sequência, no capítulo 6, são apresentadas as considerações finais

do estudo, as quais expõem os resultados obtidos para o problema de pesquisa. E, por fim, são listadas as referências consultadas para a elaboração da dissertação.

1.1 Caminhos metodológicos

Neste sub-capítulo, são detalhados os passos que identificam os processos metodológicos envolvidos nesta investigação histórica, considerando os objetivos da pesquisa. O estudo foi contemplado por meio do modelo qualitativo com concepções metodológicas predominantemente ideográficas ou interpretativas com o apoio teórico-metodológico da História Cultural, por esta partir do pressuposto de que a realidade social é culturalmente construída e que práticas produzem representações (BURKE, 2005). Segundo Pesavento (2008), a História Cultural alia a dimensão simbólica para a crítica das configurações dos arranjos sociais, como uma forma de entendimento segundo a qual os homens elaboram formas cifradas de conceber o mundo, produzindo palavras e imagens que articulam e apontam para mais além do que aquilo que é anunciado e indicado nos registros materiais.

Este estudo histórico, assim, apresenta uma interpretação de práticas equestres – em especial, do salto do hipismo-, vislumbradas enquanto práticas culturais esportivas, que constroem representações culturais ao estabelecer relações com os demais esportes vigentes no contexto sociocultural e político-econômico em Porto Alegre no período demarcado para o estudo. Para tanto, por meio de uma pesquisa documental (ABREU, 2008), procurou-se acessar ao passado por meio de fontes impressas. Nesta direção, são apresentados, sequencialmente, os procedimentos aplicados na coleta de informações das fontes, bem como os processos de análise das informações obtidas em tais fontes.

Com base nos pressupostos teóricos apresentados anteriormente e procurando aproximar-nos da realidade gerada pelas práticas equestres porto-alegrenses, especialmente o salto do hipismo, nas décadas de 1920 a 1940, realizamos uma coleta de informações em fontes impressas de diversas naturezas, a saber: Atlas do Esporte no Rio Grande do Sul, Atlas do Esporte no Brasil, Álbum do Rio Grande do Sul *Sportivo*, livros comemorativos de clubes

esportivos que promoviam o salto do hipismo, monografias, dissertações, teses e artigos.

Também foi realizada uma coleta de informações no *Jockey Club* do Rio Grande do Sul e na Federação Gaúcha de Esportes Equestres em seus documentos oficiais, tais como: álbuns, discursos, atas e relatórios. Além disto, foram pesquisadas correspondências oficiais, onde foram encontradas informações esclarecedoras sobre a fundação das instituições, como: nomes de presidentes, datas dos torneios, premiações, eventos hípicas, eventos sociais, praticantes das décadas de 1920 a 1940, entre outros.

Além das fontes citadas anteriormente, a investigação em jornais das décadas de 1920 a 1940 percorreu as seguintes publicações: *Jornal Correio do Povo*; *Jornal Diário de Notícias*; *Jornal A Federação* e *Jornal Gazeta de Porto Alegre*. Justifica-se a pesquisa documental em jornais por considerar-se que, na imprensa do período, temos um elemento que nos permite compreender melhor a sociedade da época estudada. Tem-se, assim, um veículo onde eram retratadas as relações entre a conjuntura social, política e cultural da cidade e a ocorrência dos eventos e competições relacionados às práticas equestres, bem como as ambições da população quanto a este fenômeno cultural.

A partir disto, passamos a contemplar individualmente cada uma das fontes impressas objetivadas para a pesquisa, atentando, por exemplo, para a caracterização do grupo responsável pela publicação, a identificação dos principais colaboradores, do público a que se destinava, entre outros aspectos.

O *Correio do Povo*², fundado em 1895, consiste no mais antigo jornal na capital sul-rio-grandense, ainda em circulação. No período demarcado da pesquisa, era um jornal de grande destaque, trazendo muitas notícias sobre as práticas equestres; dentre estas, o turfe e o hipismo figuravam frequentemente em suas páginas, demonstrando a evidência destas na sociedade da época. No entanto, um maior destaque era conferido ao turfe.

O *Diário de Notícias*, por sua vez, fundado em 1925, em Porto Alegre, trabalhava em consonância com a *TV Piratini* (precursora no Estado), *Rádio Farroupilha* e *Revista Campo*. Apresentava algumas diversidades com relação

² É importante realçar que o *Correio do Povo* se alocava permanentemente como instrumento de anúncio político do regime vigente, um jornal tido como predominantemente conservador, aproximando-se, por exemplo, da figura de Getúlio Vargas no período em que este se encontrava no poder.

ao Correio do Povo, residindo aí, predominantemente, a importância de também optar por analisar tal publicação, a fim de ter-se acesso a visões distintas do que ocorria no período. O Diário de Notícias, portanto, competiu com o Correio do Povo pelo mercado de jornais do Estado durante sua existência. Além disto, dedicava um espaço maior à prática do hipismo³.

O jornal A Federação, por outro lado, consistia explicitamente em um dos veículos de exposição dos ideais políticos do Partido Republicano Rio-grandense (PRR). Também concorrente do Correio do Povo, a edição inicial de A Federação circulou em janeiro de 1884 e apresentava, em suas publicações, assuntos políticos acoplados ao Estado e ao Brasil, além de apresentar acontecimentos policiais e alguns anúncios. No início do século XX, este diário se atualizou, abandonando o caráter exclusivamente político e econômico e abordando matérias que tratassem de esporte (dentre estes, o turfe e o hipismo) e artes, além de dar destaque aos anúncios comerciais⁴.

A Gazeta de Porto Alegre constituiu um dos jornais fundados em Porto Alegre na extensa vida na imprensa do empresário, político, jornalista e escritor alemão, naturalizado brasileiro, Karl Von Koseritz. Este periódico teve sua primeira edição no dia primeiro de janeiro de 1879. O jornal alcançou maior projeção em 1883, quando Koseritz entrevistou Dom Pedro II, no Rio de Janeiro, onde o periódico era recebido e lido pelo próprio imperador. A entrevista foi um privilégio concedido a poucos jornalistas. Apesar de ter boa tiragem, as finanças do jornal eram deficitárias e a Gazeta de Porto Alegre deixou de circular em 1884, a despeito do grande conceito que conquistara. A principal contribuição deste periódico para esta pesquisa reside no fato de que

³ Era reconhecido como contrário à ditadura de Getúlio Vargas e foi impulsionador do movimento literário modernista no sul do Brasil, divulgador da Revolução de 1930, inovador em recursos gráficos e um dos fundamentais formadores de repórteres de seu período em seu campo de alcance. Em 1955, o Diário de Notícias cunhou e realizou a Feira do Livro de Porto Alegre, com abertura no dia 17 de novembro na Praça da Alfândega. A Feira foi um acontecimento muito importante, conservando-se até os dias atuais no calendário cultural anual de Porto Alegre como um de seus eventos mais admiráveis. O último exemplar do Diário circulou em 30 de dezembro de 1979.

⁴ No começo, a despeito de ser bem impresso, apresentava uma diagramação pouco atraente, sem manchetes e escassos tipos de letras. A última sede deste periódico, o qual foi extinto em 1937, é, atualmente, o Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, em Porto Alegre, local de pesquisa documental para este estudo.

forneceu-nos uma visão dos bastidores da fundação do primeiro hipódromo de Porto Alegre, o Hipódromo Porto Alegrense⁵.

As notícias veiculadas nos jornais foram classificadas a partir do editorial, da reportagem e do conteúdo. Este enfoque nas mensagens escritas justifica-se pela estabilidade característica deste tipo de fontes, conforme Triviños (1987), além da facilidade de acessá-las o número de vezes desejado.

A principal revista consultada foi a Revista do Globo, que se trata de um destacado quinzenário editado no estado do Rio Grande do Sul pela Livraria Editora Globo por quase quatro décadas, no período de 1929 a 1967. Conforme Torres (1997), a Revista do Globo aparece para reforçar a imprensa porto-alegrense e completar uma lacuna deixada por fracassados periódicos do mesmo tipo. A fisionomia da Revista, apresentada em seus 943 exemplares, identificou-se a tal ponto com sua conjuntura social que, de certa forma, pode-se considerar que a história da Revista do Globo se confunde com a própria história do Rio Grande do Sul.

Durante 37 anos e dois meses, a Revista do Globo tornou-se um respeitável veículo de cultura, que divulgava, entre outros temas, a literatura e a arte em geral, ao lado de episódios sociais e políticos, moda, humor, cinema e esportes. Em sua primeira edição, no mês de janeiro de 1929, a revista já publicou, em suas páginas, reportagens sobre práticas esportivas. Dentre os esportes que tiveram reportagens veiculadas na referida revista, encontram-se as práticas equestres, principalmente o turfe e o hipismo. O acesso a tais reportagens ocorreu por meio do catálogo “O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo (1929-1967)”, elaborado por Mazo (2004)⁶. Atualmente, a

⁵ Durante os cinco anos e meio que circulou o jornal, seu redator defendeu a germanidade, atacando os francófilos e polemizou com Júlio Prates de Castilhos, pois considerava o positivismo como uma filosofia errada por ser antropocêntrica. Este jornal era distribuído nas províncias do sul e também remetido para pessoas influentes na capital do Império, como o próprio D. Pedro II. A filha de Koseritz, Carolina Von Koseritz, estava presente para ajudar nas entrevistas e também porque deixou sua contribuição na literatura do Rio Grande do Sul. Ela doava tudo o que ganhava com seus trabalhos literários para o movimento abolicionista, do qual Koseritz também era partidário. Maçom militante, criticou, veementemente, o bispo Dom Sebastião Dias Laranjeira na luta do prelado contra a Assembleia Legislativa. Koseritz propugnava pela liberdade religiosa, mas professando o evolucionismo de Charles Darwin, atacou o fundamentalismo católico e luterano. Considerado o melhor jornal do Rio Grande do Sul na época, desvinculado de qualquer partido político e mantendo-se apenas da publicidade, venda avulsa e assinaturas, A Gazeta de Porto Alegre permitiu a Koseritz fazer suas conhecidas críticas e não sentir-se mais constrangido em denunciar as injustiças ou por contrariar interesses.

⁶ Comumente, este periódico contava com 80 ou 90 páginas, destinando-se ao público em geral, inclusive às crianças; texto e imagem repartiam espaço; contudo, sempre com

Revista do Globo compõe uma das fontes mais ricas para reconhecimento e estudo dos traços característicos do Rio Grande do Sul, em meados do século XX.

Após a fase da coleta e registro das informações, conforme sugestão de Pimentel (2001), a documentação foi arquivada segundo o local onde foi encontrada. Posteriormente, começamos a problematizar tais fontes, uma vez que, conforme Abreu (2008), estas não discorrem por si. Como primeiro passo para tal problematização, portanto, as fontes coletadas foram submetidas à técnica de análise documental, conforme os termos descritos por Bacellar na obra organizada por Pinsky (2010). Esta técnica de análise destaca, principalmente, três aspectos: fichamento, análise propriamente dita dos documentos e cruzamento de fontes.

No sentido de se desvelar as evidências, fez-se uso do paradigma indiciário, proposto por Ginzburg (1990). Tal paradigma sugere a produção do conhecimento por meio de saberes indiciários, lendo e interpretando os sinais, as pistas e os indícios. Portanto, diante de uma realidade opaca, “[...] há zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la” (GINZBURG, 1990, p. 177). Contudo, não são indicadas normas formalizadas com vistas a sua aplicação. Assim, procurou-se concentrar atenção não somente nas informações mais aparentes e visíveis de nossas fontes, mas em consonância com a História Cultural, buscou-se reconstruir os sentidos atribuídos às práticas, superando uma leitura superficial dos mesmos. Para tal, respeitou-se a coerência, a consistência, a originalidade e a objetivação dos resultados, os quais compõem os aspectos do critério interno de verdade, contudo com intersubjetividade – critério externo – ainda presente. Conforme Triviños (1987), são as condições dos resultados que deverão estar presentes para o estudo oferecer subsídios científicos às ciências humanas.

O Atlas do Esporte no Brasil (DA COSTA, 2005) também compôs nossas fontes impressas, por ser considerada a maior base de dados de acesso gratuito em língua portuguesa, abarcando a Educação Física, os esportes e as atividades físicas de saúde, lazer e turismo no país. O Atlas do Esporte, Educação Física e Atividades Físicas de Saúde e Lazer no Rio

abundante informação. A Revista do Globo chegava aos sábados às casas sul-rio-grandenses, constantemente, a cada 15 dias (de 10/01/1931 a 28/02/1931 foi semanal).

Grande do Sul (MAZO; REPPOLD, 2005) também fez parte de nossas fontes, uma vez que este tem por finalidade fazer um mapeamento dos esportes e áreas correspondentes, desde as suas origens até a situação atual, no Estado. Por meio destes, poderá ser clarificada a emergência do hipismo no Estado e no Brasil e, assim, relacioná-lo com seu desenvolvimento em Porto Alegre.

O Álbum do Rio Grande do Sul *Sportivo*, organizado em 1919 por Antenor Lemos e Edmundo de Carvalho, por sua vez, apresenta um histórico dos principais centros esportivos do Estado, sendo ilustrado com mais de mil gravuras. Neste álbum, estava cunhada a representação do cavalo para a construção da identidade do sul-rio-grandense. Deste modo, suas informações puderam auxiliar a compreensão do significado das práticas equestres para a população do Estado.

Registramos que, para chegarmos às fontes impressas, foi necessária uma investigação intensa nos acervos das associações, bem como em acervos municipais. Não enfrentamos dificuldades quanto à coleta nestes locais, uma vez que, além de os acervos e os documentos estarem em boas condições, foi-nos permitido o contato com a documentação. Nos acervos de jornais, do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho e do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, os atendentes estavam prontos a ajudar no acesso às informações, apesar de alguns jornais não estarem disponíveis, por estarem na restauração.

O capítulo que segue apresenta os pressupostos teóricos que sustentaram a análise do *corpus* documental.

2 UMA APROXIMAÇÃO ENTRE AS PRÁTICAS EQUESTRES E A PERSPECTIVA DA HISTÓRIA CULTURAL

A presente dissertação insere-se no campo historiográfico da chamada História Cultural, uma vez que busca enfatizar o estudo do campo cultural considerando a ideia proposta por Burke (2005), o qual sustenta a necessidade de explorar os limites da plasticidade cultural. Para este historiador (2005), tais limites, embora passíveis de modificação, algumas vezes são estabelecidos por fatores econômicos e políticos ou, ainda, por tradições culturais. Com base nestes pressupostos procurou-se lançar um olhar sobre as práticas equestres, em particular, a prática do salto do hipismo, por meio de suas características culturais, imbricadas por um contexto de hábitos e costumes significativamente arraigados na relação homem-cavalo na capital do Rio Grande do Sul.

Pesavento (2008) afirma que a “instância cultural” pode ser entendida como a produção de sentidos sobre o mundo construído pelos homens do passado. Neste caminho, buscou-se construir uma versão da história do salto do hipismo em Porto Alegre alinhando-a sempre com o universo cultural em que esta prática equestre era exercida e os significados a ela conferidos pelas respectivas coletividades que a concretizavam como recomenda Stigger (2005).

Toda a vida cotidiana está inquestionavelmente inserida no mundo da cultura, afirma Barros (2005). Tal abordagem corrobora com o que Pesavento (2007) denota ser imprescindível para apreender a História Cultural: percebê-la como um domínio de tensão e flexível entre distintos campos de percepção do mundo. Tem-se nas atividades diárias e triviais de transporte, trabalho, lazer e diversão, desempenhadas junto ao cavalo, um amplo cenário a ser explorado, que deve ser tensionado em suas possíveis causas, efeitos, rupturas, permanências e apropriações, manifestas ou latentes.

Em termos gerais, Pesavento (2008, p. 42) argumenta que a proposta da História Cultural seria “decifrar a realidade do passado através das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressaram a si próprios e o mundo”. No entanto, é preciso ter em conta que o entendimento das “representações” e das “práticas” pode ser prejudicado; isto porque, de acordo com Pesavento (2008), a

proposta da História Cultural constitui um procedimento complexo, já que o historiador irá tentar uma leitura de outro tempo, o qual poderá se mostrar enigmático para ele, devido aos filtros que o passado poderá interpor. Para superar esta possível limitação, buscou-se apreender os contextos que envolvem o objeto de estudo, uma vez que as influências deste outro período poderiam estar gerando um objeto enquanto “prática” ou “representação”.

Para além de interpretar nossas fontes históricas, fez-se necessário considerar, constantemente, a conjuntura (sociocultural, política, econômica, etc.) da época vigente não somente relativa à cidade de Porto Alegre, como também no Estado, no país e até o panorama mundial. Tendo isto em vista, procurou-se construir uma narrativa de representações do passado, elaborando uma versão, compreensível, plausível, verossímil, sobre o salto do hipismo em Porto Alegre entre as décadas de 1920 a 1940 enquanto experiência que se passa por fora do vivido. Desta forma, por meio da leitura e interpretação da versão construída, viabilizou-se uma das justificativas essenciais dos estudos históricos, a saber, conforme Cardoso (1990): apresentação de dados para colaborar na compreensão das estruturas contemporâneas e no planejamento das do futuro.

A História Cultural, tal como a entende o historiador francês Chartier, “tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade cultural é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 17). Desta forma, a realidade cultural do salto do hipismo foi analisada por meio dos costumes que envolvia, dos aspectos político-econômicos que estabeleciam relação com esta, bem como do impacto que provocava no cotidiano social. O presente estudo também incorporou uma preocupação social, reestruturando seu conteúdo dentro do seu ambiente social mais amplo.

De acordo com Barros (2005), o campo da História Cultural aplica “noções” ou “quase conceitos”, uma vez que estes ainda funcionam como aproximações na elaboração do conhecimento científico, que ainda não se encontram suficientemente demarcados. Depara-se, assim, primeiramente, com uma breve discussão da própria noção de “cultura”. O termo “cultura”, segundo Burke (2005), primeiramente, referia-se às artes e às ciências. Logo após, passou a ser usado para designar seus equivalentes populares - música

folclórica, medicina popular, etc. Por último, a palavra passou a ser empregada para fazer referência a uma ampla gama de artefatos - imagem, ferramentas, casas e assim por diante - e práticas - conversar, ler, jogar. Esta ideia é, em grande parte, corroborada por Barros (2005), quando afirma que “cultura”, inserida no universo da História Cultural, refere-se à “linguagem”, “representações” e “práticas”, realizadas por seres humanos na relação uns com os outros e na sua relação com o mundo. Nesta mesma linha, Pesavento (2008) nos propõe refletir acerca da cultura como um conjunto de significados compartilhados e arquitetados pelos homens para aclarar o mundo.

Para Bourdieu (2007), basicamente, a noção de “cultura” apresenta um significado antropológico, ao assinalar os modos de fazer, sentir e refletir, próprias de um agrupamento humano. De tal modo, todo grupo humano compartilha uma cultura, na medida em que qualquer coletividade forma práticas técnicas, códigos de comportamento e arquiteta uma representação do mundo. A cultura, nesta acepção corrente, assinala os conhecimentos científicos, artísticos, literários de uma pessoa; ela contrapõe o homem erudito ao indivíduo “inculto”. Neste caso, os sociólogos discorrem acerca de cultura erudita ou também de cultura “cultivada” (BONNEWITZ, 2003, p. 94). Em suma, trata-se da cultura da elite intelectual.

No significado sociológico, a cultura corresponde ao conjunto dos valores, regras e práticas adquiridos e compartilhados por uma pluralidade de indivíduos (BOURDIEU, 2007). As investigações sociológicas, desenvolvidas essencialmente na França, acerca das práticas culturais, seguem uma acepção relativamente ampla de cultura. Conforme Bonnewitz (2003), para além dos bens e serviços conectados às obras de arte, aqueles que se referem à comunicação (imprensa, rádio, televisão), assim como ao lazer (leituras, teatro, prática esportiva) igualmente são considerados como culturais.

Ao aplicar o termo no plural, “culturas”, remete-se à noção de pluralismo cultural, de acordo com Bourdieu (2007). A unidade cultural, que conjetura como essência uma cultura igual para todos os indivíduos, oferece espaço à diversidade; daí transcorre a existência de culturas diversas. A partir disto, há a subcultura para assinalar as condutas e valores característicos de um grupo determinado no seio de uma sociedade global, e de contracultura quando os

grupos se contrapõem à cultura dominante e buscam agenciar o estabelecimento de novas regras culturais (BONNEWITZ, 2003).

A leitura das obras de Bourdieu a propósito da cultura torna-se delicada em função de que o autor emprega indistintamente os diversos sentidos. Contudo, o importante na análise é que a cultura apresenta todos os atributos de um capital, ou seja, ela é um móvel de lutas em um campo que se autonomizou (BOURDIEU, 2007).

A partir da análise dos pensamentos dos referidos autores acerca do que entendem por “cultura”, pôde-se elaborar o que se compreendeu por esta noção no âmbito da presente pesquisa. “Cultura” foi entendida como toda produção intelectual, artística e material, além de práticas e costumes criados pelo homem. Assim, o objeto de estudo, o salto do hipismo, insere-se nesta compreensão de “cultura”, uma vez que se configura como uma prática esportiva e, como tal, abarca valores, sistemas e normas particulares elaboradas e partilhadas pela sociedade em que se circunscreve.

Ainda com base na perspectiva teórica por meio da qual foram analisadas e interpretadas as informações contidas nas fontes consultadas, é de significativa relevância analisar e aplicar a definição de “representações”. Segundo Barros (2005), “representações” e “práticas” constituem pólos os quais regem um universo no qual necessariamente está inscrita a produção de um bem cultural. Deste modo, para analisar o salto do hipismo como um ato concreto de constituição de representações, é imperativa a existência de um duplo significado: por um lado, indivíduos dotados de aptidões características, identificadas pelas suas atitudes e disposições, assinaladas pela prática e, por outro lado, uma aceção deste esporte condicionada a dispositivos discursivos e formais específicos para ele (CHARTIER, 1990). Consequentemente, tem-se a construção do salto do hipismo enquanto uma tradição cultural composta por estes dois pólos: configurado como “prática” esportiva, e como produtor de “representações”.

Desta forma, relacionando-as, tem-se que as “representações” são inculcadas por uma prática cultural naqueles que se submetem a tal esporte. Assim, os praticantes do salto do hipismo, no período estudado, teriam sido impregnados por ideias, aspectos e perfis daquilo que naquele momento significava engajar-se em tal esporte, bem como a prática em si. Estas

constituem algumas das representações as quais se procurou identificar e compreender nesta pesquisa.

Na tentativa de clarificar a noção de “práticas”, Burke (2005) refere que o estudo destas é um dos paradigmas da chamada Nova História Cultural, pois graças a esta virada em direção a tais práticas, a história do esporte, que antes era tema de amadores, tornou-se profissionalizada e um campo científico com suas próprias revistas. Assim, buscou-se entender atitudes e pensamentos intrínsecos aos grupos sociais associados à prática hípica. Nesta mesma linha, Pesavento (2008) expõe que as “representações” geram não só condutas, como também práticas sociais, as quais possuem uma força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Desta forma, segundo Barros, “[...] as práticas e as representações são sempre resultado de determinadas motivações e necessidades sociais” (BARROS, 2005, p. 134).

Há noções de complementaridade entre “práticas e representações” realmente úteis. Por meio delas, pode-se examinar tanto os objetos culturais produzidos como os sujeitos produtores e receptores de cultura, os processos que estão envolvidos na produção e na difusão cultural, os sistemas que proporcionam suporte a estes processos e sujeitos, e, finalmente, as normas a que se conformam as sociedades quando produzem cultura, inclusive mediante a consolidação de seus costumes.

O contexto das práticas pôde ser compreendido mais detalhadamente por meio das “representações culturais”. Segundo Le Goff, (1994) o campo das representações “engloba todas e quaisquer traduções mentais de uma realidade exterior percebida” (p. 11), e está ligado ao processo de abstração. De acordo com Pesavento (2008), a realidade do passado só chega ao historiador por meio das “representações”, as quais são portadoras do simbólico, expondo mais do que aquilo que desvendam ou emitem, impregnadas por sentidos ocultos. Tais significados, estabelecidos social e historicamente, internalizam-se no inconsciente coletivo e apresentam-se como naturais, dispensando reflexões.

Chartier (1990) afirma que as representações se inserem em um campo de concorrências e de competições, cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. As representações do mundo social edificadas, ainda que aspirem à universalidade de uma análise constituída na razão, são sempre

geradas pelos interesses do grupo que as tecem. No caso dos saltos do hipismo, é possível evidenciar as relações entre grupos sociais na capital sul-rio-grandense.

Já na Inglaterra, uma das primeiras práticas equestres registradas foi a caça à raposa. Utilizada no estudo de Elias e Dunning (1992) como modelo empírico, de forma a demonstrar algumas das características do tipo de passatempo que é chamado esporte. Estes autores a trouxeram como a expressão de um avanço de civilização, por meio de um processo de esportivização, ao apresentarem dados de criação de regras que diminuíam a violência inserida na realização desta, evidenciando uma racionalização da prática.

As características da caça à raposa, apresentadas por Elias e Dunning (1992), a sugerem como uma das prováveis origens da prática do salto do hipismo, e determinam o que seria considerado o adequado esporte, isto é, aquele vinculado a um *ethos* peculiar: o das elites econômicas e sofisticadas da Inglaterra do século XVIII. Para tais classes, a tensão e a excitação proporcionadas pelo prazer da perseguição da raposa, a cavalo, percorrendo um percurso pleno de obstáculos, foram valorizadas para se organizarem como componente central da atividade de distração do hipismo. Isto nos sugere que os saltos da prática do hipismo, limitados por uma pista, passam a remontar aos momentos em que os cavalos precisavam saltar troncos, riachos e outros obstáculos que os caçadores encontravam pelas florestas.

Conforme Vieira e Freitas (2007), entre os séculos XV e XVIII, os europeus passaram a não se interessar mais pelo hipismo como motivador para métodos inovadores e esboços com fins estratégicos, amplamente ligados aos empreendimentos de cunho militar até então, mas sim como arte, praticando, nomeadamente, saltos. Dentre os ingleses, existia também a rotina trivial de montar cavalos para caçar. Percorriam-se terrenos de particularidades variadas, ultrapassando barreiras e obstáculos.

O gosto pela equitação se instituiu de tal maneira que, também em tempo de baixa estação de caça ou em períodos de inverno severo, os britânicos se organizavam para o exercício dos saltos, revelando primitivos vestígios daquela que se tornaria a atividade mais apreciada do hipismo, ou

seja: os saltos⁷. Todavia, os italianos e os alemães também possuíam um significativo gosto pela prática, e muitos dos militares destes países, por conta de seu serviço, demonstravam maestria em equitação. O estudo de Vigarello (2008) revela que, desde o século XVII, o ato de montar a cavalo apresenta-se como uma tradição aristocrática com participação da elite. Para Del Priore (2009), tal costume acaba por “[...] demonstrar um comportamento, uma maneira de se portar, uma pertença” (p. 16). Logo, representações acerca da equitação como um conhecimento especial, um sinal de aptidão e de competência, são construídas.

Ainda a este respeito, outro autor que faz referência à caça à raposa é Stigger (2005), o qual considera que esta prática esportiva foi desenvolvida como um elemento de distinção social. Refere que isto pode ser percebido em função de que determinado grupo social, no caso a elite econômica inglesa proprietária de terras, procurava instituir uma determinada maneira de caçar⁸ que se distinguiu de outras e balizava seus praticantes como uma parte distinta da sociedade.

Aliada a esta questão, a prática do hipismo, como um esporte de elite e afastada do centro das atenções dos meios de comunicação de massa (ADELMAN, 2006), tem seus praticantes atuando em um âmbito esportivo que não deixa de poder ser associado a processos de “distinção” social (de classe), como destacaria Pierre Bourdieu. Ao longo dos textos nos quais Bourdieu dedicou-se à apreciação do fenômeno esportivo (1978, 1983, 1990), podem-se enfatizar três questões de sustentação teórico-metodológicas, conforme Souza e Júnior (2010): 1) a reflexividade epistemológica; 2) a função do conhecimento histórico nas críticas sociológicas do esporte; e 3) a direção do consumo

⁷ Outro importante indício de que os primórdios do salto do hipismo tenham relação com elementos da caça à raposa são anunciados por Adelman (2006): a participação civil neste tipo de caça e a presença de mulheres que aderiam a esta prática sobre os cavalos. Faz-se a ressalva que estas características – participação civil/militar e presença de homens e mulheres na mesma competição -, estão presentes no salto do hipismo até os dias atuais.

⁸ No que tange ao Rio Grande do Sul, há indícios de que a prática da caça à raposa tenha ocorrido no Estado; mas, para além disto, foi apropriada de uma forma muito peculiar. De acordo com reportagens da Revista do Globo (*WEEK-END...*, 1951) e do jornal Diário de Notícias (*O CRYSTAL...*, 1929), um cavaleiro ou uma amazona, montado (a) em um cavalo, desempenhava a função de “raposa” durante a prática, sendo o (a) único (a) conhecedor (a) do percurso da caça. A função de “raposa” exigia a demonstração de muitas habilidades intrínsecas à equitação para poder fugir dos demais cavaleiros e amazonas candidatos a “caçá-lo (a)”, isto é, alcançá-lo (a) e tocá-lo (a) em meio à fuga a galope (andadura do cavalo de alta velocidade).

esportivo no sentido de concretização de um ambiente social associado à lógica de distinção. Contudo, os subsídios que Pierre Bourdieu propõe para o incremento do campo científico de análises e estudos direcionados para a sociologia do esporte transcendem seus textos escritos acerca do tema e seus debates sobre as práticas e os consumos esportivos.

A abordagem de Pierre Bourdieu destaca-se pela originalidade de sua metodologia para focar o esporte sob o olhar da reflexividade, isto é, por meio do conhecimento dos precedentes históricos da produção sociológica e epistemológica reservada ao campo das práticas esportivas. Deste modo, foi possível apreender, sob ângulos diversos, as próprias dificuldades que são postas acerca deste espaço, as quais estão assentadas sobre arranjos acadêmicos validados pelo conjunto de especialistas que se dedicam sobre o esporte e condicionam os estudiosos a desenvolverem um olhar parcial com relação às tensões demandadas no próprio campo esportivo.

Com o intuito de desfazer tal convencimento atribuído pelos universos de produção científica, este estudo se preocupou em recuperar as contribuições teórico-metodológicas de Bourdieu para potencializar a análise de seu objeto, as práticas equestres, bem como de seu campo social. A partir disto, buscou-se pesquisar de acordo com o que Bourdieu intercede a favor: de que os pesquisadores em sociologia realizem “[...] uma história social dos problemas, dos objetos e dos instrumentos de pensamento, de modo que se instaure um movimento de ruptura com o ‘pré-construído douto’ e o ‘bom senso científico’” (SOUZA; JÚNIOR, 2010, p. 297). Faz-se a ressalva que, embora Bourdieu tenha se dedicado sobre o esporte, não foi um sociólogo do esporte, como se poderia conjecturar. Opostamente, este autor recuperou o esporte como um objeto digno de ser abordado de forma científica no universo de produção sociológica.

O trabalho inicial de Bourdieu que aborda o tema do esporte trata-se do artigo “Esporte e classe social (*Sport and Social Class*)”, de 1978, o qual foi publicado pela segunda vez pelo autor em 1980, no livro “Questões de Sociologia” e com o título “Como é possível ser esportivo?”. Imediatamente desta publicação, seguiu o capítulo “O *habitus* e o espaço dos estilos de vida”, como componente integrante do livro “A distinção” de 1979. Resumidamente, nestes textos, o autor buscou retomar o esporte como uma das práticas

capazes de distinguir socialmente os agentes conforme a sua participação. Posteriormente, em 1987, Bourdieu compôs o trabalho-chave “Programa para uma sociologia do esporte”, publicado na última parte do livro “Coisas ditas” e reapresentado pelo sociólogo no segundo número de *Sociology of Sport Journal* de 1988. Neste artigo, sugere que, diante da inviabilidade de se estudar o espaço das práticas esportivas em sua totalidade, recorte-se um subespaço dentro deste espaço mais abrangente, ou seja, delimite-se um subcampo com o intuito de desenvolver sua concernente análise.

Com base nestas concepções, procurou-se demarcar o subespaço das práticas equestres em Porto Alegre e, mais precisamente, no interior deste, o do hipismo. Ao realizar a análise, também se pôde relacionar este subcampo evidenciado aos demais subespaços que constituem o campo esportivo da cidade, para tornar possível a identificação da posição que ele ocupa na mencionada composição esportiva.

Em seu estudo “Como é possível ser esportivo?”, Bourdieu (1983), apresenta uma série de questionamentos sobre as raízes do fenômeno social que se aceita como “esporte moderno”. A partir disto, procurou-se identificar o período histórico em que as práticas equestres em Porto Alegre, com seus agentes, estruturas e instituições de apoio, passaram a funcionar como um campo exclusivo na cidade.

A este respeito, Bourdieu confere à dimensão do campo, enquanto um espaço composto no viés de uma história estrutural de alterações, a representação de um processo não linear, sem a segurança de códigos previamente determinados e nem tampouco um produto de um cálculo lógico dos agentes (SOUZA; JÚNIOR, 2010). Tais ideias corroboram com a perspectiva da História Cultural de se considerar as descontinuidades e as rupturas, uma vez que a história de um campo é modificada conforme os agentes e as instituições adentram o jogo e, assim, novas intenções substituem as anteriores e outros objetos de disputa passam a dirigir o circuito de relações e competir pela atenção dos jogadores. Ancorada nesta perspectiva historiográfica, procurou-se problematizar determinadas continuidades e rupturas intrínsecas ao processo de constituição de uma história das práticas equestres em Porto Alegre.

Para Bourdieu (2007), a coerência essencial aos anseios e preferências culturais é aquela contida pela coerência interna de cada campo considerado em uma relação simbólica. Assim, tem-se que o gosto ou as preferências demonstradas por meio das práticas de consumo culturais seriam o produto das dependências agregadas a uma classe ou fração de classe. Isto é, as práticas culturais, aliadas às preferências em temas como educação, arte, esporte, etc., estão atreladas ao grau de instrução, submetidas ao volume integral de capital acumulado, avaliadas pelos atestados escolares ou pela quantidade de anos de estudo, e, secundariamente, ao legado familiar. Seguindo esta linha de pensamento, neste estudo, utilizamos a noção de “distinção social” compreendendo-a como uma diferenciação social correspondente entre a prática esportiva do salto do hipismo e a classe social a ela vinculada, legitimando uma hierarquia aí implícita.

A respeito dos sistemas de classes, pode-se tentar estabelecer uma ponte entre Bourdieu e Elias, na medida em que tais sistemas propostos por Bourdieu são formados por configurações, de acordo com Elias (1992). Ao ter em conta que as configurações referem-se “[...] à teia de relações de indivíduos interdependentes que se encontram ligados entre si a vários níveis e de diversas maneiras” (ELIAS, 1992, p. 25), as ações de uma pluralidade de pessoas interdependentes interferem de maneira a formar, além de estratificações de classes, o esporte, por exemplo.

A prática esportiva, por sua vez, compreende, em seus aspectos sociais, dentre outros, a noção de “associativismo esportivo”, a qual também é abordada nesta pesquisa, na medida em que esta organização voluntária de pessoas, constituída formalmente, segundo Marshall (1994), encontrava-se presente no contexto do salto do hipismo no período estudado. Nesta mesma medida, o associativismo esportivo é aqui entendido como um fenômeno cultural que trata das associações voluntárias de indivíduos com vínculo social, intenções comuns e interesses recreativos e esportivos na prática do salto do hipismo. A organização de associações possibilita o prosseguimento do estilo de vida de seus membros, relacionando-se entre si com certa regularidade, compartilhando experiências, opiniões, pretensões e, inclusive, uma identidade de pertencimento ao grupo.

Além do associativismo esportivo, a prática esportiva do hipismo em si também é compreendida enquanto um fenômeno cultural e social, inserido nas dimensões da noção de esporte moderno, propostas por Elias e Dunning (1992), em um primeiro momento e, posteriormente, por Guttmann (1978). Deste modo, compartilhamos da concepção de Elias (1992, p. 230) acerca do esporte, o qual o conceitua como “[...] uma atividade de grupo organizada, centrada no confronto de pelo menos duas partes. Exige certo tipo específico de esforço físico. Realiza-se de acordo com as regras conhecidas, que definem os limites da violência que são autorizados, incluindo aquelas que definem se a força física pode ser totalmente aplicada. As regras determinam a configuração inicial dos jogadores e dos seus padrões dinâmicos de acordo com o desenrolar da prova”.

Desta forma, o termo “esportivização”, como um neologismo proveniente do que Elias e Dunning (1992) designam por “desportivização”, constitui um processo por meio do qual os jogos, passatempos e divertimentos vão se transformando em práticas institucionalizadas nomeadas desportos, no contexto da sociedade inglesa do século XIX e, a partir daí, disseminados mundialmente como processo civilizatório.

Por sua vez, Guttmann (1978) propõe um modo de apreender um fenômeno dispondo-o e afrontando-o, primeiramente, contra o que este não é. A partir disto, procurou-se estabelecer relações entre as peculiaridades do hipismo em Porto Alegre, desveladas pelas fontes, e as características apresentadas por este autor (1978) como diferenciadoras do esporte moderno em contraposição às práticas anteriores, denominadas por Guttmann como “primitivas, antigas e medievais” (1978, p. 15). Com base nas características propostas por Guttmann (1978) para o esporte moderno, foi estabelecido o ponto de partida para um dos olhares de análise sobre a prática do hipismo em Porto Alegre. Considerando-as em sua configuração mais abstrata, unicamente como meios de sugerir direções de análise, as sete características são: secularismo, igualdade de oportunidades para competir e de condições de competição, especialização de papéis, racionalização, organização burocrática, quantificação e a busca de recordes.

Ao conceituar a primeira característica, o secularismo, Guttmann (1978) toma por base sua definição de esporte: competições físicas não-utilitárias, as

quais compreendem uma respeitável medida não somente de habilidade física, mas também intelectual. A partir desta aceção, o autor cita exemplos de práticas que, contrariamente, são utilitárias, nas quais a cerimônia (o processo) é mais importante do que ganhar ou perder (resultado), em que a percepção de jogo incorpora um modo de vida que não pode ser chamado de moderno. Tais exemplos apontam coincidências entre práticas e um culto religioso, muitas vezes. Se tais práticas entre os povos primitivos apresentavam um caráter quase sagrado, pode-se, daí, depreender que os mesmos não possuíam esportes na concepção de Guttmann. Uma vez que suas competições físicas eram, naturalmente, religiosas e, de certa forma, utilitárias, primavam por mais do que o simples prazer da atividade (1978, p. 18), o que Guttmann denomina como “esporte de culto”. Pode-se rematar que o esporte moderno é assinalado pelo fato de que este é muito mais secular do que as práticas primitivas e antigas (p. 25). A secularização proposta por Guttmann (1978) como atributo do esporte moderno, assim, aponta que o mesmo se distancia das práticas anteriores por não haver um desígnio utilitário.

Outro atributo do esporte moderno é a igualdade, a qual é composta por dois sentidos: 1) todos devem, teoricamente, ter uma oportunidade de competir; 2) as condições de competições devem ser as mesmas para todos os competidores. Em suma, o esporte moderno assume por certo a igualdade (GUTTMANN, 1978, p. 26). Contudo, bem menos institucionalizado do que o princípio de condições iguais de competição, é o princípio de acesso igualitário à mesma (p. 29). Guttmann (1978) argumenta que a exclusão com base na classe é uma anomalia na estrutura do esporte moderno, como, por exemplo, a caracterização como amador ou profissional; a diferenciação pela cor da pele dos praticantes e um anacronismo limitador das mulheres em relação aos homens quanto à sua participação em práticas esportivas também constituem irregularidades do esporte moderno na concepção deste autor (p. 33).

A partir disto, ao considerar a natureza do esporte como uma instituição social, pode-se discorrer acerca da regra amadora, a qual, de acordo com Guttmann (1978), constituía um instrumento de luta de classes. Conforme o entendimento de Guttmann (1978), a exclusão com base na classe, apesar de representar, com nitidez, uma anomalia, manifesta-se na composição do esporte moderno. Segue afirmando que tão anômala quanto é a exclusão

baseada na cor da pele de um ser humano, o que dificultou o processo de emergência, difusão e apropriação do esporte em muitos países.

A terceira característica determinada por Guttmann é a especialização, mais nomeadamente a especialização de função (1978, p. 36). No curso da civilização grega, a especialização, de fato, induzia à profissionalização no sentido em que atletas eram oficialmente pagos e aptos a dedicarem-se unicamente aos esportes (p. 36). Conforme Guttmann, ao considerar a lógica interna do esporte moderno, especialização e profissionalização são inevitáveis e, em certo âmbito, elas são a mesma coisa; mas, para definir o que é profissionalização, o fator crítico não é o dinheiro, mas o tempo. O profissional é qualquer atleta especializado ao ponto em que alguma excelência atlética específica é, por um longo período, seu propósito central de vida. A especialização consiste em um efeito da pressão tipicamente moderna no resultado, o que leva, por sua vez, ao desejo de isentar o esportista de incômodos e distrações com pormenores da necessidade econômica, sendo esta liberação por meios de um parente com recursos financeiros, uma bolsa de estudos, um auxílio governamental ou um salário (p. 38 - 39).

No esporte moderno, as equipes têm diversos especialistas em suas funções, onde a troca de papéis é possível; todavia, não é comum (GUTTMANN, 1978, p. 38). A especialização no campo do esporte moderno é, portanto, acompanhada por um complexo sistema de pessoal de apoio com envolvimento primário, secundário e terciário. Ainda há o debate sobre o papel dos “proprietários, administradores, técnicos, observadores, médicos, recrutadores, árbitros, planejadores, cambistas, vendedores de pipoca, espectadores, jornalistas e até mesmo sociólogos esportivos” (p. 38).

A racionalização é outra característica do esporte moderno. Embora algumas práticas ritualísticas tenham regras, a origem, o *status* e a natureza das regras são diferentes. O esporte moderno é racionalizado por existir uma relação lógica entre os meios e os fins; desta forma, constitui um artefato cultural e não instrução divina (GUTTMANN, 1978, p. 39). Há a racionalização quando se deixa de apenas praticar e passa-se a treinar. Iniciado pelos gregos, o treinamento deixa subentendido que há uma racionalização de todo o empreendimento, uma disposição para experimentar, um constante teste de resultados alcançados. Os estudos científicos da fisiologia e da psicologia nas

universidades fornecem informações técnicas para serem utilizadas por técnicos e treinadores (p. 43).

A quinta característica observada por Guttmann (1978) é a burocratização. Uma organização burocrática é quem determina as regras do esporte moderno e quem gera o intrincado sistema de pesquisa (p. 44). As regras nos esportes primitivos eram modificadas por peritos ritualísticos. Recentemente, podemos referenciar esta forma aos gerenciadores das grandes organizações esportivas mundiais, pois todo grande esporte moderno tem sua organização internacional, com poucas exceções. De acordo com Guttmann, no século XX, quase toda nação moderna tinha criado burocracia esportiva governamental para auxiliar, encorajar, regular ou substituir as associações voluntárias do século XIX (p. 45-46). Uma das mais importantes funções da burocracia é certificar-se de que as regras e regulamentos sejam universais. Outra, é promover a rede de competições que, geralmente, passa por um processo de competições locais a campeonatos nacionais e mundiais. Um interesse mais imediato, que também é função de associações esportivas, é a ratificação de recordes (p. 46).

A este respeito, a quantificação, próxima característica listada por Guttmann, é a de que depende a última e mais unicamente moderna das características do esporte moderno: o recorde. Os esportes modernos são caracterizados pela quase inevitável tendência de transformar todo o feito esportivo em algo que pode ser quantificado e medido. O próprio cronômetro é tido como um símbolo do desenvolvimento do esporte moderno. Guttmann (1978) faz referência ao cronômetro como um dos símbolos da expansão do esporte moderno. Desenvolvido em 1730, este aparato emergia para medir o tempo de corridas. Os cronômetros eletrônicos, inclusive, medem em centésimos, até mesmo milésimos de segundos; tal diferença é percebida não somente pela assistência, mas pelos próprios atletas com intensa importância.

As estatísticas, publicadas diariamente, a respeito dos esportes, estão presentes na maioria das sociedades modernas, sendo estas estatísticas do jogo parte e parcela das estatísticas da sociedade moderna. Os gregos não se importavam em quantificar seus esportes, isto é, a quantificação dos resultados era desnecessária; diferentemente, os romanos eram fascinados com as contagens de primeiros, segundos e terceiros lugares, primeiros lugares

vencidos de ponta a ponta, etc. Assim, os romanos cultivavam esta característica quase com o espírito do esporte moderno. A engenhosidade do *Homo mensur* não deve ser subestimada (p. 50).

A quantificação aliada à vontade de vencer, de se distinguir, de ser o melhor, decorre no conceito de recorde (p. 50). Este, na concepção moderna, constitui a abstração que possibilita a competição não somente entre aqueles reunidos no campo esportivo, mas, igualmente, entre aqueles distantes no tempo e no espaço, isto é, entre diferentes gerações e países (p. 50). O recorde torna-se uma presença psicológica no pensamento dos envolvidos com o evento esportivo, “[...] uma forma de loucura racionalizada, um símbolo da nossa civilização” (GUTTMANN, 1978, p. 51).

Entre as sete características, o recorde é a que está inter-relacionada com todas as demais; por isso, torna-se a característica diferencial central do esporte moderno. Assim, as sete características diferenciais de Guttmann (1978) para o esporte moderno, aqui discutidas, não são somente um conjunto nomeado aleatoriamente ou com bases em uma intenção particular. Ao analisar-se a última delas, a busca por recordes, percebe-se que interagem sistematicamente. Nesta forma sistemática é que tais características fazem-se presentes no contexto das práticas equestres porto-alegrenses no período do estudo e, em especial, na conjuntura do salto do hipismo da cidade. Isto porque esta prática incorporou, em um processo paulatino e particular ao seu contexto, todas as características discutidas anteriormente, a partir de seus primórdios em Porto Alegre.

Para além das características do esporte moderno, também se pode pensar as próprias práticas esportivas em sistema, ou seja, agregá-las logicamente, aparelhá-las de uma forma mais regrada, composta por convergências, tendências, oposições, correspondências e exclusões, enfim inter-relacioná-las. É justamente tal abordagem que constituiu parte da originalidade do campo conceitual o qual possui em Bourdieu um de seus precursores, no final da década de 1970. Tal dinâmica passou a encaminhar as pesquisas “[...] para o ‘quê’ das práticas e o ‘quem’ dos praticantes” (VIGARELLO, 2005, p. 187). Sobretudo, reforçaram e especificaram, na França, a ligação tradicionalmente feita entre as práticas esportivas e as filiações sociais.

A questão da “distinção”, definição instável, reiterada e contínua dos grupos sociais uns em relação aos outros, adquire um realce bastante especial: cada prática esportiva somente expõe aspectos sociais opondo-se a outros esportes ou “situando-se” em relação a outros, apesar de arriscar-se a alterar os critérios de valorização, conforme as variações sofridas ao longo do tempo pelas práticas esportivas concorrentes. De tal modo, Bourdieu expunha que “Era preciso pensar que não podemos analisar um esporte particular independentemente das outras práticas esportivas” (BOURDIEU, 1984, p. 326). A partir disto, no início dos anos 1980, na França, passou-se a tentar desvelar um “sistema de esportes” ao desenvolver-se oposições simultaneamente complexas e intrincadas. A este respeito, Pociello (1981) exemplifica tais contrastes por meio de duas práticas equestres: o turismo equestre e o trabalho de equitação. Os adeptos do primeiro opõem-se aos praticantes do segundo, ao reivindicar uma singeleza, uma descontração, uma idolatria pelo cavalo e pela natureza, que, para eles, os procedimentos do hipismo não seriam capazes de desenvolver.

Ao realizar-se a análise acerca das características do esporte moderno de Guttman (1978) manifestas em práticas equestres porto-alegrenses, partiu-se do sistema das práticas esportivas equestres para a interpretação de uma prática esportiva particular: o salto do hipismo. Ao longo dos próximos capítulos, com base nas fontes localizadas, procura-se apresentar o salto como um referencial que, historicamente, permite verificar como ocorreu o processo de esportivização no sistema das práticas esportivas equestres de Porto Alegre. Este conjunto de análise é enredado com mais um elemento ao atentar-se ao tipo de capital possuído, o que também se sistematiza, conforme Vigarello (2005). O conceito de capital é de suma importância para apreender a dinamicidade com que se estabelece o espaço social, principalmente no que tange à definição do gosto e dos estilos de vida (SOUZA; JÚNIOR, 2010).

Bourdieu (1989) busca expandir a noção de capital para além da capacidade explicativa de que este conceito se revestia nas abordagens marxistas, explanando que, para compreender as trocas simbólicas permeadas nos mais distintos campos sociais, pode-se recorrer à figura analógica da economia, uma vez que o capital se apresenta como um recurso que tende a atribuir lucros distintivos a quem o possui. Bourdieu (1989), deste modo, vê o

espaço social como um campo de lutas no qual os atores (indivíduos e grupos) organizam táticas que permitem conservar ou melhorar sua posição social. Estas estratégias estão relacionadas com os diferentes tipos de capital. A segunda mais importante expressão do capital, à qual precede apenas o capital econômico, portado pelos agentes sociais, engloba, prioritariamente, a variável educacional, embora não se limite apenas a ela: o capital cultural.

No contexto da equitação, pode-se considerar como capital cultural a equitação gaúcha, a qual, conforme Jacques (2008), refere-se à forma de andar a cavalo desenvolvida no continente sul-americano, a qual se deve ao fato de tratar de um povo pastor em suas origens. Trata-se de uma equitação utilitária, de cotidiano, em que o seu embasamento é o uso dos recursos naturais como forma de sobreviver. Neste território, denominado Pampa Platino⁹, foi onde o cavalo crioulo se desenvolveu, como uma consequência coesa deste complexo de situações ou de condicionantes de ambiente, solo e relevo.

Desta forma, para garantir esta sobrevivência, aplicou-se o princípio do objetivismo utilitário nas práticas e modos de se fazer e trabalhar nesta lida campeira, isto é, permaneceram e resistiram ao tempo as maneiras e os costumes que eram práticos e econômicos no que se refere ao esforço. Aquilo que era trabalhoso, gerando esforço excessivo, e não possuía um melhoramento racional, foi abandonado (JACQUES, 2008). Por esta razão, grande parte do povo sul-rio-grandense, em especial aqueles envolvidos com a vida campeira, agem com muito respeito à tradição. Isto resulta, neste caso, na sujeição a muitos princípios e na esquematização de um legado que se difunde aos descendentes, sustentando os pilares de uma cultura, de acordo com Jacques (2008).

Bourdieu afirmava que “[...] na realidade, cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, certo capital cultural e certo *ethos*, sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribui para definir, entre outras coisas, as atitudes em face do capital cultural e da

⁹ “Pampas” são os campos sul-rio-grandenses cobertos de excelentes pastagens, que servem para criação de gado, principalmente bovino, cavalar e lanígero (NUNES; NUNES, 1994, p.112-113). A região denominada “platina” é formada por quatro países: Argentina, Paraguai, Uruguai e o Rio Grande do Sul, no Brasil, que são banhados pelos rios formadores da Bacia do Rio da Prata. Assim, a expressão “Pampa Platino” refere-se aos pampas desta referida região.

instituição escolar” (BORDIEU, 1998, p. 42). Para Bourdieu, é a família que realiza os investimentos educativos que transmitem para a criança uma determinada quantia de capital cultural durante seu processo de socialização, que compreende saberes, valores, práticas, expectativas quanto ao futuro profissional e a atitude da família em relação à escola (MENEZES, 2009).

Os empregos do conceito de capital cultural, o qual pode ser herdado da família ou adquirido na escola, conforme Bourdieu (2007), são fundamentais para o entendimento das relações de dominação presentes em uma dada composição social. Este conceito se apresenta como um instrumento importante para entender a dimensão simbólica da luta entre os diversos grupos sociais, como a luta pela legitimação de certas práticas sociais e culturais, úteis para determinar e distinguir os diferenciais de poder dos distintos grupos pela posse da cultura dominante ou legítima (ALMEIDA, 2007, p. 47).

Este tipo de capital, de acordo com Bourdieu (1989), sob a configuração dos diversos fatores de produção (trabalho, terras, indústrias) e do conjunto de posses econômicas (bens materiais, patrimônio, dinheiro) é acumulado, reproduzido e expandido por meio de táticas peculiares de investimento econômico e de outras relacionadas a investimentos culturais e à aquisição ou sustentação de relações sociais que podem possibilitar o estabelecimento de vínculos economicamente proveitosos, a curto e longo prazo. A este respeito, pode-se analisar a equitação clássica ou acadêmica, a qual, por sua vez, conforme Rink (2008) tem suas raízes nas academias que se desenvolveram na Europa com o advento da Renascença. O interesse pela cultura clássica, neste período, resultou na redescoberta dos trabalhos do general grego Xenofonte (430-355 a.C.), o qual já debatia a equitação como ciência e arte na Grécia. No topo da hierarquia de Atenas, estava a classe equestre, ou seja, os cavaleiros, uma vez que a equitação fazia parte dos costumes dos aristocratas.

As escolas europeias destinavam-se, especialmente, para a instrução da aristocracia na arte equestre, a qual, ao longo de sua consolidação, passou a compreender, essencialmente, três disciplinas clássicas: o adestramento, o salto e o Concurso Completo de Equitação (CCE). Desde seus primórdios até a atualidade, tais práticas equestres estão associadas às camadas economicamente privilegiadas da sociedade. Consequentemente, o que

predomina no universo equestre constituído em torno de tais esportes, é a importância da posse do capital econômico, expresso, fundamentalmente, pelo significativo valor dos cavalos que atuam nestas práticas, equipamentos e instalações específicos.

Bourdieu (1989) já havia afirmado que o capital econômico relaciona-se com conflitos e concorrência dos indivíduos e grupos por posições nos distintos campos sociais. De tal modo que, ao ponderar sobre os contrastes, pode-se aprofundar o espectro das práticas esportivas equestres, fundamentando-o em gostos sociais, maneiras de ser, sensibilidades coletivas, os quais são capazes de orientar escolhas e preferências (VIGARELLO, 2005).

Tendo em vista as oposições de práticas equestres de uma maneira mais ampla, podem-se focalizar oposições de filiações sociais a cada uma delas associadas. É o caso, por exemplo, das práticas equestres que compõem o Freio de Ouro, mais ligadas à população predominantemente rural, com elevados recursos financeiros, de vida campesina e de lida campeira e, por outro lado, a prática do salto do hipismo, essencialmente conectada, predominantemente, às elites mais urbanas privilegiadas economicamente (ADELMAN, 2006). Ainda, apreciar os contrastes assinala uma visão panorâmica e um espectro distribucional do espaço das práticas equestres: a relação e a comparação de práticas diversas. Por outro lado, a decisão de apontar sensibilidades e gostos confere um segundo requisito teórico: o de vincular cada preferência de prática equestre a um estilo de vida.

De acordo com Vigarello (2005), explorar o espaço das práticas esportivas conduz a explorar diferentes espaços os quais lhe são coextensivos ou que lhe podem ser superpostos, tais como aqueles do gosto estético, do gosto em relação ao vestuário e do gosto alimentar, por exemplo. Na mesma linha de pensamento, Pierre Bourdieu (2007) refere acerca da sensibilidade proletária, a aceção de um operante quase corporal, projetado no cerne das escolhas. Para o sociólogo supracitado (2007), a relação instrumental com o próprio corpo que as camadas populares demonstram em todas as práticas, tendo o corpo como artefato ou desafio, regime alimentar ou cuidado com a beleza, relação com a enfermidade ou os cuidados com a saúde, também se exprime na opção por uma determinada prática esportiva. No agenciamento de um esporte, percebe-se um amplo investimento de esforços, de fadiga ou de

dor (como o boxe, por exemplo) e, em algumas ocasiões, determinando que se ponha em jogo o próprio corpo (como, por exemplo, todas as formas de acrobacia e, em certo grau, todas as práticas esportivas de luta) (BOURDIEU, 2007).

No que se refere às práticas equestres, tem-se, no turfe, “[...] uma profissão em que a própria vida está constantemente ameaçada, pois uma ‘rodada’¹⁰ não é coisa com que se brinque [...]” (CAPIROT, 1957, p. 67). Os jóqueis também demonstravam, para com o seu corpo, tal relação apresentada anteriormente, a qual estava atrelada às classes operárias, tipicamente detentoras de um menor capital cultural. Corroborando com tal fato, reportagem da Revista do Globo registrou que os jóqueis amiúde apresentavam “[...] relativamente pouco estudo [...]” (CAPIROT, 1957, p. 67).

Ainda com relação ao espectro de práticas e engajamentos distintos, conforme Bourdieu (2007), o gosto pelas profissões liberais ou pelos cargos superiores tende a orientar-se para o leve, o fino e o refinado, ao contrário do gosto popular, dirigido para o pesado, para o grosso, para o grosseiro. As relações entre cada uma das práticas esportivas associadas às camadas populares, operárias, bem como entre cada uma das práticas relacionadas com as elites econômicas, de ocupantes de cargos superiores e profissionais liberais, são conduzidas por uma expressão: a homologia (VIGARELLO, 2005). No que concerne às práticas equestres, aquelas mais populares (os jóqueis no turfe e nas carreiras de cancha reta) assemelham-se entre si, assim como as práticas equestres de elite (salto e pólo equestre). O espaço dos esportes pode ser compreendido como homológico aos demais espaços sociais; assim, explorá-lo induz-nos a melhor compreender estes espaços. Outro termo confere mais sentido ainda a estas convergências: o *habitus*, “subjetividade socializada”, ou também “social incorporado”, lei “inscrita” nos corpos (BOURDIEU, 1984), dispositivo sociocultural feito corpo, aquele que todas as relações sociais iniciais inserem no organismo para arranjá-lo como uma demarcação de referência que compõe e é composta.

¹⁰ O termo ‘rodada’, no turfe, refere-se a um tipo de acidente que pode ocorrer durante uma corrida, em que o cavalo, em alta velocidade, perde o controle sobre seu corpo (ou tropeça) e roda em torno de seu próprio eixo, resultando, quase que inevitavelmente, na queda de ambos (cavalo e jóquei).

Tal maneira de se olhar para as práticas esportivas, característica da abordagem da sociologia francesa do esporte, deriva outras duas consequências, de acordo com Vigarello (2005). A primeira delas, a qual vai ao encontro do que Burke (2005) advoga para a História Cultural, fundamenta-se na expansão conferida à noção de “prática”. Uma diferenciação social das lógicas motoras permite justapor esta mesma diferenciação aos dispositivos mais precisos dos gestos esportivos, aos movimentos corporais em seu aspecto mais científico-mecânico. Ao debruçar-se sobre a história das práticas culturais, não se deve limitá-las em si mesmas, uma vez que estas são indissociáveis de um sociocultural continuamente presente no horizonte de investigação e direcionam a revisitar as crenças existentes, as sociabilidades, as memórias particulares, as identidades, os costumes e a cultura dos grupos humanos. Em função disto, pelas lentes desta abordagem da História Cultural e da sociologia do esporte inspirada em Bourdieu, importa ter em conta os determinantes socioculturais dos “estilos” técnicos, um olhar social de suas inovações, de suas alterações.

No contexto do salto do hipismo, tem-se um exemplo para se pensar acerca de tais questões. O capitão de cavalaria italiano Frederico Caprilli, no final do século XIX, teria encabeçado um movimento de mudança na técnica da fase aérea do salto. Tal alteração passava a permitir que, no instante do salto, a cabeça e o pescoço do cavalo permanecessem livres, sem alterar o equilíbrio do animal. Para isto, Caprilli doutrinava os seus alunos a galopar inclinados para frente e, nos saltos, a se erguer nos estribos com o corpo paralelo ao pescoço do cavalo; ou seja, o cavaleiro imitando o gesto do cavalo e o conjunto desempenhando um único gesto, como se faz hoje (RINK, 2008).

Não obstante, deve-se analisar tal fato com muito cuidado, já que, provavelmente, Caprilli não chegou à conclusão de sugerir tal modificação sozinho. É possível que ele representasse um movimento que vinha ocorrendo no sentido de pensar em uma maneira mais facilitada para que os cavalos transpusessem os obstáculos de uma forma que respeitasse sua biomecânica e, conseqüentemente, diminuísse a probabilidade de que cometessem faltas. Um indício foi esboçado pelo próprio Caprilli, ao afirmar que “[...] Tudo o que é necessário é o cavaleiro interferir o menos possível com o equilíbrio natural do cavalo e se ajustar à maneira do cavalo se movimentar” (RINK, 2008, p. 116).

Ao encontro de tal pensamento, tem-se que, no século XIX, houve um amplo florescimento da ciência. Todos os campos do conhecimento registraram pesquisas bem sucedidas e a ciência estendeu-se ao domínio público, ou seja, paulatinamente, tornou-se mais popular. Isto pode ter contribuído para o olhar mais atento a questões biomecânicas, fisiológicas e cinesiológicas dos movimentos. Uma descoberta gestual supõe uma mudança de sensibilidade cultural, de acordo com Vigarello (2005).

Atualmente, os cavaleiros mantêm o corpo inclinado para frente, seguindo a direção do cavalo na transposição do obstáculo. Para tanto, foi necessária uma nova geração de cavaleiros que treinaram o salto com esta nova postura sobre o cavalo; aqueles, entre outros, estimulados por sua ascendência social a uma iniciativa de investigação, de experimentos, de curiosidade intelectual. Assim, os inovadores atletas do salto do final do século XIX são socialmente identificados: famílias mais distintas, filiação igualmente aristocrática.

A segunda consequência baseia-se na extensão do campo da própria sociologia: a aceitação da distinção social como um processo contínuo, um deslocamento sempre reiniciado da distância entre grupos sociais (VIGARELLO, 2005). Em função disto, para realizar uma história destes mesmos grupos, há a necessidade de um estudo mais temporalizado da concorrência entre os grupos e o realce de seus interesses. Na experiência de compor um “sistema de esportes”, conforme Vigarello (2005), melhor se assegurou uma sociologia do esporte, fundamentada em Pierre Bourdieu. Um território amplamente intrincado formou-se delineando a distribuição social dos esportes, aquelas dos praticantes, a dos estilos de práticas e de condutas.

De uma forma mais geral, a própria sociologia da cultura é indissociável da teoria da dominação de Pierre Bourdieu (BONNEWITZ, 2003). De acordo com tal teoria, é por meio da cultura que os dominantes garantem a sua dominação (BOURDIEU, 2007). A cultura constitui ainda um aparelho de acepções hierarquizadas: a cultura se torna uma instabilidade de lutas entre grupos sociais cujo alvo é sustentar os distanciamentos distintivos entre classes sociais. Insurge um campo de análise dos conflitos e da violência simbólicos, que direciona a averiguar as estruturas pelas quais os dominados participam do consentimento de sua dominação. Tal averiguação desemboca

em uma análise da coerência das práticas culturais (dentre estas, as práticas esportivas), as quais apenas podem ser compreendidas por alusão à cultura dominante.

Notadamente, pode-se deparar com a noção de mobilidade social, desenvolvida por Bourdieu (BONNEWITZ, 2003), que assinala o movimento dos sujeitos entre camadas ou classes sociais. Conforme o sentido do movimento, opõe-se a mobilidade vertical ascendente (ascensão social) à mobilidade descendente (declínio social ou regressão ao longo da escala social). Observa-se esta circulação, ao longo do tempo, predominantemente, nas classes médias. Já as classes populares e as dominantes são marcadas, essencialmente, pela rigidez, ou seja, pela reprodução social (BOURDIEU, 1989). Os mecanismos da conservação da ordem social operam, por exemplo, por meio do declínio das oportunidades salariais e perspectivas de carreiras ao longo das gerações. No contexto das práticas equestres, mais especificamente no turfe, o engajamento dos jóqueis, geralmente oriundos de classes mais populares, pode representar uma tentativa de mobilidade social vertical ascendente, na medida em que vislumbram, nesta prática, uma oportunidade profissional salarial, a construção de uma carreira e, conseqüentemente, melhor posição e *status* sociais.

Já a reprodução da ordem social se explica pelas múltiplas táticas que os agentes sociais movimentam para a conservação ou para a apropriação do capital, sob seus diversos tipos (BONNEWITZ, 2003). De acordo com Bourdieu, os agentes sociais buscam, sucessivamente, cultivar ou aumentar o volume do seu capital e, prontamente, conservar ou apurar sua posição social. Os mecanismos de conservação da ordem social prevalecem em razão da importância das estratégias de reprodução.

É plausível instituir uma tipologia destas táticas, dentre as quais se destacam, pela ocorrência no contexto do hipismo em Porto Alegre: a) Estratégias educativas, isto é, táticas escolares das famílias ou dos filhos escolarizados, por exemplo, tendendo a produzir agentes sociais dignos e aptos a receber o legado do grupo, e de transmiti-lo, por sua vez, ao grupo; b) Estratégias de investimento econômico, que são encaminhadas para a perpetuação ou para a ampliação do capital sob suas diferentes espécies; c) Estratégias de investimento social, propondo instaurar ou sustentar relações

sociais diretamente úteis ou mobilizáveis a curto ou em longo prazo, transformando-as em comprometimentos duradouros, especialmente pela troca de dinheiro, de trabalho, de tempo; e d) Estratégias de investimento simbólico, as quais se configuram em atos que visam manter e aumentar o capital de reconhecimento.

Uma cultura legítima é definida pelas classes dominantes, ou superiores, conforme Bourdieu (2007), assinaladas pela importância do capital do qual dispõem os seus componentes. Tal classe dominante se distingue por uma dotação elevada de capital (BONNEWITZ, 2003), e seus membros acumulam, frequentemente, os diversos tipos de capitais. Esta classe sabe jogar com a distinção para assegurar uma identidade própria e estabelecê-la a todos, legitimando certa visão do mundo social.

Ao ter-se em conta que a prática da equitação, de acordo com Bourdieu (1983, p. 149-150), confere “lucros de distinção” aos seus praticantes, uma análise dos esportes equestres em Porto Alegre pode indicar representações construídas a partir de tais práticas, as quais contribuíram para uma demarcação de classe. A comparação das práticas equestres entre si e com as demais práticas esportivas é uma abordagem que ressalta as especificidades de cada uma e direciona ao questionamento de seus significados. Assim, ao confrontar o salto do hipismo a outras práticas equestres porto-alegrenses, podem-se originar aspectos sobre a singularidade da configuração atual do salto e sobre os seus sentidos característicos que emergem por contraste. A partir das diferenças observadas, torna-se presumível identificar os atributos de cada prática. Por procedimento semelhante foi que Norbert Elias optou para analisar as características do esporte em relação a diferentes práticas lúdicas, ao confrontar as formas contemporâneas do esporte com os ancestrais jogos populares (BROMBERG, 2008).

As principais características da teoria sociológica de Elias (1992) são a tentativa de ultrapassar as convergências predominantes de pensamento dicotômico e dualista, tendo em vista ampliar, no sentido do que Elias assinala como “o desvio no sentido da distanciação” (ELIAS, 1992, p. 19), a compreensão dos seres humanos e das sociedades que compõem. Esta teoria ainda admite analisar o sentido social do esporte e, igualmente, enfatizar o controle individual e social da violência e os processos de longa duração que

podem ser observados a este respeito. Em resumo, é uma teoria, acima de tudo, de constante ampliação.

Com relação à estruturação deste universo esportivo, para além das diferenças entre amadores e profissionais, entre simpatizantes do esporte com fins de lazer ou do esporte-competição, Souza, Starepravo e Júnior (2011) propõem compreender a própria disputa que se protagonizou entre cada um dos esportes emergentes ou reinventados, ou seja, entre os subcampos esportivos em processo de ascensão e seus concernentes porta-vozes e estruturas (SOUZA, 2010). Neste aspecto, as associações esportivas, em função de seu caráter voluntário até quase meados do século XX, constituem-se enquanto ambiente de representações de identidades culturais. A noção de identidade, segundo Pesavento (2008), é uma construção imaginária, capaz de produzir, além de coesão social, a identificação do indivíduo perante uma coletividade. Enquanto uma constituição social, a identidade está fundamentada em vínculos de classe, gênero, etnia, cultura, entre outros, que estão em constante transformação (CUCHE, 1999).

A identidade cultural, especificamente, é abarcada como uma modalidade de classificação apoiando-se no vínculo cultural, que envolve a relação de um grupo em oposição a outros grupos, cujas fronteiras culturais não são coincidentes. As circunscrições culturais características identificam os membros de um agrupamento social, da mesma forma que arquetam limites culturais para sua auto-identificação. A partir da caracterização da identidade como um sentimento de vinculação, determinado por uma “origem comum (a hereditariedade, a genealogia), a língua, a cultura, a religião, a psicologia coletiva (a personalidade básica) e o vínculo com um território” (CUCHE, 1999, p. 180), procurou-se identificar as representações de identidade construídas pelos grupos étnicos culturais praticantes de salto do hipismo em Porto Alegre.

Importa frisar que a opção pelas abordagens de Bourdieu (2007), Elias (1992) e Guttman (1978) justifica-se por que, além de permitirem a demarcação histórica do objeto, elucidam o seu caráter de esportividade sem desconsiderar as questões sociais e suas inter-relações. Tendo como referência básica estes autores, analisou-se o subcampo esportivo do hipismo em Porto Alegre, procurando identificar suas possíveis continuidades e rupturas no processo histórico mais abrangente das práticas equestres.

3 OS VESTÍGIOS DA ESPORTIVIZAÇÃO DAS PRÁTICAS EQUESTRES

O cavalo e o sul-rio-grandense sempre se associaram ao longo da história do Rio Grande do Sul, desde a sua formação enquanto um Estado, por meio de batalhas por conquistas de territórios, até as atividades de trabalho e transporte na vida campesina, como montaria e tração. Não seria surpreendente que tal parceria entre homem e animal estivesse presente, também, nos momentos de lazer e diversão. Neste capítulo, abordaremos o contexto em que as práticas equestres, em Porto Alegre, foram manifestando os primeiros vestígios de esportivização, em uma conjuntura em que a organização esportiva estruturava-se de forma associativa na capital do Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do século XX.

A apreciação do sul-rio-grandense pelo cavalo remonta à formação do Rio Grande do Sul. O cavalo já estava presente nos pampas sul-rio-grandenses¹¹ antes mesmo da fundação oficial da primeira povoação portuguesa na capitania do Sul (1737). A definição deste território de fronteiras como brasileiro é devido, significativamente, a homens que, montados a cavalo, ocuparam e defenderam a terra em muitos combates (ROZANO; FONSECA, 2005).

O cavalo não esteve presente apenas nas guerras. Este animal fez parte da história do Rio Grande do Sul durante suas diversas fases de ocupação, colonização e crescimento econômico. No meio rural, nos rodeios, como montaria, ou tração, o cavalo e o sul-rio-grandense sempre se associaram independentemente de serem tempos de paz ou de guerra. Tal parceria, desde tempos muito remotos, foi significativamente estabelecida, como bem nos atesta Callage em uma passagem de seu livro, publicada na Revista do Globo:

[...] não erguemos ainda [...] um monumento ao gaúcho, um monumento ao cavallo¹², um monumento a ambos, já que ambos estão de tal forma ligados na vida campeira e na vida guerreira que seria offender a justiça, separar um do outro em qualquer homenagem daquela natureza (CALLAGE, 1929, p. 10).

¹¹ Campos sul-rio-grandenses cobertos de excelentes pastagens, as quais servem para criação de gado, principalmente bovino, cavalar e lanígero (NUNES; NUNES, 1994, p. 112-113).

¹² Nas citações literais, optou-se por manter a grafia original do período, a fim de não descaracterizar ou alterar o sentido contido na fonte primária.

Considerando-se o envolvimento do povo do Rio Grande do Sul com os cavalos desde o período das conquistas de território do estado, não surpreende que, desde a segunda metade do século XIX, as oportunidades preferenciais de diversão e lazer dos sul-rio-grandenses estivessem relacionadas aos cavalos, em especial às touradas, às cavalhadas e às corridas de cavalos. Em particular, as corridas de cavalos, especialmente dos rústicos cavalos crioulos, já se configuravam como uma destas preferências.

Os cavalos da raça crioula, em especial, são os principais companheiros dos sul-rio-grandenses em suas lidas diárias de trabalho campeiro. Estes animais desempenham uma função importante na cultura do Rio Grande do Sul por apreender-se que são, legitimamente, originados na região do Pampa (GIANLUPPI et al, 2009). O jornal A Gazeta de Porto Alegre, por ocasião da inauguração do primeiro hipódromo da cidade, em 1880, publicava: “[...] o Rio Grande é a Hungria do Brazil, - é a província em que todos sabem andar a cavallo e em que o cavallo desempenha um importantíssimo papel na economia social” (INAUGURAÇÃO..., 1880, p. 1).

Os ginetes (cavaleiros, soldados, regulares ou de piquetes, peões ou mesmo índios missioneiros), em pleno campo, se desafiavam, no retorno das campeiradas, conjecturando sobre quem possuía o cavalo mais veloz (GOLIN, 2004). A partir disto, emergem as denominadas carreiras de cancha reta. As regras desta prática possuem relação lógica entre meios e fins e configuram-se como artefatos culturais. As disputas ocorriam em pistas retas, sob a medida de quadras¹³, em uma cancha com o solo sem vegetação, ou seja, capinada, com a terra plana e raias pequenas e estreitas (ROZANO; FONSECA, 2005). O hábito das carreiras, ao passar a permitir a presença de espectadores, apresenta um invariável volume de dinheiro envolvido no jogo com as apostas, acabando por transformar-se, também, em uma atividade de negócio. Tais

¹³ As canchas possuíam metragens de 300, 400 ou 500 metros (KILPP, 2008), ou seja, cerca de duas, três ou até quatro quadras, respectivamente, já que uma quadra equivalia a 128 metros (ROZANO; FONSECA, 2005). Golin (2004) afirma que os *carreiristas* sempre preferiam uma cancha reta com uma metragem não muito longa, com um percurso de aproximadamente 260 a 400 metros, ou duas a três quadras no máximo. Bento (2002, p. 17) destaca que, mesmo depois da instituição do sistema métrico pela Lei n. 1157, em 1862, as corridas de cavalos ainda foram realizadas por quadras ou voltas por muitos anos depois desta lei. Apesar de ter sido prevista a substituição gradual do sistema de pesos e medidas em todo o Império em dez anos, isto não aconteceu e ainda tardou alguns anos até o brasileiro se adaptar ao novo sistema.

espectadores eram compostos por grande parte da população masculina sul-rio-grandense, independentemente da condição social (BISSÓN, 2008).

Após o término da Revolução Farroupilha (1835-1845), pôde-se perceber um novo período de reconstrução em todo o estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, a capital, estava à frente na retomada do desenvolvimento, com a construção de harmoniosos prédios públicos e a realização de melhorias urbanas. Ainda assim, diante de um cenário atravessado pelos ares da modernização, procurava-se uma maneira de conciliar a antiga paixão dos gaúchos: as corridas de cavalos. Muitas disputas, portanto, ocorriam em trechos de estradas de acesso à cidade, na periferia ou em alguma várzea, antes mesmo da inauguração do primeiro hipódromo em Porto Alegre. De acordo com Rozano e Fonseca (2005), em 1852 há registros de corridas tipo cancha reta no Passo do Feijó, antigo nome de Alvorada, atual município limítrofe de Porto Alegre (atualmente, Passo do Feijó é o nome de um bairro de Alvorada). Isto indica que as disputas que agradavam aos sul-rio-grandenses do interior do Estado ocorriam também em plena capital.

Ao encontro de tal ideia, Franco (1998) apresenta o fato de que a corrida de cavalos – diversão predileta do campeiro sul-rio-grandense – foi praticada em Porto Alegre desde tempos muitos remotos. O mesmo autor (1998) ainda acrescenta que Aquiles Porto Alegre, em uma de suas crônicas, escreveu sobre esta prática equestre em Porto Alegre, na segunda metade do século XIX. Aquiles relatou que as corridas de cavalos, antes de existirem os hipódromos na cidade, eram realizadas em algum trecho de estrada ou no Campo da Várzea (atual Parque Farroupilha), próximo ao Colégio Militar. Este local parecia ser a cancha preferida, como bem retrata Franco (1998): “Aí se reuniam aos domingos e dias feriados, os moradores dos subúrbios e dos povoados vizinhos, que tinham paixão pelas corridas de cavalos” (FRANCO, 1998, p. 204). O Morro de Teresópolis, no entanto, era o lugar mais conhecido da cidade pelas disputas de carreiras (MACEDO, 1973; FRANCO, 1998).

As carreiradas constituíam um evento propício para o convívio social. Grande parte da população local era mobilizada, promovendo encontros entre amigos e configurando-se, também, como um ambiente para ver e ser visto, considerando que até mesmo as mulheres passaram a compor a assistência. Os habitantes ocupavam todos os espaços aos dois lados da cancha e, ali,

passavam o dia inteiro (GOLIN, 2004). Desta forma, barracas eram armadas para vender comidas e bebidas, além do tradicional churrasco na região. A passagem seguinte, da Revista *Sportiva*, editada em Porto Alegre, pode auxiliar a fornecer um cenário de um dia de carreiras:

E as carreiras em desafio foram acentuando, aos poucos, o ardor e o entusiasmo por esse gênero de esporte. Um desafio, precedido sempre de comentários e provas determina o juntamento de centenas de pessoas. É um espetáculo interessante o que decorre de uma carreira em tais condições. A cavalo, de carro e outros meios de locomoção, o povo vai chegando e, dentro de pouco, nota-se a cancha ladeada por enorme massa popular. Improvisam-se casas de pasto, onde além do tradicional churrasco e o clássico chimarrão, se vendem outras iguarias. A viola entra em ação e o despique se dá entre os trovadores e os presentes (Revista *Sportiva*, 1907, p. 23).

Apesar de consistir em uma primitiva prática equestre, percebe-se, pela citação anterior, que tal publicação denominava as carreiras de cancha reta como um “esporte”. Como uma das práticas equestres primordiais no estado do Rio Grande do Sul, tais carreiras, para Golin (2004), também constituíam “o esporte e o jogo de preferência do homem do pampa” (p. 82). Isto é, o habitante dos campos sul-rio-grandenses admirava e prestigiava tais corridas, as quais, além de fazerem parte de negócios que envolviam grandes somas de dinheiro, integravam brincadeiras, ocorrendo nas tardes dos fins de semana na capital e em muitas cidades do interior do Estado também. Há relatos de que a tradição das corridas de cavalos no Rio Grande do Sul exista desde a chegada dos primeiros animais em seu território¹⁴ (ROZANO; FONSECA, 2005).

No contexto desta primitiva prática equestre, já se podia observar uma preocupação com a participação com certa garantia de sucesso, ou seja, a característica pressão moderna pelo resultado, da qual resulta a especialização, conforme Guttmann (1978). Deste modo, emergiram duas especialidades atreladas às carreiras de cancha reta: a do “compositor” e a do jóquei (GOLIN, 2004). Até os dias atuais, no pampa, o treinador de cavalos é chamado de “compositor”. Eram estes treinadores que determinavam a

¹⁴ No contexto mundial, de acordo com Bento (2002), as primeiras corridas de cavalos surgiram na Europa como um meio de divertimento público. Os gregos e os romanos mostravam sua arte por meio da Equitação nos dias de solenidade.

alimentação e o treino básico dos animais. De tal modo, alimentavam os cavalos com milho e alfafa fenada, além de aplicar-lhes banhos. Como parte do treinamento, as arrancadas e as corridas tinham o intuito de deixar estes animais fortes e velozes. Percebe-se que, neste contexto, o treinamento parecia restringir-se somente aos animais.

Igualmente, passou a ocorrer uma especialização dos cavalos que disputavam tais carreiras: os mais aptos para tal, em função das qualidades físicas exigidas de força e velocidade aliadas, eram os cavalos de trabalho, os crioulos. Estes equinos, de procedência ibérica, possuíam predominância de sangue árabe. Com o passar dos séculos, foram apurados e terminaram se definindo como raça específica do Cone Sul (nome comumente relacionado à parte meridional da América do Sul) e muito valorizada nas atividades de pastoreio.

Ao seguir a vertente de análise de Guttmann (1978), com relação ao intrincado sistema de pessoal de apoio e ao movimento primário, secundário e terciário com a prática (de acordo com o grau de envolvimento com a prática em si), ainda podem-se identificar outras especialidades. Além do jóquei, do cavalo e do “compositor”, a conjuntura das carreiras de cancha reta ainda envolvia os apostadores, que eram pessoas, geralmente, diretamente ligadas ao campo; os bolicheiros, que eram os donos dos bolichos, casas de negócio de pequeno sortimento, os quais armavam ramadas (abrigo) para vender comidas e bebidas (NUNES; NUNES, 1994, p. 26); espectadores; e os juízes de partida e de chegada, os quais, respectivamente, utilizavam um laço ou uma bandeira para dar a largada e conferiam qual conjunto havia cruzado primeiramente a linha de chegada. Portanto, com relação às práticas equestres, em Porto Alegre, desde a segunda metade do século XIX, quando se tem indícios das primeiras carreiras de cancha reta na cidade, em estradas periféricas e no Campo da Redenção (ROZANO; FONSECA, 2005), já se podem identificar elementos que indicam um incipiente processo de esportivização das mesmas.

Durante todo o século XIX, o que predominara em termos de práticas entre os porto-alegrenses foram atividades lúdicas em recinto fechado: o teatro, a música, o baile, o recitativo, os bilhares e a antiga paixão ibérica do carteadado. A exceção ficava por conta dos imigrantes alemães e de seus descendentes,

ou seja, os teuto-brasileiros. Estes se mostravam afeitos à ginástica e ao tiro-alvo, e, posteriormente, ao remo. Conforme Mazo (2003), aproximadamente em 1850, as associações esportivas alemãs passavam a ser organizadas, em um período em que houve uma maior dinamização da vida intelectual e social da comunidade alemã – principal influente na emergência do associativismo esportivo na cidade de Porto Alegre.

Na transição do século XIX para o XX, no que se refere ao lazer e às diversões ao ar livre, praticamente, só havia o antigo costume sul-rio-grandense das carreiras de cancha reta, o que é condizente com a estrutura rural predominante na cidade. Melo (2009a) afirma que os primitivos esportes¹⁵ eram distinguidos pela presença e pelo uso de animais, sobretudo do cavalo, o que instituíra, na urbe, uma ligação com a tradição campeira, unindo a nova prática com antigos sentidos e significados. Esta prática preservava os homens de maiores ostentações corpóreas em um período em que os desdobramentos dos fatos da modernidade ainda eram incipientes.

Uma análise a partir do entendimento de Guttmann (1978) acerca das carreiras de cancha reta em Porto Alegre revela que esta prática equestre não comportava todas as características necessárias para configurarem-se como esporte. Não foram localizados, nas fontes acessadas, indícios de que estas corridas dispusessem de uma rede de burocratização e de entidades institucionalizadas na cidade, por exemplo. A sua ocorrência, deste modo, não estava atrelada à configuração de um associativismo esportivo, mas sim dependia da iniciativa de pessoas. Estas, no entanto, não se encontravam vinculadas formalmente com base na organização de uma entidade para tal, característica fundamental na configuração de um esporte moderno.

Embora já ocorressem carreiras de canchas retas na periferia e, algumas vezes, em região mais central no Campo da Várzea (atual Parque Farroupilha), as corridas de cavalos com um novo formato (circular/elíptico) são

¹⁵ Refere-se ao esporte em seu sentido moderno, como uma prática moderna, apesar de poderem-se identificar fenômenos semelhantes em outros períodos históricos. Trata-se, aqui, do esporte que localiza as suas raízes na Inglaterra do século XVIII, sendo mais nitidamente sistematizado nas *public schools* inglesas no século XIX (BOURDIEU, 1983) e velozmente se dissemina por outros países, entre os quais, pioneiramente, a França e os Estados Unidos. A propagação do esporte moderno está intimamente relacionada com o desenvolvimento da Segunda Revolução Industrial, com a busca de novos comércios e o avanço dos relacionamentos econômicos universais. No Brasil, segundo Melo (2009a), o campo esportivo principia a sua estruturação em meados do século XIX.

registradas apenas em 1872. Foram realizadas algumas exposições no Campo da Várzea (AMARO JUNIOR, 1947), onde tantas iniciativas tiveram lugar e onde surgiram muitas agremiações esportivas (ROZANO; FONSECA, 2005). O estudo de Mazo (2003) registrou a realização de algumas práticas esportivas no Campo da Várzea, como, por exemplo, a natação, o atletismo, além das corridas de cavalo.

Nos anos de 1870, chegou à cidade o domador capitão Luiz Jacome de Abreu e Souza, que disseminava um novo método de domar potros, aspecto muito importante antes de se iniciar a preparação de um cavalo para qualquer prática equestre. Segundo Franco (1998), Luiz Jacome era um apaixonado hipólogo e professor de equitação que pretendia despertar o interesse pela criação do cavalo puro-sangue inglês (a raça desenvolvida para as corridas de cavalos) e, na mesma medida, pelo turfe. Apesar do significativo sucesso da sua iniciativa, somente cinco anos mais tarde, em 1877, foi valorizada a nova proposta de corridas que, posteriormente, viria a constituir, em Porto Alegre, o que conhecemos por “turfe”¹⁶, e, por consequência, o primeiro hipódromo¹⁷ da cidade foi construído.

Juntamente com as carreiras de cancha reta, outra prática equestre da qual se dispõe de registros de que compôs as primeiras atividades de diversão e lazer com a participação do cavalo, em Porto Alegre, são as touradas. Nas últimas décadas do século XIX, as touradas eram realizadas nos Campos da Várzea, que abrigavam os mais importantes centros de recreação da cidade no período. Nestes campos, estava localizado o Circo de Touros ou Praça de

¹⁶ O turfe, conforme Melo (2007a), é uma prática esportiva que envolve corridas de velocidade de cavalos estruturadas e organizadas por clubes. O mesmo autor ainda acrescenta que tais corridas, nas quais os cavalos são conduzidos por um jóquei, sempre são realizadas em pistas ovais, de grama ou areia (MELO; MAIA, 2006).

¹⁷ Segundo Melo (2007a), hipódromos são os locais adequados para a prática do turfe, normalmente constituídos de uma pista oval ou quadrangular (de diferentes dimensões e formatos), arquibancadas, uma estrutura para a preparação dos cavalos para as corridas (local do encilhamento), as casas de apostas, além da parte de convívio e parte social (bares e/ou restaurantes). O referido autor destaca que, no Brasil, os hipódromos foram as primeiras instalações especificamente dedicadas à prática esportiva. No que diz respeito às nomenclaturas, adota “prado” de maneira intercambiável e equivalente a “hipódromo”. Ao consultarem-se dicionários da língua portuguesa, também se encontra o emprego como sinônimos dos conceitos de “hipódromo” e “prado”. O termo “prado” tem sua origem em razão das amplas áreas verdes onde eram construídos os hipódromos com o novo formato (circular/elíptico) no estado do Rio Grande do Sul. Em função disto, os frequentadores começaram a denominar estes locais de prados, já que todos eles se situavam em meio a campinas planas, cobertas de pastagens (BISSÓN, 2008).

Touros, em frente à Rua da República (MACEDO, 1999), onde as touradas eram assistidas por um público que abarcava desde as camadas mais populares até a classe com alto poder aquisitivo da sociedade (AS TOURADAS..., 1910). Semelhantes a arenas, os circos eram de madeira, não tinham cobertura e os camarotes ficavam na parte superior das arquibancadas.

Um dos tipos de tourada realizados na cidade era muito semelhante à tourada portuguesa, em que há a lide a cavalo (AS TOURADAS..., 1910). Apesar de não estar documentada a raça equina que se utilizava para tal fim em Porto Alegre, os cavalos da raça lusitana são os animais empregados nas touradas portuguesas, de onde provavelmente originam-se as touradas na cidade. Estes cavalos, assim como os da raça crioula, também são fortes, porém mais tranquilos e extremamente corajosos perante o touro. É justamente em função destas características que os cavalos lusitanos são especialistas em touradas.

A prática da tourada constitui a configuração mais corriqueira da tauromaquia portuguesa, e estabelece-se em torno dos cavaleiros, os quais, nesta prática equestre, passam a ser os protagonistas da ação (MOLINIÉ-BERTRAND; DUVIOLS; GUILLAUME-ALONSO, 1999). No passado, as touradas eram vistas como uma arte dos aristocráticos, que nela vislumbravam uma forma de divertimento, uma ocasião para celebrar e um exercício para as batalhas de guerras. Porém, esta funcionalidade foi apagada e a profissionalização do saber-fazer dos cavalarianos nobres passou a consistir em uma oportunidade para a representação da pequena burguesia falida, ou seja: transitou para uma funcionalidade simbólica, ao procurar afirmar toda uma relação social abarcando a propriedade latifundiária.

De acordo com Guttmann (1978), as touradas são muito antigas, reveladas por mosaicos descobertos na antiga Creta como prováveis partes de rituais religiosos. No contexto porto-alegrense, secularizadas, isto é, sem fins utilitários, as primeiras touradas de que se tem notícia ocorreram em 1875¹⁸. Estas ajudaram a animar as tardes de domingo no Campo da Várzea, por um longo tempo. Franco (1998) refere que no período inicial, contam os cronistas

¹⁸ Melo (2001) indica a ocorrência de touradas de forma mais organizada a partir de 1810 na cidade do Rio de Janeiro, a qual, assim como Porto Alegre, encontrava-se em processo de expansão, porém de forma ainda mais acentuada em função de configurar-se como a capital nacional no período.

da época, estes espetáculos atraíram um público numeroso. As crianças e as mulheres também vibravam com os embates entre homens e touros.

Outro viés pelo qual se pode analisar a tourada é o da não existência da igualdade em sua prática. A tourada, por excelência, conforme Guttman (1978), apresenta um *status* de desigualdade. Nos eventos de touradas em Porto Alegre, ocorria o enfrentamento entre homem e touro, ou seja, uma disputa em desigualdade física, em que o toureiro, ao esperar pelo ataque do touro de costas e, muitas vezes, ajoelhado, vira-se instantaneamente com o objetivo de prender-se em seus chifres, mantendo-se aí firmemente por um período de tempo.

Outra forma de tourada realizada em Porto Alegre era muito semelhante à tourada portuguesa, em que há o combate a cavalo (AS TOURADAS..., 1910). Tais touradas, possivelmente, foram apropriadas em Porto Alegre em função da imigração açoriana que remonta às origens da cidade. Neste formato, o touro é enfrentado não mais por um toureiro, mas sim por um cavaleiro (ou picador), o qual tem por objetivo atingir o touro com ferros sem deixar que este toque em seu cavalo. É exigida muita habilidade do conjunto cavalo-cavaleiro nesta prática de tourada, a qual pode representar uma aproximação da característica de igualdade, uma vez que o homem passa a dispor das vantagens de se duelar com o touro sobre o dorso de um cavalo. Todas as vantagens físicas daí advindas (maior força, estatura, agilidade e proteção) podem indicar uma modificação que resultou em uma aproximação do ideal de igualdade inerente ao esporte moderno. O homem passa, então, a acessar a ação com o touro dispondo de condições que diminuem a distância entre as chances de cada um de obter a vitória.

Contudo, a igualdade de condições para competir ainda não era contemplada em sua plenitude ao ter-se o toureiro, agora cavaleiro, disputando a tourada sobre um cavalo. As diferenças físicas entre estes dois animais, touro e cavalo, ainda persistiam, já que o touro possui seu par de chifres para defender-se e o cavalo, apesar de não possuir tal recurso, tem na fuga ágil e habilidosa sua principal defesa na batalha. Certamente que estas qualidades diferentes resultam em atuações desiguais na arena.

Eventuais reflexões poderiam ser aqui suscitadas com relação à validade de se efetuar tal prática, em função da discussão levantada por alguns

grupos de defesa dos direitos dos animais. Estes criticam a prática da tourada por considerarem-na uma ação de atrocidade sem justificativa, a qual não se insere nas tradições humanistas¹⁹. Entretanto, considerando o objetivo deste estudo, o ponto fulcral de concentração é discorrer acerca da esportivização das práticas equestres à luz da classificação de Elias, Dunning e Guttmann para o esporte moderno. Ao ter por base, por exemplo, a característica da igualdade, desenvolvida por Guttmann, tem-se que, em Porto Alegre, no início do século XX, a prática das touradas afastava-se da configuração de um esporte moderno. Tal atributo, pelo raciocínio desenvolvido acima, expressava-se de forma muito comprometida e distante do ideal na arena da Praça de Touros da cidade.

Próximo ao final da década de 1890, segundo Franco (1998), o circo de touros em Porto Alegre começou a enfraquecer. Seus últimos espetáculos de touradas ocorreram no primeiro semestre de 1898, tendo ampla repercussão na imprensa local. No fim de abril do mesmo ano, o jornal A Federação publica a despedida de um dos toureiros, o qual declarou “[...] não haver mais condições de trabalho”, desculpando-se com a população pela falta de touros, de músicos e de ferros (MACEDO, 1999, p. 78). Tal passagem ilustra diferentes tipos de acesso a esta prática: enquanto para alguns, a tourada significava uma profissão para se conquistar o sustento, para outros, em contrapartida, ela representava momentos de lazer, diversão, distração e, até mesmo, distinção, ao ocupar os camarotes na parte superior das arquibancadas e, daí, contemplar o evento. Isto se faz notar no trecho de uma

¹⁹ Em Portugal e na Espanha, desde 2009, há zonas que proibiram a realização de touradas (SANTOS, 2009b). No Brasil, até o século XIX, Porto Alegre contou com as touradas na praça de touros situada no Campo da Várzea (atual Parque da Redenção). Com cavaleiros, bandarilheiros (toureiros que, a pé, espetam bandarilhas no touro), forcados (homens que nas touradas fazem as pegadas, enfrentando o touro corpo a corpo) e pega (ato de agarrar o touro à mão, pelo cachaço ou pelo lombo), assim como pantomimas tauomáquicas, eram consideradas eventos sociais, recreativos e artísticos, atraindo classes populares e elites econômicas (AS TOURADAS..., 1910). A informação disponível não permite saber se o animal era sacrificado nas apresentações em Porto Alegre. Havia praças de touros em São Paulo (HAAG, 2004), Santos (LOPES, 1959), Cuiabá (MENDONÇA, 1966; RAMOS, 1999), Curitiba, Salvador e no Rio de Janeiro (MELO, 2009a). Nesta, em 1922, dentre as festividades do centenário da independência, realizaram-se touradas com registro cinematográfico (AS GRANDES..., 2010); posteriormente foram proibidas, em 1934, por Getúlio Vargas, juntamente com as rinhas de galo (BRASIL, 1934).

reportagem do jornal Correio do Povo, a qual destaca: “o que de mais distinto, tanto no bello sexo, como no masculino, possui a nossa sociedade, se via no circo, que apresentava, nesse dia, o mais attraente aspecto” (AS TOURADAS..., 1910).

A respeito da assistência, Franco (1998) adverte que, no final do século XIX, os espectadores encontravam-se decepcionados com a pouca ferocidade dos animais e mais vaiavam do que aplaudiam. Este autor apresenta a citação de um jornalista que chegou a definir os touros como “um mais manso do que o outro, uma legítima terneirada tambeira” (FRANCO, 1998, p. 103). Ao almejar animais mais ferozes, os espectadores destas touradas podem exemplificar aquilo que Elias (1992) apresenta acerca do divertimento e do prazer relacionados a tragédias e guerras. Estes despertariam temor, aflição, agonia, cólera, ira e muitos outros sentimentos os quais seriam evitados, se possível, na vida real, da mesma forma que se tenta evitar uma doença, por exemplo. Contudo, tais sentimentos são estimulados por simpatia e pela compaixão que incentivam estas ocasiões de divertimentos, tais como ao assistir um toureiro prestes a enfrentar um touro muito feroz em uma arena.

Elias (1992) alude que psicólogos relacionam a procura por este tipo específico de tensão em passatempos excitantes com a necessidade, imposta pela vida moderna, de liberar outras atividades mentais além daquelas esgotadas na vida diária de trabalho. Esta forma de excitação relacionada, frequentemente, com o medo, com a tristeza e com outras emoções miméticas que procurariam ser evitadas na vida cotidiana, constitui uma maneira de mostrar que o aumento das tensões é um ingrediente essencial nestes tipos de divertimentos de lazer. Os sentimentos dinamizados em uma situação imaginária de uma atividade humana de lazer têm afinidades com os que são desencadeados em situações reais da vida – é isto que a expressão “mimética” indica. Do mesmo modo, os espectadores de uma tourada podem aproveitar a excitação mimética de um confronto entre dois seres vivos, evoluindo de um lado para o outro no terreno de uma arena, com a ansiedade de não saber se algum mal acontecerá a um dos dois; mas, com a certeza de que nenhum mal ocorrerá a si.

A simples “libertação das tensões” ou “recuperação do trabalho” constituem hipóteses insuficientes para explicar a tensão/excitação procurada

por meio dos movimentos corporais. Se assim o fosse, as pessoas gastariam o seu tempo livre em atividades características desta esfera, apenas passeando, se descontraíndo ou descansando, ao invés de procurar pelas tensões e excitações provocadas pelos movimentos de seus corpos.

No último quartel do século XIX, mais precisamente em 1877, o Prado Porto-Alegrense, o primeiro hipódromo de Porto Alegre, posteriormente denominado como *Boa Vista*, foi inaugurado entre os atuais bairros Partenon/Santana, na atual Rua Vicente da Fontoura (BENTO, 2002). O advento das corridas em pistas circulares ou elípticas, além do fato de que as corridas de cavalos passaram a constituir espetáculos ainda mais emocionantes, levou a um aumento na afluência, passando a exigir locais mais adequados para o público (BISSÓN, 2008).

Depois do Boa Vista, ainda em 1877, iniciou-se a construção do Prado Rio Grandense, que entrou para a história do turfe e da cidade como Menino Deus, uma vez que se situava neste bairro (AMARO JUNIOR, 1947). Este segundo Prado oficialmente instalado em Porto Alegre, foi inaugurado em 1881 no local do antigo parque de exposições, na atual Avenida Getúlio Vargas, onde está a sede da Secretaria da Agricultura do Estado (ROZANO; FONSECA, 2005).

O Prado Navegantes teve suas atividades iniciadas em 1891. Situava-se a 500 metros da linha do bonde, proximidade almejada por todos os prados da época. Apresentava acesso pela Rua do Prado (atual Rua Lauro Müller), do Bairro Navegantes. Este bairro, posteriormente sediou o grupo Renner, uma empresa que promoveu a prática esportiva entre os funcionários, destacando-se o futebol.

Em 1894, Franco (1998) registrou a inauguração de outro Prado, destinado a tornar-se o único durante muito tempo e a centralizar decisivamente as atividades turfísticas da cidade. Tratava-se do Prado Independência, localizado no Bairro Moinhos de Vento, em terreno onde atualmente situa-se o Parque Moinhos de Vento (popularmente conhecido como “Parcão”). “Com o passar do tempo, o hipódromo passaria a ser chamado de Prado do Moinhos de Vento” (BISSÓN, 2008, p. 22). Este Prado localizava-se entre a Rua Mostardeiros e um pequeno trecho da Rua Independência (atual Rua 24 de Outubro).

Destarte, na década de 1890, havia quatro prados funcionando simultaneamente na cidade. A presença de vários prados, por algum tempo, possibilitou o desenvolvimento do turfe sul-rio-grandense, que se transformou em um dos principais espetáculos esportivos no início do século XX, em Porto Alegre. Estes fatos evidenciam que, à medida que foram sendo criados os prados, as corridas de carreiras de cancha reta começaram a perder espaço na cidade (MAZO, 2003). Estas, possivelmente, constituem uma prática equestre a qual, em seu processo de desenvolvimento, pode ter constituído os primórdios das corridas de cavalos como até os dias atuais se conhece em Porto Alegre: o turfe.

A utilização do cavalo acompanhava o processo de desenvolvimento do Estado, adaptando-se não somente às novas condições impostas pela paulatina urbanização, mas também aos novos sentidos atribuídos às práticas equestres. Se em um determinado período o cavalo representou para o sul-rio-grandense um auxílio/arma de guerra e duelos por conquistas de territórios, em outro momento este animal passava a simbolizar a possibilidade de trabalhar nos campos com o gado bovino. Uma prática equestre que representava momentos de lazer e um jogo de azar, como as carreiras de cancha reta, ao relacionar-se com o contexto sociocultural e político-econômico, passa a incorporar elementos de esportivização. Contudo, o turfe ainda sustenta as representações de oportunidades de diversão e lazer, além de um jogo de azar e apostas; percebe-se, assim, que entre as carreiras de cancha reta e o turfe não há somente rupturas, mas também continuidades.

Processo semelhante também pode ser identificado em algumas práticas equestres relacionadas à raça crioula. Presentes no trabalho campeiro dos pampas sul-rio-grandenses desde, pelo menos, o século XVI (TEIXEIRA, 2011), tais práticas, em determinado momento, passam a assumir, em um contexto estabelecido, uma finalidade utilitária distinta daquela até então constituída de um trabalho campeiro. Tratam-se das práticas que compõem o Prêmio Freio de Ouro, o qual já é promovido há mais de 30 anos pela Associação Brasileira de Criadores de Cavalos Crioulos (ABCCC), organizada em 1932. Tais práticas desenvolveram, no desenrolar do tempo, todas as propriedades de esporte moderno, adquirindo-as em meados do século XX.

A procedência desta, que é a prova da ABCCC mais importante, encontra-se na cidade de Jaguarão, no Rio Grande do Sul, durante a década de 1970. Até este período, ocorriam somente exposições morfológicas. Uma vez preocupados com a funcionalidade do cavalo Crioulo, alguns criadores da cidade estabeleceram a 1ª Exposição Funcional. As instalações eram simples e o número de participantes era limitado. O sucesso do evento, nos anos seguintes, chamou a atenção da ABCCC, pois esta nova prova combinava funcionalidade e morfologia (COELHO, 2012).

As provas que constituem o Prêmio Freio de Ouro têm por objetivo, portanto, além de difundir, promover e valorizar a raça crioula de equinos, servir-se das mesmas como um instrumento de seleção de animais (GIANLUPPI et al, 2009). Nesta triagem, são avaliadas a morfologia, por meio da verificação do enquadramento do cavalo nos modelos da raça, e a sua funcionalidade, por meio da avaliação da atuação do conjunto ginete e cavalo em práticas que reproduzem os serviços de campo. Trata-se de provas que são mais direcionadas à avaliação do animal e visam ao melhoramento da raça equestre específica, valorizando a reprodução daqueles animais com maior destaque em sua atuação nestas disputas. Ou seja, não são realizadas apenas pelo prazer em si na prática e nem com o objetivo do trabalho campeiro. As práticas equestres que compõem o Freio de Ouro apresentam a característica de estarem mais ligadas à população predominantemente rural, de vida campesina e de lida campeira.

As práticas que compõem o Freio de Ouro apresentam todas as características do esporte moderno de Guttmann (1978); contudo, não possuem um aspecto fundamental proposto por Elias e Dunning (1992): a busca pelo prazer por meio da prática em si. Em detrimento disto, o que se identifica é um fim utilitário, a saber, o julgamento dos cavalos da raça Crioula com o intuito de aperfeiçoá-la. Por conseguinte, considera-se, neste estudo, que as práticas que constituem o Prêmio Freio de Ouro não se configuram como práticas esportivas, mas sim como práticas equestres com elementos de esportivização.

As provas de Tiro de Laço e Crioulaço, por sua vez, também realizadas com cavalos crioulos, são desempenhadas pelo prazer em si na prática. Tais disputas fundamentam-se no que é realizado nas estâncias, quando existe a

necessidade de imobilizar um boi/novilho²⁰ para cuidá-lo ou marcá-lo (COELHO, 2003). Desta forma, estas provas consistem em utilizar o cavalo e uma corda de couro para perseguir e laçar uma rês por uma pista de 100 metros de distância.

O tiro de laço consiste em uma prática equestre que apresenta elementos de esportivização, tendo emergido, com esta configuração, em Esmeralda, quando esta localidade ainda configurava um distrito de Vacaria, na década de 1950 (APPIO, 2010). Neste local, foi realizado o primeiro torneio de laço no Estado, com características competitivas, e que originou os atuais rodeios em que são realizadas as provas de tiro de laço.

Em Porto Alegre, é provável que esta prática tenha seus primórdios atrelados ao primeiro Centro de Tradições Gaúchas (CTG), o “35 CTG”, fundado em 1948 (FERREIRA, 1987). Conforme Orreda (1999), os CTG’s constituem pólos difusores da cultura tradicionalista sul-rio-grandense, tendo como intuito tanto a preservação quanto a divulgação das práticas campeiras e artísticas tradicionais.

As disputas de tiro de laço, no Rio Grande do Sul, são realizadas, geralmente, com cavalos crioulos. Os animais desta raça, em especial, são os principais companheiros dos sul-rio-grandenses em suas lidas diárias de trabalho campeiro. Além disto, conforme reportagem publicada no jornal Correio do Povo de 1912, “o cavalo crioulo é forte, é ágil, é de uma rusticidade a toda prova” (II EXPOSIÇÃO..., 04/05/1912, p.25). Ao considerarem-se tais características destes animais, assim, tem-se que configuravam a raça equina mais adequada para o serviço campeiro. Os cavalos crioulos foram selecionados, assim, ao longo do tempo, para tal fim, tornando-se a sua criação indispensável nas estâncias.

O Crioulaço é uma prova de tiro de laço com regulamento específico para uma disputa somente entre cavalos crioulos, criada pela ABCCC. A primeira prova do Crioulaço foi realizada, oficialmente, em 1992, na cidade de Cacequi, no Rio Grande do Sul. O grande diferencial entre o Tiro de Laço e o Crioulaço é que este último, além de só permitir a participação exclusiva de cavalos crioulos, é disputado em duplas, e não individualmente, como no Tiro

²⁰ “Novilho” é um termo utilizado para o boi que se encontra na idade de um a seis meses.

de Laço. Ao longo do tempo, o Crioulaço conquistou numerosos praticantes e, atualmente, na final da prova, realizada anualmente, no mês de janeiro na cidade de Esteio, o número de participantes ultrapassa 600 competidores, todos devidamente qualificados nas provas de suas regiões.

Tanto as provas de Tiro de Laço como as do Crioulaço, desempenhadas sem um fim utilitário e pelo prazer em si na prática, são originadas da equitação sul-rio-grandense campeira e utilitária. A ABCCC instituiu regras características no Crioulaço para a competição entre conjuntos envolvendo cavalos crioulos pelo puro prazer do momento de laçar a rês. Para a prática, assim como no tiro de laço, também se serve de uma cancha de 100 metros onde o cavaleiro espera, com seu laço preparado, o boi ser solto do brete. A partir disto, é preciso, então, laçar o animal pelos chifres antes da cancha acabar.

Vence a dupla que alcançar o maior número de “armadas” (laçadas na altura dos chifres do boi). Ou seja, laça-se a rês sem um fim utilitário, mas sim pelo simples prazer da atividade em si. Tal tipo de prática cristaliza, em uma configuração com elementos de esportivização, uma prática com representações sociais produzidas como técnicas de lida campesina, segundo Pimentel (2006), porém sem um fim utilitário em sua configuração competitiva. Observam-se, tanto no Tiro de Laço como no Crioulaço, manifestações de algumas características propostas por Guttmann (1978) como essenciais ao seu conceito de esporte. Portanto, esta antiga lida equestre de imobilizar um boi originou as práticas equestres com elementos de esportivização do Tiro de Laço e o Crioulaço.

Nesta medida, a equitação sul-rio-grandense campeira e utilitária dispõe do ato de montar um cavalo crioulo como um capital cultural herdado por meio de aprendizados realizados nos espaços familiares. Estes aprendizados, ao contrário daqueles escolares sistemáticos, são assinalados pelo seu desprendimento, garantindo ao seu portador certa destreza na apreensão e apreciação cultural.

Cabe referir, ainda a respeito da representação cultural que o cavalo crioulo tem para o Estado, o fato de que a Lei n° 11.826, sancionada em 2002, passou a reconhecer este animal como símbolo cultural do Rio Grande do Sul (BRASIL, 2002). Por meio do deputado estadual, agrônomo e ex-presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Frederico Antunes, o

cavalo crioulo é incluído, juntamente com a ave “Quero-quero”, como animal símbolo do Rio Grande do Sul, reconhecido e reiterado oficialmente como patrimônio do Estado. Tal iniciativa, contudo, pode representar, para além de um incentivo ao cavalo crioulo como um capital cultural, uma tentativa de impulsionar esta raça equina economicamente, evidenciando seu valor para o trabalho de lida campeira e lugar de realce no panorama mundial dos esportes equestres, valorizando-o, também, como capital econômico.

Em entrevista realizada com 1.200 sul-rio-grandenses, como parte de uma pesquisa de opinião pública executada pela Segmento Pesquisas de Marketing (POSTAIS..., 2010), 55% dos entrevistados, ao responderem à pergunta “Se o Rio Grande do Sul fosse um animal, qual seria?”, mencionaram o cavalo. Ao justificarem sua opção, em geral, as características pertencentes ao cavalo predominantemente apontadas por tais indivíduos remontam à representação histórica deste animal para o Estado junto às conquistas territoriais, guerras e trabalho de lida campeira, tais como “garra”, “força”, e, especialmente, “acompanhar o gaúcho como símbolo de tradição” (p. 99). Percebe-se que, mesmo recentemente, o imaginário ligado ao cavalo crioulo no Rio Grande do Sul, ainda estabelece articulações com os primórdios da utilização deste animal ligados a batalhas e ao labor, apesar do emprego desta raça equina já ter se expandido para práticas com elementos de esportivização, conforme Sarmiento (2011).

Tem-se, desta forma, que a diversidade existente dentre as práticas equestres estabelece-se em função de inúmeros aspectos: desde os diferentes tipos de animais adequados para a utilização em cada uma, até a presença ou a ausência de um objetivo para além do prazer pela prática em si. Tome-se, por exemplo, o salto do hipismo. Esta prática, diferentemente das carreiras de cancha reta e do tiro de laço, demanda a utilização de outro tipo de cavalo, mais leve, ágil e de grande porte, geralmente das raças “brasileiro de hipismo”, “puro sangue inglês”, entre outras. Porém, assim como o tiro de laço e as carreiras de cancha reta, em Porto Alegre, o salto hípico também apresenta a ausência de finalidade para além do prazer pela prática em si.

3.1 A prática do hipismo e o pioneirismo militar

A prática do salto do hipismo, em Porto Alegre, imprimia seus primeiros passos oficiais na região por meio da denominada Escolta Presidencial, criada em 25 de janeiro de 1916, por meio do Decreto-Lei nº 2.172, a qual passava a constituir uma nova unidade da Brigada Militar - como é denominada a polícia militar do Rio Grande do Sul. Somente após quase uma década, em 1925, é que se tem registro de uma sociedade promotora deste esporte para indivíduos do meio civil: a Sociedade Hípica Rio-Grandense. Neste sub-capítulo, é abordado o pioneirismo militar na prática do salto do hipismo em Porto Alegre, bem como o paulatino processo de expansão de sua abrangência, inicialmente mais restrita ao âmbito militar, à parcela civil da sociedade.

A Escolta Presidencial, constituindo uma unidade autônoma da corporação da Brigada Militar, tinha por missão principal exercer o serviço de guarda, vigilância e segurança do palácio do governo do Estado e realizar a segurança pessoal do Presidente da Província – atual governador do Estado. O primeiro comandante desta nova unidade foi o capitão Lourenço Galante, que, auxiliado por um tenente e um alferes, esteve à frente de um efetivo composto por 87 homens. Esta Escolta, a fim de melhor preparar e condicionar seus cavalos e cavaleiros para exercer tais funções, desenvolvia a prática do hipismo. Os integrantes desta milícia sul-rio-grandense, que executavam tais tarefas, eram denominados Dragões Farroupilhas e pertenciam, originariamente, ao esquadrão destacado do 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar, situado na cidade de Santa Maria, no interior do Estado do Rio Grande do Sul (4º RPMon..., 2009). Por meio desta alcunha, verifica-se o caráter de força e regionalismo que caracterizava estes cavaleiros militares.

O serviço propriamente dito dos Dragões Farroupilhas não foi muito diferente daquele executado antes da criação da Escolta Presidencial. Entre outras atribuições, destacavam-se durante os desfiles das forças desta corporação nas comemorações cívicas. Quando designado oficialmente, este grupo passou a ter a importância de uma unidade da Brigada Militar, inaugurando sua primeira sede no Bairro Cristal, na capital do Estado.

A cidade avançava em direção ao Bairro Cristal como parte de seu processo de urbanização. De forma modesta, um dos primeiros sinais de tal

urbanização, deu-se por meio da instalação da Hospedaria para Imigrantes²¹, em 1891, localizada onde atualmente situa-se o Hipódromo do Cristal. Todavia, este edifício acolheu estes estrangeiros somente por um breve período de tempo. Oito anos mais tarde, em 1899, parte deste abrigo foi requisitada com o intuito de acampar o 3º Batalhão de Infantaria da Brigada Militar. Em 1916, a Escolta Presidencial também é instalada neste espaço. Ao encontro desta informação, Ribeiro (1953) menciona a vigência de um regimento de cavalaria da Brigada Militar no Bairro Cristal já no ano de 1918.

Com o passar dos anos, a Escolta Presidencial foi sofrendo modificações e teve o seu efetivo paulatinamente aumentado até que, em cinco de janeiro de 1922, já contava com 136 homens trabalhando na unidade. A partir de então, alguns feitos da Escolta Presidencial passaram a acontecer, como, por exemplo, em 18 de novembro de 1923, quando uma diligência composta por 20 homens e comandada pelo alferes Camilo Diogo Duarte marchou para o município de Viamão a fim de combater uma quadrilha que perturbava aquela localidade. Neste momento, a esfera de atuação da Escolta Presidencial estava transposta: a unidade começava a atuar na manutenção da ordem pública.

Além da incorporação de mais uma tarefa no seu quadro de ações, a Escolta Presidencial também teve sua localização alterada, apesar de certa imprecisão nas fontes consultadas com relação ao período em que isto ocorreu. A mudança de sua sede efetuou-se para o Quartel das Bananeiras, na Chácara das Bananeiras, na antiga Rua Dois Irmãos, atual Avenida Coronel Aparício Borges, nº 2351, onde se encontra o atual 4º Regimento de Polícia Montada da Brigada Militar ou Regimento Bento Gonçalves (RBG). Tal denominação é uma homenagem ao patrono do regimento, o general Bento Gonçalves da Silva, considerado um importante combatente da Revolução Farroupilha (1835-1845).

Ao mesmo tempo em que são mostradas imagens, na Revista do Globo, de cavaleiros e cavalos praticando o salto do hipismo em torneios hípicas na então região da Chácara das Bananeiras em 1929, um livro sobre o histórico

²¹ A Hospedaria para Imigrantes asilava os estrangeiros que, geralmente, eram provenientes da cidade de Santos, em São Paulo, para serem ali orientados com relação às terras que lhes seriam designadas (CRISTAL, 2003).

do RBG (4º RPMON, 1916) aponta a mudança do regimento do Bairro Cristal somente no ano de 1945 para a nova localidade (atual Bairro Partenon, onde a sede situa-se até hoje). A partir das fontes localizadas, pode-se considerar que até 1945, as atividades hípicas que ocorriam na Chácara das Bananeiras tratavam-se apenas de competições equestres, enquanto que a sede da Escolta Presidencial mantinha-se no Bairro Cristal. Apresentando mais indícios nesta direção, Pimentel (1945, p. 599) afirma que o Bairro Cristal ainda contava com “seu tradicional quartel” no ano de 1945.

Independentemente da localização exata desta escolta, as informações ratificam que a prática do salto do hipismo tem seus primórdios, em Porto Alegre, associada ao contexto militar, ou seja, era restrita somente aos policiais e oficiais militares, reportando às possíveis origens de desenvolvimento deste esporte ao nível mundial. Posteriormente, expande-se também para a parcela civil da população, aproximando-se da igualdade de acesso proposta por Guttmann (1978) para compor um esporte moderno. Além de as fontes históricas não ocultarem que tal prática era somente acessível aos detentores de capital social e econômico, elas também realçavam e reforçavam tal distinção por meio do emprego de termos tais como, por exemplo, “elegante”, “elite porto-alegrense”, “figuras destacadas da sociedade gaúcha” (A FESTA..., 1929; FESTA..., 1943). Esta característica inerente a um esporte moderno, a igualdade de acesso à prática, apesar de expressar-se de uma forma muito particular e com limitações, estava presente no contexto do hipismo de Porto Alegre, entre as décadas de 1920 a 1940.

Nesta mesma linha, subsídios referentes a um processo de esportivização, mais especificamente a uma especialização de funções, também já podiam ser identificados no contexto do hipismo. Emerso no ambiente de caserna, na Brigada Militar, em Porto Alegre, o salto do hipismo, desde seus primórdios, já demandava mais funções além dos oficiais cavaleiros, os quais se dedicavam à prática. Eram necessários ferradores para a manufatura de ferraduras e a aplicação das mesmas nos cavalos; seleiros para confeccionar artigos para a prática, tais como selas de couro, rédeas, arreios, dentre outros; além disto, eram demandados, também, instrutores, os quais, predominantemente, neste período, provinham do meio militar e, muitas

vezes, eram estrangeiros que traziam sua experiência da equitação de referência militar europeia (FESTA..., 1943, p. 38).

O exército, por sua vez, dentre seus eventos hípicas, realizava a Semana do Cavalo de Guerra. Esta era mais uma oportunidade de integração de autoridades políticas e militares, como prefeitos, generais e comandantes (A SEMANA..., 1932, p. 33). Também chamada de Campeonato Nacional Cavalo D'Armas²², a Semana do Cavalo de Guerra congregava competidores militares do exército e da Brigada Militar. Uma das provas realizadas neste campeonato era a *steeple-chase* – um tipo de corrida de cavalos com obstáculos a transpor, semelhante ao atual Concurso Completo de Equitação (CCE)²³ -, tomando lugar no Hipódromo da Associação Protetora do Turfe (CAMPEONATO..., 1935).

Na prática do salto do hipismo, em Porto Alegre, também há indícios de um caminho tecnológico da quantificação na década de 1930, quando os certames entre a Sociedade Hípica Porto Alegrense, o Porto Alegre *Country Club* e a Brigada Militar eram decididos com base no tempo e na quantidade de faltas cometidas pelos conjuntos cavaleiros-cavalos. Como exemplo, tem-se um concurso equestre promovido pela Sociedade Hípica Porto Alegrense, em 1939, no então Campo de Pólo da Várzea (atual Parque Farroupilha). O aspirante da Brigada Militar Vasco de Melo Leiria é apresentado, em reportagem da Revista do Globo, como vencedor da prova principal desta disputa, “[...] tendo coberto o percurso em 55s 2/5, com 1 falta” (QUINZENA..., 1939, p. 48).

Este tipo de ocorrências nas práticas esportivas da cidade sugere uma relação com o contexto de uma cidade que se contagiava pelos ares da modernidade (FEIX, 2003), com padrões e valores de diversas metrópoles,

²² No Brasil, o denominado Campeonato do Cavalo D'armas era realizado frequentemente antes da mecanização das unidades hipomóveis do exército brasileiro. De origem europeia, em suas primeiras versões, tinha como meta preparar os cavalos para combates. Por este motivo, o esporte era conhecido como cavalo d'armas. Os animais deveriam ser ágeis, rápidos, obedientes, resistentes e corajosos. Apesar da mecanização da cavalaria e da escassez das guerras, a prática continuou sendo desenvolvida, principalmente, na Europa, América do Norte, Austrália e Nova Zelândia (VIEIRA; FREITAS, 2007). Pelo fato de ser disputado apenas por militares, este gênero de competição passou a chamar-se *military* (MORGADO, 1990). A primeira competição internacional foi registrada em 1902 (VIEIRA; FREITAS, 2007).

²³ O Concurso Completo de Equitação figurou, pela primeira vez, no calendário dos Jogos Olímpicos, em 1912 (Estocolmo – Suécia), como um campeonato militar, não admitindo, na competição, em um primeiro momento, cavaleiros civis nem amazonas (MORGADO, 1990).

onde um novo homem e uma nova mulher viriam a emergir. Deste modo, as trajetórias dos produtos e símbolos da modernidade, das sociedades urbanas e industriais, se entrelaçam e se confundem. A prática esportiva se alarga na mesma velocidade com que se desenvolvem bairros e cidades industriais, refletindo uma nova organização social do trabalho, por meio da disciplina – pela demarcação das regras, do controle do tempo e da hierarquia - da especialização das funções e o trabalho coletivo, em contraposição à configuração artesanal do trabalho; da quantificação dos resultados e da competitividade (STÉDILE, 2010).

No contexto hípico porto-alegrense, há indícios de recordes, pois havia a quantificação e registro do número de conquistas de títulos em competições. É o caso, por exemplo, do Coronel Gerson Borges, da Brigada Militar:

[...] é o cavaleiro que possui o **maior número de títulos** na equitação nacional. Foi inúmeras vezes campeão brasileiro, participou de olimpíadas, Jogos Pan-americanos e outros campeonatos internacionais nas modalidades de salto e adestramento (I COPA..., 1989, p. 20, grifo nosso).

Verifica-se que o cavaleiro porto-alegrense de destaque pertencia à instituição responsável pelos primeiros passos de caráter mais oficial do salto do hipismo na cidade: a Brigada Militar. Possivelmente, tal fato pode estar relacionado com uma estruturação mais sólida da formação e instrução equestre proporcionadas aos integrantes da corporação militar.

As sociedades hípicas e o governo do Estado de São Paulo, também reconheciam o Cel. Borges como o cavaleiro diferenciado do hipismo nacional. Uma homenagem foi prestada a ele no final da década de 1980, pelo Departamento Hípico do clube Farrapos de Porto Alegre, o qual criou a Copa de Hipismo Cel. Gerson Borges (I COPA..., 1989). Este evento passou a constituir o calendário hípico do Rio Grande do Sul, concedendo aos vencedores (poderia ser disputado apenas por equipes) o troféu de mesmo nome, cuja posse decisiva do prêmio seria concedida à equipe que vencesse o torneio por três anos sucessivos.

A instituição do campeonato pelo clube Farrapos também pode estar relacionada com o fato da associação congregar os oficiais da Brigada Militar. Desta forma, para além de uma homenagem à destacada atuação do Cel.

Gerson Borges como cavaleiro sul-rio-grandense, estaria aí implícito um tributo a um oficial e atleta integrante da Brigada Militar. Imagens localizadas no Museu da Brigada Militar também reforçam a quantidade de vitórias alcançadas pelo atleta, especialmente nas décadas de 1930 e 1940. O Cel. Gerson Borges destacou-se, inclusive, em provas internacionais, como no Uruguai. Somadas as conquistas, por meio da quantificação e dos recordes, estabelece-se a oportunidade de qualquer cavaleiro/amazona posterior ao Cel. Gerson Borges disputar com o mesmo pelo maior número de vitórias atingidas por um atleta sul-rio-grandense do hipismo.

Observa-se que, no contexto do salto do hipismo porto-alegrense, os recordes são registrados por meio do destaque às conquistas do cavaleiro/amazona, ao passo que, no turfe da cidade, as marcas de recorde são armazenadas pelos êxitos dos cavalos. Isto corrobora com o que Melo (2006) afirma com relação à prática turfística no Rio de Janeiro: “No turfe, sempre se divulgava o nome e a vitória dos cavalos; [...] o *crack* era o cavalo [...]” (MELO, 2006, p. 8), isto é, quem vence a corrida é um cavalo que tem um homem como coadjuvante.

4 PRÁTICAS EQUESTRES: lazer e esporte

Até meados do século XIX, portanto, os sul-rio-grandenses estavam acostumados a cavalos rústicos e canchas retas. Conforme Rozano e Fonseca (2005), em 1856, ano em que foi registrada a primeira importação oficial de um puro-sangue-inglês no Rio Grande do Sul, viu-se chegar o primeiro animal mais nobre e veloz. Procedentes da Inglaterra, estes cavalos chegaram a bordo do vapor Avon. A iniciativa de aquisição dos animais pertenceu ao criador de cavalos José Ferreira Porto. A partir de então, foram dados os primeiros passos para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da criação de cavalos no Estado. Iniciava-se uma transformação paulatina, mas que não seria mais interrompida. Estes já eram sinais de que os tempos estavam mudando.

Bissón (2008) alerta para o fato de que a Inglaterra, de onde procederam os exemplares da raça puro-sangue-inglês, era o parceiro comercial de maior importância do Brasil na época. Ressalta-se que, durante o século XIX, a Inglaterra foi a maior potência não somente econômica como também militar do mundo. A cultura inglesa, os costumes e hábitos estabeleciam uma relação com a elite brasileira, o que inclui o entusiasmo pelas corridas de cavalos. O turfe, no continente europeu, era considerado o esporte dos reis, já que muitas monarquias (Espanha, Inglaterra, Itália e França) sempre foram entusiastas dos cavalos (DUARTE, 2000).

Há indícios de uma incipiente racionalização da prática do turfe desde seus primórdios. Uma reportagem da Gazeta de Porto Alegre de 1880, por ocasião da inauguração do primeiro hipódromo da cidade, pode evidenciar a necessidade que se sentia de adequar-se às exigências dos novos tempos, o que implicava superar as antigas carreiras de cancha reta.

[...] a civilização tem suas exigências; os usos do século passado não servem para o nosso século; uma populosa cidade, como a nossa, deve possuir um club de corridas, **em que o estrangeiro possa reconhecer o systema usual em todos os países** (INAUGURAÇÃO..., 1880, p. 1, grifo nosso).

A notícia publicada manifesta a preocupação com a fundação de um “club de corridas” que seguisse o modelo internacional. Para tanto, enfatiza o cumprimento de regras, as quais, conforme Guttmann (1978), passam a ser

universais no esporte moderno. Gradualmente, os regulamentos tornam-se aceitos em todos os lugares.

O surgimento dos prados acabou contando com a contribuição das condições criadas mais ao final do século XIX em Porto Alegre, com o novo quadro viário da cidade e a transição dos arraiais/arrabaldes a bairros. Tais prados, além de aprimorar, com pistas circulares ou elípticas, as antigas carreiras de cancha reta, também colaboraram para o desenvolvimento dos bairros em que se localizavam. A prática equestre primitivamente esportiva das carreiras de cancha reta, portanto, teve seu processo histórico acompanhando o processo de modernização de Porto Alegre e de sua população (PEREIRA; LYRA; MAZO, 2010).

Práticas esportivas, assim como as corridas de cavalos, eram desenvolvidas neste período na cidade. Estas últimas passavam por uma transição para o turfe, ou seja: as carreiras em cancha reta foram praticamente eliminadas, inclusive pelo fato destas não poderem acolher o imenso público formado à época (BISSÓN, 2008). Os hipódromos, por sua vez, locais apropriados para a prática do turfe, possuíam, em sua estrutura, arquibancadas ao redor da pista oval, circular ou elíptica, permitindo que toda a assistência pudesse visualizar as corridas em todo o seu percurso. O novo formato das pistas também admitia um número maior de competidores.

Nos domingos porto-alegrenses, uma das atrações esportivas e de lazer passou a consistir nas corridas de cavalos, a exemplo do que ocorria no Rio de Janeiro, de acordo com Melo (2009a). Nestas, os jóqueis se apresentavam bem vestidos, em espaços onde os integrantes da elite econômica, de procedência nomeadamente rural, podiam exercer o seu anseio de distinção, com seus suntuosos trajes. Esta prática esportiva, no país, neste período, parecia consistir em um espetáculo, propiciando à população uma oportunidade de observar e ser observada. Os hipódromos favoreciam a exibição da presença, em função de sua localização, disposição e, até mesmo, de sua estrutura física. Outro aspecto que pode compor parte de seu sucesso no período é o fato de consistir em um entretenimento nas cidades, necessitadas de alternativas deste caráter, uma vez que se tratava de uma atividade pública que admitia distinguir as diferenças de classe.

No contexto turfístico de Porto Alegre, também se pôde identificar indícios de burocratização tão logo foram estabelecidos quatro hipódromos atuantes simultaneamente na cidade, na década de 1890: Hipódromo Boa Vista, Hipódromo Rio-Grandense, Hipódromo Navegantes e Hipódromo Independência (ROZANO; FONSECA, 2005). Cada um destes hipódromos constituía uma associação anônima, visando a lucros mercantis. Assim, conforme reportagem do *Semanário Turfista*, ao estarem em jogo altos interesses financeiros com os significativos valores que eram apostados em cada corrida, ocorriam atritos entre diretorias destas associações (7 DE SETEMBRO, 1930, p. 2).

Foi inaugurada, no dia primeiro de outubro de 1899, a primeira entidade que tentava minimizar os conflitos e proporcionar benefícios ao turfe: o *Derby Club*. Esta agremiação, a qual contava com representantes de todos os hipódromos, atuou no Hipódromo Independência, assim como mais tarde organizaria corridas no Hipódromo Boa Vista e no Hipódromo Rio-Grandense. Embora influente, o *Derby Club* não teve a duração esperada.

Ao receber o embate despertado pelo interesse dos integrantes dos demais hipódromos, descontentes com a situação, o *Derby Club* acabou por ser extinto e reaberto por várias vezes no meio social e esportivo de Porto Alegre, com distintos nomes. Em 1907, um grupo expressivo de turfistas fundou o *Turf - Club*, tendo sua sede no Hipódromo Rio-Grandense. Não obstante, esta sociedade nova também durou por pouco tempo, já que surgiu uma divergência entre seus organizadores, visando a instituir outra entidade. Ainda no mesmo ano, a proposta de organização de uma nova associação foi aceita e vingou como entidade representativa do turfe sul-rio-grandense de forma permanente: a *Associação Protetora do Turf*, a qual, em 1944, passa a constituir o *Jockey Club do Rio Grande do Sul* (ROZANO; FONSECA, 2005), vigente até os dias atuais.

A *Associação Protetora do Turf* foi organizada em sete de setembro de 1907, fundamentalmente pela elite luso-brasileira. Esta associação tinha o intuito de reanimar o turfe na cidade, o qual passava por uma crise na primeira década do século XX. Seus objetivos, registrados na ata histórica que oficializou a fundação, eram: promover a unificação e impulsionar o esporte hípico em Porto Alegre. De acordo com a ata, a Protetora surgia para unificar:

[...] elementos que pugnassem seriamente pelo engrandecimento do esporte atualmente em crise bem difícil. A nova associação será criada visando dividir entre jockeys, tratadores e inscritores os lucros líquidos que forem apurados em suas festas esportivas e empenhará a maior severidade pela máxima moralidade em suas corridas e festas esportivas (CANTEIRO, 1907, p. 1).

No princípio do século XX, com a fundação da *Associação Protetora do Turf*, se tem a intenção concretizada de promover e respeitar o turfe sob o ponto de vista esportivo, e não simplesmente lucrar com este esporte. A mobilização em torno do turfe porto-alegrense passa então a configurar-se como uma expressão do associativismo esportivo (PEREIRA, 2008).

Com relação à reflexão acerca da igualdade de acesso à participação da competição, Guttman (1978) já alertava para a existência de restrição de classe em meio às corridas de cavalos desde o século XVII nos Estados Unidos da América. No turfe norte-americano, em algumas corridas, no quartel final do século XIX, constatava-se que, dentre 15 jóqueis, 14 eram negros. Porém, ainda no mesmo período, foram expulsos desta ocupação que lhes fornecia o sustento. Ao remeter-se a Porto Alegre, as reportagens de jornais e da Revista do Globo, ao mencionarem características dos jóqueis, não fazem referência à cor da pele dos mesmos. Corroborando com tal silêncio das fontes, as imagens das reportagens tampouco nos podem elucidar acerca disto. Além da baixa qualidade de definição das imagens dificultar a identificação, a opção da maioria dos autores das fotos era reservar o foco de tais registros preferencialmente para os cavalos em detrimento do jóquei.

Tal fato repetia-se nos textos das reportagens jornalísticas e da Revista do Globo, os quais predominantemente realçavam a vitória e o sucesso dos cavalos ao invés do conjunto jóquei-cavalo. Esta posição das publicações parece estar em consonância com a declaração do jóquei Mário Oliveira, em reportagem da Revista do Globo, o qual reforça a maior importância do cavalo no conjunto jóquei-cavalo para uma prática bem sucedida no turfe:

Muitas vezes está dependendo do jockey a vitória de um cavalo e, conseqüentemente, o dinheiro de muita gente. O jockey, **depois do cavalo**, é o instrumento mais importante numa corrida. É preciso saber conduzir o animal (TALHA, 1939, p. 36, grifo nosso).

O fragmento “é preciso saber conduzir o animal”, extraído do depoimento de Mário Oliveira, corrobora com o estudo de Bjarke Rink (2008) sobre a relação homem-cavalo e suas consequências históricas. Ao confirmar o aspecto “físico” dos esportes equestres, este autor afirma que os mesmos provocam a plena atividade do cérebro humano, desafiando não somente os sentidos, a propriocepção, a flexibilidade e os movimentos, mas também a própria capacidade de liderar. A capacidade de tomada de decisões constitui a principal contribuição do ser humano para o conjunto cavalo-cavaleiro na equitação.

Um ser humano que comanda os movimentos de um animal pesando, em média, 500 kg, e que, para isto, necessita administrar, por meio de seu sistema nervoso, as ações de um cérebro como o do cavalo, estruturado para mobilizar um organismo muitas vezes mais potente do que o do homem, demonstra a importância de sua ação na prática equestre. Em outras palavras, não basta possuir um cavalo com ótimas qualidades para determinada prática esportiva; é necessário possuir um cavaleiro/amazona (jôquei/joqueta, no caso do turfe) que saiba conduzir tais virtudes do animal para um bom desempenho do conjunto no esporte.

No que se refere ao contexto brasileiro do turfe, tanto historicamente quanto no momento atual, a origem dos jôqueis e joquetas são, em sua maioria, de pessoas oriundas das classes populares (ADELMAN; MORAES, 2008). Desde os primórdios do turfe no Brasil, os primeiros jôqueis apresentavam uma origem humilde e a sua participação esportiva se instituiu como o exercício de uma profissão, por meio da qual se poderia ascender socialmente (MELO, 1998). Por outro lado, a assistência, os proprietários de animais e os apostadores, em geral, pertenciam às camadas mais privilegiadas economicamente. Para estes, as representações desta prática associavam-se, conforme argumenta Rodrigues (2006), à distinção que ela poderia proporcionar não apenas para aqueles que a prestigiassem, com as suas elegantes e apuradas indumentárias, a exemplo dos eventos ingleses e franceses, mas também para a cidade que a promoveria. Em reportagem da Revista do Globo de 1939, pode-se verificar tal desejo de identificação com a elegância da sociedade e da cidade:

O turf constituiu sempre um dos mais elegantes esportes das grandes cidades, Paris, Londres, Buenos Ayres, Rio de Janeiro e outras fazem de seus hipódromos o ponto de reunião de sua elite, em que as figuras de relevo da política, das artes e do comércio fazem do turf o esporte predileto (TURF, 1939, p. 36).

Especificamente em Porto Alegre, as tribunas oficiais dos hipódromos acomodavam um público tão conexo com as elites econômicas da cidade que, frequentemente, até o presidente do Estado prestigiava as disputas turfísticas e fazia-se ali presente também, como exemplificado em uma reportagem da Revista do Globo (A GRANDE..., 1929). Cabe ressaltar que o turfe, segundo Adelman e Moraes (2008, p. 2-3), congregava um “trânsito entre ‘dois mundos’”, na medida em que, concomitantemente, constituía lazer para alguns e trabalho para outros. Enquanto as elites econômicas vislumbravam um local de diversão, distração e desfile de elegância e distinção nos hipódromos, as camadas mais populares/trabalhadoras os tinham como oportunidades de sustento e conseqüente ascensão social e econômica. Conforme Damo (2002) no seu estudo acerca do futebol, a conformação esportiva do amadorismo e do profissionalismo neste esporte seguiu determinados caminhos.

No processo de “democratização funcional”²⁴ do futebol, com a entrada das classes trabalhadoras neste esporte, as elites econômicas passaram a perceber tais classes como uma ameaça abarcando questões de identidade e prestígio social. Damo (2002) mostra que as elites modificaram a prática do amadorismo para uma ideologia e se recolheram nas sociedades e ligas que lhes ofereceram base, enquanto que aqueles que preferiram, primeiramente, vincular-se ao profissionalismo, acabaram migrando para o domínio administrativo das ligas e clubes. De tal modo, foram capazes de se perpetuar, mesmo que como um grupo limitado e com autoridade política, assumindo a responsabilidade de projetar, desenvolver, regulamentar, por fim, raciocinar sobre o futebol. Esta análise mobilizou uma reflexão no âmbito do turfe.

Apesar de o turfe ter preservado seus valores aristocráticos – a prática como um fim em si mesmo – pelas classes mais privilegiadas

²⁴ A noção de “democratização funcional” é apresentada pela literatura especializada ao fazer menção ao ingresso das camadas operárias aos esportes modernos. Trata-se de uma ação de massificação/popularização/democratização dos esportes burgueses, simultâneo à estabilização do Estado e do avanço progressivo das cadeias de interdependência entre sujeitos e grupos (DAMO, 2002; ELIAS, 1992).

economicamente, admitia profissionais²⁵ (jóqueis, tratadores e treinadores de cavalos) que necessitavam ser recompensados financeiramente pelo tanto que deixavam de receber ao trocar outros trabalhos pelo esporte. Isto demonstra mais um elemento de esportivização, com a especialização das funções do atleta/jóquei profissionalizando-se (GUTTMANN, 1978). Simultaneamente, os hipódromos eram administrados pela elite econômica, por meio de associações e entidades anônimas, as quais visavam, também, a lucros mercantis (ROZANO; FONSECA, 2005).

Em seus primórdios, tem-se que, para jóqueis e joquetas, ou seja, praticantes das camadas populares, o turfe representava e ainda representa uma atividade profissional. Vislumbra-se aí a possibilidade deste engajamento profissional representar, para os jóqueis, a tentativa de uma mobilidade social vertical ascendente, caso estes jóqueis alcancem vitórias. Ou seja, ao conquistar prêmios, estes praticantes do turfe teriam uma oportunidade para circular entre categorias e classes sociais. Caso contrário, para os jóqueis que não atingem vitórias nas disputas, tal mobilidade não seria concretizada e estes permaneceriam na reprodução social. O jóquei sem conquistas segue permanecendo à classe popular, sendo simplesmente mais um praticante de turfe qualquer, que deve empenhar-se por meio de seu esforço físico para atingir reconhecimento e capital (econômico, social, simbólico).

Concomitantemente, para a assistência, integrante da classe alta e média alta, significa a possibilidade da prática pelo amadorismo, isto é, pelo puro prazer da prática em si. Constitui-se em mais uma estratégia mobilizada para a reprodução da ordem social, conservando-se ou apropriando-se de capital social e simbólico, especialmente. Tal fato pode estar relacionado, ainda, com o que Jesus (1999) relata acerca da sociedade brasileira no período de auge do turfe, a qual apresentava um forte preconceito no que se refere às

²⁵ Até os dias atuais, a profissão de “jóquei” segue representando a oportunidade de sustento de muitas famílias. Além do fato de a remuneração ser relativamente baixa, este ofício ainda exige determinados atributos físicos, tais como: estatura de até, aproximadamente, 1m60cm, e peso máximo correspondente ao adequado para tal estatura. Uma reportagem do jornal Zero Hora exemplifica tal situação, apresentando um ex-jóquei que, por não ter cumprido com os requisitos físicos exigidos pelo esporte ao atingir a fase adulta, teve que abandonar a profissão, passando a ser carroceiro pelas ruas de Porto Alegre para poder prover a sobrevivência de sua família (JÓQUEI..., 2008, p. 29). Curiosamente, optou por seguir dependendo dos cavalos para trabalhar, apesar de, então, passar a utilizar estes animais para a tração de cargas.

atividades que exigiam esforço muscular; qualquer atividade física que fosse mais exigente era considerada como degradante da moral.

Era esperado dos homens que cuidassem do intelecto e dos negócios, não do corpo. Os exercícios físicos eram, frequentemente, considerados prejudiciais à saúde e tinham um valor menor se comparados às atividades intelectuais (MELO, 2006). Aqueles responsáveis pela condução dos cavalos, os jóqueis, eram, em geral, integrantes das camadas populares ou estrangeiros contratados. Excepcionalmente, um membro das “melhores famílias” participava das provas, em festivais beneficentes ou datas comemorativas; assim seria preservado o caráter essencial da prática esportiva. O turfe atingia, também, grandes movimentos financeiros e fortunas à época.

O período (1892-1894) representou o auge do turfe porto-alegrense, tendo esta prática ocupado um espaço de destaque no cenário esportivo da cidade. Importante realçar que a identidade do turfe estava muito relacionada à sociedade aristocrática rural. Porém, com o surgimento de novos focos de interesse, tais como o futebol, o cinema, bem como com a concorrência significativa entre prados e sociedades turfísticas, uma crise à prática turfística foi gerada. A mudança nas características valorizadas pela nova cultura burguesa em formação, e a crise econômica advinda da Revolução Federalista, também contribuíram para a consolidação deste período de decadência no turfe porto-alegrense. A fundação da *Associação Protetora do Turf* foi uma estratégia para recuperar esta prática na cidade. Assim, da pluralidade de prados, o turfe partiu para a unificação, visando a consolidar o respeito pelo seu caráter esportivo.

A prática do turfe atraía multidões ao hipódromo da *Associação Protetora do Turf* – o Hipódromo Independência²⁶, o único remanescente após

²⁶ Sendo o único centro turfístico da cidade, o local logo se tornou acanhado e obrigou o *Jockey Clube do Rio Grande do Sul* a procurar novas instalações. Assim, o *Jockey* cedeu espaço para o Parque Moinhos de Vento, o Parcão, que ocupa ampla área verde com boa infraestrutura. O Hipódromo Independência (Moinhos de Vento) foi transferido para o Bairro Cristal, onde se situa até os dias atuais. Todavia, a transferência tardou; somente em 5/11/1959, o Prado da Avenida 24 de Outubro terminava suas atividades, promovendo a sua última reunião. Ao transferir-se para o Cristal, passou a apresentar uma arquitetura atraente, além de duas pistas, uma de grama e outra de areia. Sendo inaugurado em 22/11/1959, o novo Hipódromo do Cristal (nova sede do *Jockey Club* do Rio Grande do Sul), foi construído na grande várzea do Cristal, à beira do Guaíba, onde já havia existido, sucessivamente, uma hospedaria oficial para imigrantes e um quartel da Brigada Militar, o qual sediara a Escolta Presidencial da corporação (ROZANO; FONSECA, 2005).

a unificação do turfe em uma única entidade. Desta maneira, passa a ser perceptível a concreta decisão de impulsionar e respeitar o turfe como uma prática esportiva, e não simplesmente como um jogo de azar. A partir de então, se pode perceber outra postura frente às corridas de cavalos. Testemunha-se uma mobilização pelo turfe com configurações e expressões de uma associação esportiva (PEREIRA; SILVA; MAZO, 2010). A *Associação Protetora do Turf* contava, frequentemente, com a presença de autoridades, como o presidente do Estado no final da década de 1920, Getúlio Vargas, e sua esposa, assim como a *miss* Rio Grande do Sul, etc. (NAS CORRIDAS..., 1929). Getúlio Vargas é citado como “incentivador apaixonado” por todos os esportes em que o cavalo, tão necessário na paz como na guerra, é fator colaborador com o homem, como o turfe e o hipismo (NOVOS..., 1938, p. 20). Com base nestas informações, evidencia-se que o turfe era uma prática esportiva vinculada à elite porto-alegrense, sendo este um meio de atrair olhares.

A elite passou a preferir o turfe como seu esporte predileto neste período. A tradição desta elite rural na criação de cavalos, possivelmente, foi um dos fatores que favoreceu a fundação dos primeiros prados em Porto Alegre. Na obra “Álbum d’O Rio Grande do Sul Sportivo”, organizada por Lemos e Carvalho (1919) são dedicadas 12 páginas a um texto intitulado “O Cavallo”, no qual são destacados os criadores de cavalos com fotografuras que parecem representar figuras heroicas. A maioria dos criadores de cavalos era constituída de portugueses e luso-brasileiros, fato que pode ser constatado na listagem de nomes relacionados: Pedro Jobim Ferreira Porto, Ramiro Fortes Barcelos e Luiz Manoel de Azevedo. Estes homens eram médicos, militares, conselheiros e industrialistas, que integravam a elite sul-rio-grandense ligada à vida rural.

Com relação à nova postura assumida diante do turfe, a de vislumbrá-lo enquanto um esporte, existia uma preocupação com a igualdade de condições de competição na década de 1930, na medida em que se procurava fazer com que todos os cavalos corressem com um peso exato sobre o seu dorso (TALHA, 1939, p. 37). Caso o jóquei de um cavalo, juntamente com a sela, não atingisse tal peso, acrescentavam-se chumbos à sela, como até os dias atuais costuma-se proceder nestas competições. Outra evidência localizada nas fontes, a qual também demonstra esta preocupação com a igualdade de

condições nas disputas turfísticas, diz respeito ao emparelhamento da pista de areia, o qual era realizado após cada páreo (TALHA, 1939, p. 37). Tal ação era levada a cabo por meio de um conjunto de dois muares, os quais tracionavam um gradil com o intuito de nivelar o máximo possível a pista de competições, constituindo, deste modo, mais um indício de esportivização nesta prática equestre.

O turfe porto-alegrense, na década de 1940, contava com tecnologia a seu favor. Em reportagem da Revista do Globo há um parágrafo dedicado à explanação do emprego do cronômetro no cotidiano de treinos das corridas de cavalos, em que “o bom tratador nunca pode se divorciar do cronômetro” (RIBEIRO, 1944, p. 26). A prática do turfe, paulatinamente, ia adequando-se à ideia de que “[...] o esporte deveria ser definido como uma atividade física que pode ser medida em pontos ou no sistema c-g-s (centímetro – grama – segundo)” (GUTTMANN, 1978, p. 47). As estatísticas do turfe, em Porto Alegre, representavam elementos ou componentes das estatísticas da sociedade moderna.

Na prática do turfe porto-alegrense, nas fontes localizadas, também se observam passagens que registram recordistas. Contudo, tais recordistas não são os jôqueis, mas sim os cavalos. Os periódicos semanais específicos do meio turfístico da cidade destacavam as conquistas dos animais, em especial no que se refere tanto à sua quantidade de vitórias como ao tempo necessário para percorrer toda a extensão da pista, o qual diminuía com regularidade, isto é, a noção de recorde. Este é o caso do semanário de turfe intitulado Canter. Em 1939, este periódico publicava, com ênfase, o fato de que o cavalo Maritain, o qual já havia desempenhado uma prodigiosa campanha em pistas argentinas, encontrava-se em solo porto-alegrense para a disputa do Grande Prêmio Bento Gonçalves, a prova mais importante do turfe sul-rio-grandense. Tamanho realce dedicado à presença deste animal devia-se, conforme a publicação, à participação do “Derrubador de recordes em São Paulo e no Rio” (G.P. BENTO GONÇALVES..., 1939, p. 81).

O treinador deste cavalo, na mesma edição do semanário, afirmou que “[...] Maritain derrubará mais esse recorde, que já é seu” (G.P. BENTO GONÇALVES..., 1939, p. 81), referindo-se ao alcance de uma marca por ele próprio estabelecida no ano de 1937 na pista de corridas do prado Moinhos de

Vento. Este cavalo era conhecido dos *turfmen*²⁷ porto-alegrenses desde o final de 1937, quando era propriedade de sul-rio-grandenses. Neste referido ano, Maritain havia vencido o Grande Prêmio Bento Gonçalves, com uma facilidade notável, “[...] quando teve a oportunidade de estabelecer o recorde da maior distância corrida em nosso turfe” (G.P. BENTO GONÇALVES..., 1939, p. 82). Anos mais tarde, este cavalo foi vendido para um proprietário de São Paulo, onde começou um longo caminho de conquistas em disputas nos dois maiores hipódromos do Brasil, localizados em São Paulo e no Rio de Janeiro. O desempenho deste cavalo corresponde a uma sequência de significativas vitórias alcançadas sobre animais de reconhecido valor nos principais centros turfistas do continente.

O periódico *Suplemento*, também dedicado ao turfe, em 1939, anunciava a chegada de Maritain para o Grande Prêmio Bento Gonçalves como o “Derrubador de *Records*” (VEM CORRER..., 1939, p. 11). Registrava que no mês anterior à competição Maritain “[...] havia estabelecido mais um *record* para os 2.800 metros” (VEM CORRER..., 1939, p. 11). Como justificativa para esta atuação, referia sua condição de “[...] um dos cinco maiores ‘performers’ das pistas brasileiras, recordista na Gávea [Rio de Janeiro] e na Mooca [São Paulo], nos Moinhos de Vento [Porto Alegre] e laureado em nossa prova máxima [G.P. Bento Gonçalves]” (MARITAIN..., 1939, p. 8).

Ao analisar-se o turfe em Porto Alegre, com base no conceito de esporte desenvolvido por Guttmann (1978), pode-se afirmar que se trata de uma prática esportiva equestre. Desde a organização dos primeiros prados da cidade, observam-se manifestações das características propostas pelo autor para classificar uma prática como tal. Assim como anteriormente havia ocorrido com as carreiras de cancha reta, a utilização do cavalo no lazer é apropriada, mas desta vez conformando um esporte: o turfe.

Os prados constituíram “um fenômeno transitório e surpreendente na cidade, pois com o novo século os espaços do turfe cederiam seu lugar aos do futebol” (FRANCO, 2000, p. 91). Os hipódromos também foram cedendo espaço para outros empreendimentos em Porto Alegre, como, por exemplo, edificações. As primeiras décadas do século XX assinalam um período

²⁷ Designação para todos que se envolviam com o turfe, como jôqueis, dirigentes ou unicamente como assistência entusiasta (MELO, 2007a).

efervescente em Porto Alegre, uma vez que abarcaram o advento do capitalismo, a chegada significativa de imigrantes europeus, a acentuação no processo de industrialização, a urbanização e a emergência de novas classes – a burguesia e o incipiente proletariado.

A cidade passava por transformações sociais, políticas e econômicas, que repercutiram na ocupação de seus espaços. Conseqüentemente, novos modelos para homens e mulheres, condizentes com um incipiente cenário que se impunha, passaram a ser importados de outras metrópoles, especialmente do Rio de Janeiro, capital do país no momento, e que passava por aceleradas transformações nas condutas dos habitantes, devido ao, dentre outros fatores, considerável desenvolvimento tecnológico. Conforme Melo (2006, p. 7), “o papel de metrópole polarizadora cabe perfeitamente ao Rio de Janeiro, que passa a redimensionar e ditar (ainda mais) modas, comportamentos, sistemas de valores, formas de viver”. Em consonância com esta conjuntura capitalista, uma inspiração político-filosófica positivista, com seus anseios de ordem, progresso e modernidade, passa a constituir a vitrine da cidade, concretizada não somente no estilo arquitetônico dos prédios, mas também nos valores cultivados.

Em meio à rápida modernização de Porto Alegre, surgiram, também associações esportivas, ou seja, sociedades, ligas, clubes e federações dedicadas à organização ou promoção de práticas corporais e esportivas (MAZO, 2003). Estas, paulatinamente, passariam a ser orientadas como um meio para a constituição de corpos dispostos a tratar a representação capitalista como valor ético primordial. As novas práticas passam a enfraquecer as carreiras de cancha reta e o turfe, apesar de outrora, na última década do século XIX, terem representado uma das principais formas de lazer da população da capital, como atesta Franco (1998): “o Prado era o estádio de futebol do porto-alegrense” (p. 103). As citadas práticas equestres não mais condiziam com a nova ordem que se aproximava: o moderno, o urbano, a força no físico humano e não mais o arcaico, agrário e patriarcal esporte representativo da força animal.

Neste momento, houve uma diminuição das imposições de caráter moral no que se refere à exibição do físico, sendo desenvolvida a notoriedade das práticas nas quais o movimento humano é o item principal. Tratam-se aqui do

remo, assim como da natação e do atletismo. Estes esportes aproximam-se mais daquilo que atualmente se idealiza, genericamente, para a prática esportiva: desafio, superação, higiene, saúde (MELO, 2009b).

Outro aspecto que também tem relação com a desaceleração do turfe diz respeito à identidade desta prática esportiva equestre, eminentemente relacionada à sociedade aristocrática rural e que passa a confrontar com a cultura burguesa em formação. Esta nova classe social passou a atacar o turfe devido ao seu caráter de jogo, já que os burgueses identificavam-se com o remo, o ciclismo, o futebol, incorporando a modernidade da virada do século (MELO, 2006). Processo semelhante é apresentado por Melo (1999), no Rio de Janeiro, onde o turfe e o remo também disputavam a prioridade no espetáculo urbano em fins do século XIX, representando, na esfera esportiva, a transição do patriarcado da oligarquia agrária brasileira para uma sociedade urbana, moderna e europeizada. Neste processo de transição para um novo modelo sociocultural em Porto Alegre, paulatinamente, as mulheres conquistam outros espaços no campo esportivo.

4.1 A presença das mulheres: da assistência à prática

Este sub-capítulo tem por objetivo registrar a presença das mulheres no contexto das práticas equestres em Porto Alegre, entre as décadas de 1920 e 1940, por meio da identificação das representações das mulheres neste espaço. A operacionalização da categoria “gênero” não foi aqui desenvolvida por não tratar-se da questão central desta pesquisa. Contudo, busca-se identificar como sucedeu a participação das mulheres nas práticas equestres na capital do Rio Grande do Sul como um sinal de um movimento direcionado à característica de igualdade de oportunidades para competir e de condições de competição, inerente ao esporte moderno, segundo Guttmann (1978).

As festas hípias realizadas no Campo da Redenção (atual Parque Farroupilha) (FESTA..., 1932), costumavam contar, além da presença de militares do Exército e da Brigada Militar, com a significativa presença das mulheres nas disputas a cavalo, na década de 1930. O hipismo, associado a mais de um grupo cultural de origem europeia em Porto Alegre – os quais trouxeram os influentes ideais das lutas das mulheres e apresentando novas

perspectivas para as brasileiras – propunha uma nova expectativa à participação social das mulheres das elites econômicas, compondo parte de sua educação (PEREIRA; SILVA; MAZO, 2011). Melo (2007b) também identificou, no Rio de Janeiro, que desde os primórdios do hipismo, nesta cidade, da primeira década do século XIX até aproximadamente o início do século XX, este esporte também constituía uma prática na qual se podia perceber uma participação das mulheres mais efetiva. Tal fato pode estar relacionado à concepção desta prática esportiva como um elemento do ensino das jovens das elites, além de consistir em um sinal de *status* e distinção, um saber, uma capacidade.

Goellner (1999, p. 124) também aponta para laços mais igualitários entre os sexos na prática do hipismo apresentada nas páginas da Revista Educação Physica, do Rio de Janeiro, publicada entre 1932 e 1945, em função de que o “[...] andar a cavalo é uma paixão antiga da oligarquia, tanto de homens como de mulheres [...]”. Esta é a época, décadas de 1920 e 1930, em que as culturas europeia e norte-americana passavam a estabelecer relações com os porto-alegrenses, favorecendo rupturas e algumas mudanças na cultura local (JÁ EDITORES, 1997). Porto Alegre, no período, apresentava-se em plena modificação de seus aspectos sociais e culturais. A população da capital crescia rapidamente com a chegada de muitos imigrantes.

Diante de tal cenário, a elite dominante deparava-se com a necessidade de ordenar a heterogênea população, bem como seus valores e costumes. Neste processo, dentre as diversas pedagogias que tomam parte, destaca-se a pedagogia corporal. O esporte desempenhou um papel fundamental, pois foi inserido como parte de uma política ocidental aplicada a indivíduos provenientes de qualquer lugar.

A prática esportiva determinou normas de beleza e saúde; no entanto, tal aplicação restringia-se basicamente aos homens (SCHPUN, 1999). Às mulheres, cabia a função de meras espectadoras das práticas culturais dos homens. Nos hipódromos, por exemplo, aos domingos, uma das principais atrações esportivas e de lazer dos porto-alegrenses eram as corridas de cavalos. Neste ambiente, a presença das mulheres restringia-se à assistência e ao embelezamento do espetáculo, atuando de forma elegante no acompanhamento dos pais ou maridos.

Com o começo da luta das mulheres pelos seus direitos, além da quebra de preconceitos, ideias e transformações graduais emergiram em alguns países desenvolvidos. Paulatinamente, hábitos e costumes passaram a ser modificados, com o aceite das mulheres como integrantes da sociedade portoalessense. Neste movimento, as mulheres conquistam novas posições na sociedade e a defesa de seus direitos passou a ser uma constante em suas vidas. No governo de Getúlio Vargas, por exemplo, as mulheres conquistaram o direito ao voto (SOARES, 2001).

Com relação às práticas corporais e esportivas, no Brasil, estas passaram a contar com uma maior difusão a partir dos anos 1920 e 1930, por meio da ação dos higienistas, os quais, conhecedores do valor da instrução corporal, incumbiram-se de anunciá-la ao conjunto da população. A ginástica, a qual já figurava nos currículos escolares desde o final do século XIX, adquiriu proeminência nesta época, uma vez que, em nome da educação corporal e do fortalecimento da pátria, sua prática, quando bem dirigida, agiria, sobremaneira, na potencialização dos corpos e dos sujeitos, fortalecendo-os orgânica e moralmente. Neste panorama, a prática esportiva passou a ser concebida como um importante instrumento modelador das formas e causadora de ordenação dos corpos de homens, mulheres, adolescentes e crianças.

Para auxiliar a apreensão deste pensamento, é mister recordar que, nos primeiros anos do século XX, a população brasileira era composta, majoritariamente, por negros, escravos ou descendentes, os quais eram considerados como seres inferiores. Destarte, com base na teoria darwinista de que o exercício físico agia no robustecimento orgânico e, por conseguinte, no aperfeiçoamento da espécie, buscava-se uma educação do corpo e do esporte as quais, reguladas por um estatuto científico e, simultaneamente, moral, permanecessem articuladas à medicina e aos códigos jurídicos fortalecendo a raça branca – ideal imaginário de um povo ameaçado pela mestiçagem.

Por meio da especificidade de sua intercessão ao nível social e educacional, intelectuais, médicos, dirigentes políticos, militares, professores e instrutores de exercícios físicos se uniram a este plano e não pouparam esforços para concretizá-lo. Acreditava-se que a regeneração físico-moral de uma população só se concluiria se o aperfeiçoamento corporal também se

estendesse à mulher, considerada então como “a célula-mãe da nação” (GOELLNER, 2009, p. 276).

Tal representação era concebida em diversos contextos sociais, até mesmo no discurso científico. Conforme Goellner (2009), o incentivo à participação das mulheres no contexto das práticas corporais e esportivas objetivava, por um lado, a sua maior inclusão na vida social daquele período; por outro lado, estava profundamente ligada à política nacionalista, a qual, ajustada com a eugenia e o higienismo, identificava o corpo das mulheres como o ponto privilegiado para a materialização do projeto nacional de fortalecimento orgânico dos corpos, do refinamento dos valores morais, da constituição de uma raça forte e, conseqüentemente, de uma pátria forte.

A tensão social que atravessava o universo de mulheres e homens também foi refletida no cenário do turfe. Um possível exemplo desta paulatina mudança observa-se em outro espaço de diversão e lazer de Porto Alegre, no momento: as hípicas. Destacam-se a seção hípica do Porto Alegre *Country Club*, a Sociedade Hípica Rio-Grandense e a Sociedade Hípica Porto-Alegrense. Nestes espaços sociais, realizavam-se muitas festas contando com a presença de destacados membros da sociedade da época, ladeados por autoridades. Estes eventos contavam também com a presença de militares do Exército e da Brigada Militar, além da significativa presença das mulheres nas disputas a cavalo (FESTA..., 1932). A prática da equitação, a exemplo do que ocorria em São Paulo (SCHPUN, 1999), admitia a participação das mulheres em Porto Alegre.

Nesta conjuntura, apesar da representação materna e bela da mulher desvelar um anseio produzido e anunciado pelo imaginário social de uma nação que identificava na mulher um meio importante para a sua modernização, conforme Goellner (2009), era somente por meio da participação das mulheres em diversos ambientes sociais que elas seriam capazes de conquistar valores tais como graça, juventude, disposição, arrojo, tenacidade, higiene, prevenção e dedicação. Dentre tais espaços sociais, encontravam-se aqueles nos quais se desempenhavam as práticas corporais e esportivas.

No final dos anos 1930, o perfil dos bairros centrais da cidade sofreu mudanças por meio da energia e dos bondes elétricos, dos serviços de água e

esgoto (JÁ EDITORES, 1997). Relacionado a este processo, há o desenvolvimento de uma demanda não somente de cultura física dos homens e das mulheres, como também de diferentes atividades e formas de apresentação corporal características da cidadania que é estabelecida em uma cidade de grande porte (SCHPUN, 1999). Neste momento, a diferença entre os gêneros, ou seja, a experiência essencialmente distinta de homens e mulheres passou a constituir o apelo mais recorrente à exibição pública.

A “nova mulher” (GOELLNER, 2009, p. 277), expunha-se, simultaneamente, como uma figura inovadora e, ao mesmo tempo, era ressaltada como alguém que desestabilizava a imagem da mulher lírica direcionada para a família, a decência e a reputação. A prática esportiva, o cuidado com a aparência, a alteração de costumes, a utilização de artifícios estéticos e o desnudamento do corpo atribuíam a esta representação novos contornos, exteriorizando, como aceitáveis, diferentes vivências que não somente aquelas apreciadas como intrínsecas à sua “natureza”.

Especificamente ao aspecto controverso do início de um desnudar do corpo das mulheres, proporcionado pela prática esportiva, naquele momento, percebe-se que a prática equestre do hipismo caminha na contramão de tal tendência. Isto porque a vestimenta adequada para a sua prática era composta pelo culote, isto é, a calça comprida específica para montar a cavalo, botas de cano comprido, características para conferir proteção às pernas durante a equitação e o tórax coberto por camisa ou casaco. Apenas o rosto, as mãos e, no máximo, os membros superiores das mulheres eram deixados à mostra durante o montar a cavalo. Este pode constituir mais um motivo para que a prática da equitação não encontrasse resistência em já compor parte das atividades de instrução das mulheres, em especial daquelas pertencentes às camadas ligadas às elites econômicas.

Foi na década de 1940 que a influência do modo de vida norte-americano se acentuou sobre a população porto-alegrense, especialmente por meio do cinema (JÁ EDITORES, 1997). Soares (2001) afirma que o pensamento da sociedade com relação às mulheres não apresentou significativas variações, apesar do fato de que a Segunda Guerra Mundial havia obrigado as mulheres a trabalhar fora do ambiente doméstico para ajudar nas despesas ou substituir o marido/pai/irmão na força de trabalho, caso

tivessem ido lutar na Força Expedicionária Brasileira (FEB). Isto permitiu que fossem, gradativamente, conquistando lugares ocupados pelos homens não somente na indústria, mas em outros setores.

A imprensa, de forma geral, costumava estar intimamente relacionada ao cotidiano turfístico. Seu papel foi de extrema importância, divulgando o esporte e atraindo a população porto-alegrense para assistir às corridas de cavalos (PEREIRA, 2008). Estas eram noticiadas por meio dos jornais e do rádio, sendo a divulgação uma maneira das sociedades turfísticas gerarem maior quantidade de apostas e, como consequência, aumentar o ganho financeiro dos responsáveis pela organização das corridas (BENTO, 2002).

Ainda com relação à imprensa, tem-se que as corridas de cavalos eram noticiadas periodicamente pela imprensa escrita. Alguns jornais da época que destinavam espaço ao turfe eram: Correio do Povo; A Voz do Turfe; Folha da Tarde; Jornal do Commercio; Gazeta da Tarde; A Reforma; A Federação; A República; O Mercantil; Gazeta do Povo; A Nação. Dentre estas, destaca-se a publicação denominada A Voz do Turfe, revista especializada em turfe, editada em Porto Alegre, na primeira metade do século XX, que fornecia informações sobre as corridas de cavalos semanais realizadas no Prado Moinhos de Vento. Evidencia-se, desta forma, a importância que esta prática equestre possuía na sociedade porto-alegrense.

Incluída na relação dos meios de comunicação que noticiavam o turfe, está a Revista do Globo. Nela, se denota que, nas primeiras reportagens acerca do turfe em Porto Alegre, datadas de 1929, destacam-se imagens de mulheres vestidas elegantemente, usando belos chapéus, colares, longas saias e saltos altos (NAS CORRIDAS..., 1929). Além disto, sua presença parece estar sempre condicionada à companhia de uma figura masculina, como pai ou marido. (GRANDE..., 1931).

Nota-se, com relação à presença das mulheres no campo esportivo brasileiro, que sempre existiram imprecisões e tensões (MELO, 2007b). Corroborando com tal fato, Goellner (2004) afirma que, muitas vezes, no passado, e ainda no presente, as condições de acesso e participação das mulheres neste campo, se comparadas às dos homens, não foram e não são iguais. Ao analisar como se processou tal aspecto no cotidiano das corridas de cavalos, Melo (2007a) nos relata a significativa importância que tal prática

esportiva teve no que se refere à possibilidade de uma participação social das mulheres mais expressiva em cidades brasileiras no século XIX, principalmente naquelas de maior porte.

Aproximadamente na época em que o turfe atingiu seu período áureo em Porto Alegre, na década de 1890, ocorreu a consolidação do principal e mais importante hipódromo da cidade – o Hipódromo Independência – tornando-se o espaço preferencial da elite porto-alegrense, mobilizando, inclusive, as mulheres (BISSÓN, 2008). Desde seus primórdios, o turfe porto-alegrense, em razão de sua origem aristocrática patriarcalista rural luso-brasileira, limitava a participação das mulheres à assistência. Também ratificando o aspecto familiar que circundava este hipódromo, e enfatizando a presença dos homens, registra-se um trecho de uma reportagem que destaca o fato de que seu pavilhão “regurgita nas tardes de domingo, de excelentíssimas famílias e cavalheiros que passam ali horas agradáveis e divertidas” (A PROTETORA..., 1933, p. 45).

Para Melo (2007a), apesar de o turfe ter se configurado como uma das práticas que possibilitou o começo da inserção da mulher na vida social, incentivada pelas inovações trazidas da Europa, a partir de meados do século XIX, esta presença nos prados restringia-se às arquibancadas, desfilando seus belos vestidos da última moda e penteados. Rodrigues (2006) acrescenta que as arquibancadas constituíam um lugar elegante dos prados, uma vez que eram ocupadas por cavalheiros, senhoras, senhoritas e rapazes da elite da cidade. Já as camadas populares ocupavam o pavilhão inferior dos prados.

Nas primeiras décadas do século XX, com o processo de modernidade em voga em Porto Alegre, ainda podia-se testemunhar a presença das mulheres como espectadoras nos hipódromos. Neste período, a natureza da mulher continuou sendo frequentemente identificada como muito frágil, defendendo a ideia de que a função da mulher no conjunto das práticas esportivas corresponderia, predominantemente, à assistência (GOELLNER, 2004). Tratadas por adjetivos como “lindas”, em uma reportagem de 1936 (JOCKEY-CLUB..., 1936), também já passam a ser consideradas “aficionadas” por uma prática equestre em que representavam não mais do que parte da assistência, apesar de constituírem um grande número desta. De acordo com Rozano e Fonseca (2005), mostravam-se interessadas pelos prognósticos para

as corridas. Em seu estudo, Adelman e Moraes (2008) argumentam que a participação das mulheres é dificultada até os dias atuais no meio turfístico, o qual ainda é dominado por relações de homossociabilidade, no qual as joquetas, mulheres esportistas que conduzem os cavalos nas corridas, advindas de um ambiente popular ou operário, necessitam empreender uma intensa luta para conquistar uma oportunidade de atuação.

Lembra Melo (2007b) que até meados do século XIX, não era permitida às mulheres uma movimentação significativa além do seu ambiente familiar e doméstico, principalmente quando se tratava daquelas que pertenciam às elites. O turfe passava a ser um dos primeiros locais de circulação e exibição destas mulheres, apesar da constante companhia e vigilância por parte dos familiares homens e da mera função a elas designada e restrita da assistência e da elegância dos ambientes turfísticos. O turfe, neste momento, é considerado o “esporte da moda” (O TURF..., 1937, p. 28).

Apesar do processo de desenvolvimento cultural, econômico, social e político de Porto Alegre, percebe-se que a essência da imagem das mulheres representada pela Revista do Globo não foi significativamente alterada na segunda metade da década de 1960, quando a revista encerrou suas atividades, daquela construída nas primeiras edições no princípio da década de 1930. No final da década de 1940, observa-se o que já se poderia considerar uma conquista para as mulheres frequentadoras dos hipódromos: elas passam a estudar os prognósticos das disputas e algumas já se convertem em apostadoras (G.P. BENTO..., 1949).

Outro aspecto que merece destaque é a variação da moda acompanhando a mudança do Hipódromo Independência, localizado, inicialmente, no Bairro Moinhos de Vento, para o Bairro Cristal. Neste local, foi inaugurado um hipódromo de distinta arquitetura moderna, constituindo, na época, o maior da América do Sul (SOUZA, 1959). A partir disto, percebe-se a crítica nas páginas da Revista do Globo acerca da mudança no visual das mulheres: cada vez se usavam menos chapéus, ameaçando a elegância dos anos anteriores, apesar dos toaletes e jóias utilizadas (CARNEIRO, 1965). Tal fato pode denotar certa resistência em mudar, inovar em um contexto com suas origens tão fortemente arraigadas ao rural. Dalmáz (2002) alertou para o fato

de que a Revista do Globo apresentava um estimulante tom opinativo em seu conjunto de artigos, aliando-se sempre à política da situação.

A cidade rumava do rural para o urbano, o moderno. Todavia, os hábitos patriarcais típicos da aristocracia rural luso-brasileira associada ao turfe porto-alegrense, (PEREIRA; SILVA; MAZO, 2011) pareciam tentar resistir ao avanço do tempo, encontrando, nesta prática equestre, um dos últimos resquícios predominantes desta forma de organização social em que o homem representa o sexo forte e a mulher a fragilidade. A proteção significativa sobre as mulheres primava pelo conceito do valor e da graça a elas associado (GUTTMANN, 1978). Deste entendimento, decorrem as identidades de gênero hegemonicamente aceitáveis do homem como um jóquei – forte e dominador de um animal -, como apostador, proprietário de cavalos e treinador – detentor do saber – e da mulher como acompanhante embelezadora – frágil e submissa.

Desafiando a concepção hegemônica de fragilidade das mulheres, vigente na época, aquelas praticantes de hipismo, como o próprio nome sugere, amazonas, conforme Adelman (2006, p. 16), “exercitavam sua competência em atividades cujos riscos e desafios supostamente descaracterizariam um sujeito feminino”. O termo amazona, conforme Guttman (1978), originalmente, costumava, ainda na época da escritura de seu texto, ser utilizado de forma pejorativa para referir-se à mulher atleta, representando a ideia de que o desenvolvimento físico das mesmas ia de encontro com as virtudes de feminilidade e delicadeza do período. Por meio de cuidados com o corpo, com a beleza e com a indumentária, as mulheres esportistas não deixavam de produzir e reproduzir normas vinculadas à construção do sujeito “mulher”.

A prática esportiva, nos primeiros anos do século XX, necessita ser considerada como um ambiente significativo de exercícios de sociabilidade das mulheres, um espaço que tornou aparente o comparecimento delas não exclusivamente como plateia ou coadjuvantes de uma aparição; contudo, basicamente, como sua figura central (GOELLNER, 2009). Apesar do discurso da maternidade saudável e do refinamento da raça ser marcadamente produzido e citado, não foi somente em seu favor que a prática esportiva era aconselhada para as mulheres. O esporte sinalizava um novo período diante

do qual o antiquado confinamento das mulheres no interior do ambiente particular representava ausência de civilização e de cultura.

No início dos anos de 1930, em reportagem datada de 1932, a Revista apresentava variadas imagens de mulheres participando sobre seus cavalos de uma festa hípica dominical realizada na extinta Sociedade Hípica Rio-Grandense, no Campo da Redenção (FESTA..., 1932). Nas décadas seguintes, outras matérias sobre o turfe e o hipismo foram ilustradas pelas mulheres exibindo sua marcante presença e apontando a conquista de visibilidade no campo esportivo. Uma jovem amazona porto-alegrense, Bety Belmonte, é tratada como promessa desta prática esportiva no Estado em 1965 (OSÓRIO, 1965).

No Rio Grande do Sul, o ato de montar a cavalo era um atributo exclusivamente reservado aos homens, por estes possuírem uma lida diária com o cavalo – instrumento de guerra e de trabalho. As mulheres, inicialmente, utilizaram o cavalo por meio de charretes ou carroças. Tais fatos sugerem, portanto, que a prática do hipismo carrega a longa tradição singular, em meio a todos os esportes olímpicos, de ser a única na qual homens e mulheres competem entre si com igualdade (ROJO, 2007b). Desta forma, constitui um espaço acessível, pelo menos formalmente, a ambos os sexos (ROJO, 2007a). Tal atributo revela a apreensão de que, sobre o cavalo, homens e mulheres possuem condições iguais de competir, independentemente de diferenças físicas, tais como a força muscular, por exemplo, as quais poderiam favorecer um ou outro. Ao invés disto, a técnica e a sensibilidade para atuar em conjunto com o animal é que seriam determinantes para o bom desempenho nesta prática. Em 1951, vitórias de amazonas em competições entre mulheres e homens eram registradas pela Revista do Globo, como a da senhora Dóris Coelho de Souza (UMA TARDE..., 1951).

Porém, esta característica de abertura a homens e mulheres nas competições hípicas pode ser devida a uma possível dupla origem desta prática esportiva equestre. O hipismo, além de apresentar seus primórdios no contexto das práticas militares associadas à cavalaria, também encontra a sua origem nas atividades aristocráticas europeias, como as caçadas e demais práticas de lazer das famílias nobres, das quais eram adeptos homens e mulheres (ROJO, 2007b). A este respeito, a prática do tênis, como nos

apresenta Guttman (1978), também era praticada por mulheres desde seus primórdios na Inglaterra, apesar de, ao contrário do hipismo, existirem competições separadas para homens e mulheres. Além da origem aristocrática, ambas as práticas esportivas também se aproximam, possivelmente, pela classe nitidamente ser mais importante do que o sexo quando se tratava de um de seus praticantes.

A identificação do caráter aristocrático das práticas equestres permite uma aproximação entre ambas, turfe e hipismo: suas tribunas oficiais sempre contavam com a presença de autoridades e representantes da alta sociedade. Reportagens tratando do comparecimento do Presidente do Estado – governador – nas festas hípicas e de competições destinadas a homenagear prefeitos ilustram e evidenciam este aspecto (QUINZENA..., 1939).

Outro fato relevante é o de que as matérias acerca do hipismo, na Revista do Globo, trazem sobrenomes de distintas etnias europeias, dentre os quais se destacam a portuguesa e a alemã. Com relação a este aspecto, cabe ressaltar a citação feita por Mazo e Frosi (2009, p. 62), destacando que, no associativismo esportivo porto-alegrense, “contrastava o sedentarismo da herança cultural lusitana com a atitude inovadora dos teuto-brasileiros praticantes de esportes”, importante indício que auxilia a compreender a caracterização do hipismo por influência destes grupos étnicos.

Os teuto-brasileiros foram fundadores de associações esportivas, em Porto Alegre, que abarcavam inúmeras práticas - como a ginástica, o remo, o tiro, entre outras (MAZO, 2003) - e incentivadores de uma participação mais ativa nos esportes. Em função disto, provavelmente, podem ter influenciado as mulheres de forma mais proeminente a arriscar os primeiros saltos a cavalo na cidade.

A presença participativa das amazonas é sempre realçada nas reportagens acerca dos festivais hípicos em Porto Alegre pela Revista do Globo, a qual destaca que as mulheres “dirigiam com habilidade suas montadas” (QUINZENA..., 1939, p. 48). Esta afirmação revela uma postura fundamentalmente oposta ao tratar da participação das mulheres entre o turfe e o hipismo: se uma mulher era hábil sobre um cavalo que salta, por que não poderia o ser sobre um cavalo que galopa velozmente? Uma possível explicação para isso são as distintas características entre ambas as práticas:

uma poderia oferecer mais riscos que outra. Ainda cabe referir outra distinção entre o turfe e o hipismo: enquanto o primeiro representa um trabalho, uma forma de subsistência para quem o pratica (jóqueis), conforme declaram Adelman e Moraes (2008), o segundo está mais fortemente relacionado aos momentos de lazer das elites. O hipismo apresenta-se, de acordo com Adelman (2006), como um campo esportivo em que suas práticas esportivas e corporais proporcionam espaços de transgressão.

De acordo com Goellner (2009), uma das maneiras de aumentar a aparição pública de mulheres praticantes de esportes foi a organização, em determinados núcleos urbanos do Brasil, de competições esportivas destinadas apenas para esportistas mulheres. Alguns exemplos: Jogos Femininos do Estado de São Paulo, instituídos em 1935; Jogos da Primavera, ocorridos na cidade do Rio de Janeiro, em 1949; Jogos Abertos Femininos em Porto Alegre, instituídos por Túlio de Rose, segundo Goellner (2005), que ocorreram desde o ano de 1954 até meados da década de 1960. Nesta competição, fazia-se presente a prática do hipismo, como registrado pela amazona de Porto Alegre, Ilka Krueel, no livro comemorativo aos 70 anos da Sociedade Hípica Porto Alegrense, onde afirma que “[...] o esforço era grande para viabilizar os torneios, como os Jogos Abertos Femininos, do qual participei como adestradora” (KRUEEL, 2009, p. 8). Depreende-se que, apesar da criação de tais jogos específicos para as mulheres, algumas dificuldades ainda pareciam existir para que os mesmos fossem viabilizados.

Além destas competições, conforme Goellner (2009), várias outras contavam com partícipes mulheres, inclusive em práticas raramente aprovadas para a participação de atletas, como, por exemplo, futebol, lutas e corridas de longa distância. Tal diversificação não foi acolhida de forma consensual por todos os departamentos da sociedade brasileira, até mesmo aqueles relacionados à gestão da prática esportiva.

Conseqüentemente, tais contestações existentes por volta da presença das mulheres aberta nas várias práticas esportivas culminaram com a preparação de uma legislação a qual balizou sua participação em algumas práticas avaliadas como “violentas para a natureza” (GOELLNER, 2009, p. 278). Por exemplo, em 1941, o Conselho Nacional de Desportos constituiu o Decreto-lei nº 3.199, tido como o documento inicial a delimitar a ordenação

esportiva brasileira (BRASIL, 1941). O seu conteúdo, constituído sob o apoio do governo do Estado Novo, anunciava a aspiração institucional de disciplinar o campo esportivo, oficializando a interdição às mulheres de várias práticas esportivas consideradas violentas e não adaptáveis a elas, tais como: lutas, corridas de longa distância, pólo aquático, rúgbi, futebol e pólo equestre²⁸, uma prática equestre vigente desde a década de 1920, na Escolta Presidencial da Brigada Militar e na Sociedade Hípica Rio Grandense (O ANIVERSÁRIO..., 1929, p.3; SOCIEDADE..., 1929, p. 44).

A prática do pólo equestre²⁹ foi proibida para as mulheres em função do significativo esforço físico e coordenação exigidos do cavaleiro, o qual, além de montar e conduzir seu cavalo, deve manusear um taco com o intuito de lançar a bola por entre as demarcações do gol. Por parte dos cavalos, chegam a ser necessários seis animais por jogador por partida (um cavalo para cada tempo de jogo), tamanho é o condicionamento físico exigido dos mesmos.

O discurso da fragilidade das mulheres estava presente no referido Decreto-lei e em diversos documentos que foram produzidos no período. Este

²⁸ O jogo de pólo equestre é praticado em campos com medida de 230 a 275 metros de comprimento e com largura entre 130 e 146 metros, com quatro jogadores em cada time, onde cada jogador utiliza cerca de seis cavalos por jogo, sendo um para cada *Chukker* (tempo de jogo) (DUARTE, 2000).

²⁹ A vigência do Decreto-lei nº 3.199 de 1941, por três décadas acarretou sérias consequências ao incremento da prática esportiva das mulheres, dentre estas, o pólo equestre. No Brasil, este esporte somente passou a contar com um time constituído apenas por mulheres em 2004, quando foi formada a equipe *The Amazons Polo Team*. Apesar do nome em inglês, possivelmente pelas origens da estruturação do pólo como conhecemos hoje estarem ligadas à Inglaterra (DUARTE, 2000), a iniciativa da formação do time foi da carioca Kristie Hanbury. A equipe, contudo, somente entrou em campo para o primeiro jogo em 2006, ou seja, dois anos após a constituição do time. A partida ocorreu como uma disputa entre seleções de mulheres do Brasil e da Argentina. Por falta de patrocínio, a equipe nem sempre pôde aceitar os convites que recebeu para jogar (LEME; SOARES, 2006). Além de Kristie, cinco atletas brasileiras normalmente compõem o *The Amazons*. Três vivem no sul do país (duas atletas sul-rio-grandenses, Daniela Schwab e Fernanda Schuch) e outras três moram, hoje, na Inglaterra. Quando elas não conseguem se reunir, atletas de outros países completam o time de Kristie. A estreia do *The Amazons* no Rio Grande do Sul ocorreu em 2007, no 1º Torneio de Pólo de Arena, na cidade litorânea de Xangri-lá. O adversário delas foi uma equipe de homens, em função da ausência de outro time de mulheres (AMAZONAS..., 2007). Isto se justifica pela estimativa de que há 36 mulheres praticantes de pólo equestre no Brasil (AGUIAR, 2011). Além deste fato, o esporte ainda precisa se organizar, pois não há o *handicap*, espécie de nota que é dada para separar as jogadoras em categorias. Atualmente, elas utilizam as regras do *handicap* dos homens, mas é preciso regulamentar um específico para as mulheres para se adequar às peculiaridades do seu jogo. A estipulação destas notas é necessária para que as competições possam ser organizadas. Nos torneios de pólo equestre, a soma do *handicap* das jogadoras do time precisa ter um valor determinado pela organização. Sem isso, os times acabam muito desequilibrados tecnicamente. Somado a isto, o que também pode dificultar a prática do pólo hípico, de uma forma geral, é a complexidade técnica do jogo, os altos custos com equipamentos e a necessidade de, no mínimo, dois cavalos por jogador.

discurso, o qual valorizava a representação da mulher progenitora frágil e terna, acabaria por ser contrariado caso a mesma praticasse o pólo equestre. O empenho físico, a transpiração exagerada, os jogos, as emoções intensas, a musculatura delineada, a competitividade aceita, a liberdade de movimentos e os gestos corporais espetacularizados, práticas triviais à natureza da cultura física, quando relacionados à mulher, despertavam suspeitas porque sugeriam a diminuição de certas fronteiras que cercavam uma representação ideal de ser mulher. Propunha, ainda, no contexto esportivo em geral, desestabilizar um terreno cunhado e cultivado sob a posse dos homens, cuja justificativa, assentada na biologia do corpo e do sexo, precisaria atestar o domínio deles em relação a elas (GOELLNER, 2009).

Cabe uma importante observação: a existência oficial de tais advertências não significa dizer que todas as mulheres abandonaram as práticas esportivas contra-indiciadas para seu sexo. Elas não as praticaram “oficialmente”. Os esportes, conforme Goellner (2009), desde o início do século XX, atraíam e desafiavam muitas mulheres que, indiferentes às convenções éticas e sociais, aderiram à sua prática independentemente do discurso da interdição que seguiu, oficialmente, até a metade dos anos 1970.

Para o campo esportivo, o discurso da assepsia, vigente em muitos documentos oficiais, deve ser considerado com parcimônia, já que, repetidamente, procurava-se nos argumentos de cunho biológico a justificativa para a eliminação ou, ainda, para a restrição da participação das mulheres em determinadas práticas esportivas (GOELLNER, 2009). O Decreto-lei nº 3.199, na década de 1940, exemplifica tal fato, na medida em que constituiu o impedimento da prática de certos esportes por avaliá-los como violentos à natureza das mulheres. Curiosamente, neste mesmo documento, observa-se que não há qualquer suspensão feita aos homens, ainda que determinadas práticas esportivas fossem consideradas muito violentas.

Tal situação remete-nos a pensar no porquê da restrição da prática do pólo equestre às mulheres, naquele período, e, concomitantemente, a permissão para que praticassem o salto do hipismo. Trata-se de duas práticas equestres identificadas com a elite econômica, além de ambas envolverem o ato de montar a cavalo em posições e posturas muito similares e em tipos de

animais semelhantes; em geral, exemplares da raça puro-sangue inglês³⁰. O que poderia ter sido alegado como prejudicial e violento às mulheres, no período de sua proibição, é a particularidade do pólo que exige um maior esforço físico, em função do ritmo de jogo pela disputa da bola. Além disto, a complexidade motora requerida para, simultaneamente, montar, conduzir o cavalo, manusear o taco e taquear a bola com precisão na direção do gol adversário, pode também ter contribuído para a construção de uma representação mais masculinizada de gestos motores mais brutos e enérgicos. Também poderia haver a crença de que as mulheres não possuiriam habilidade e coordenação motoras suficientes para tal ou, ainda, não se pretendia oportunizar uma chance para que descobrissem que as tinham.

Se nos primórdios de uma narrativa das práticas equestres em Porto Alegre a participação das mulheres limitava-se, predominantemente, à assistência e ao acompanhamento de seus esposos e familiares, como nas carreiras de cancha reta e no turfe, na contemporaneidade ela é imensamente mais vasta e diferenciada. As mulheres deixaram de ocupar exclusivamente o ambiente de plateia para se tornarem, igualmente, praticantes de hipismo (adestramento, concurso completo de equitação, salto, paraequestre, enduro, rédeas, atrelagem e volteio), pólo equestre, turfe, práticas campeiras (tiros de laço, provas funcionais do Freio de Ouro), entre outras. Ao adentrar o universo de tais práticas, observa-se que, para além de atletas, as mulheres também passaram a ocupar as funções de técnicas, gestoras³¹, árbitras, comentadoras, além de médicas veterinárias de equinos, tratadoras, domadoras e treinadoras³² de cavalos.

A ocupação de novos espaços não significa a garantia de que homens e mulheres apresentem as mesmas oportunidades no campo esportivo das

³⁰ Os cavalos da raça puro-sangue inglês, especialistas em corridas do turfe, são muito velozes, sendo esta a sua principal característica aproveitada também pela prática esportiva do Pólo Equestre. Além disto, são animais bem proporcionados fisicamente, os quais possuem uma ampla aptidão atlética e abundante potência física e energia mental, o que o torna versátil, também, para o salto do hipismo (EDWARDS, 1994).

³¹ Para o biênio de 2012/2013, foi eleita, em Assembleia de Conselho Deliberativo da Sociedade Hípica Porto Alegrense, a amazona Maria Luisa Amodeo Daiello para presidir a entidade. Maria Luisa, há muito tempo, estimula os cavaleiros juvenis da Escola de Equitação desta associação (WEINHEBER, 2012).

³² Como exemplo, a médica veterinária Denise Bicca Fernandes, natural da cidade de Quaraí (RS), já atua, em Porto Alegre, há 14 anos, como professora de equitação, domadora e treinadora de cavalos de esporte (LIMA, 2011). Denise, inclusive, é uma das treinadoras mais requisitadas do Brasil.

práticas equestres ou que preconceitos quanto à participação das mulheres inexistam. Não é raro, até hoje, deparar-se, em ambientes equestres, com algumas desigualdades no que se refere à confiabilidade na habilidade das mulheres em lidar com os cavalos. Tal fato deve-se, em parte, pela crença, ainda muito arraigada culturalmente, de que a relação com estes animais baseia-se, essencialmente, na força. No entanto, após estudos na área comportamental dos animais, desenvolvidos especialmente por médicos veterinários, observou-se a eficiência de se trabalhar com os cavalos de acordo com a sua natureza e sua linguagem corporal (MILLER, 1999). Isto requer, para ser-se bem sucedido, muita sensibilidade, atitude e conhecimento, características que as mulheres apresentam plenas condições de adquirir.

5 HIPISMO NOS CLUBES: uma prática esportiva incorporada pelos civis

O associativismo esportivo, no final do século XIX, em Porto Alegre, já possuía suas raízes na cidade, uma vez que, desde a segunda metade do século XIX, mais precisamente em 1867, havia sido criada, pelos teuto-brasileiros, a primeira sociedade de ginástica denominada *Turnerbund* (atual Sociedade Ginástica Porto Alegre – SOGIPA). Além da ginástica, segundo Mazo (2005), a introdução de outros esportes como o tiro, remo, natação, tênis, ciclismo, esgrima, bolão, atletismo e futebol, também se deve aos teuto-brasileiros. Algumas destas práticas já foram institucionalizadas na segunda metade do século XIX, enquanto outras foram incorporadas nas primeiras décadas do século XX.

Com relação ao hipismo, começou a ser promovido na década de 1930 pelas seguintes entidades: Sociedade Hípica Rio-Grandense, Porto Alegre *Country Club*, Sociedade Hípica Porto-Alegrense e Brigada Militar. Reportagens da Revista do Globo registram a presença deste esporte nas associações: “A Sociedade Hípica Porto Alegrense proporcionou [...] um espetáculo magnífico aos esportistas da cidade [...] realizando um concurso equestre” (QUINZENA..., 1939, p. 48). Tal informação sugere que a prática do salto do hipismo e seus eventos em Porto Alegre, neste período, eram valorizados como entretenimento pessoal, uma peculiaridade associada por Damo (2002) ao esporte amador, em particular como ocorreu no caso do futebol.

O hipismo limitava-se à esfera amadora, tanto com relação aos seus praticantes como à sua assistência, uma vez que todos estes se encontravam ligados à classe com maior poder econômico da cidade, a qual, como a assistência do turfe, primava pelo puro prazer e liberdade da prática em si, sem a existência de qualquer forma de remuneração ou incentivo material. Os próprios títulos de reportagens de revista e jornais de Porto Alegre, entre as décadas de 1920 a 1940, acerca do hipismo, sugerem e reforçam um caráter festivo e prazeroso vigente no contexto hípico daquele período, em detrimento de indícios de profissionalização do mesmo: “Festa Hípica”, “Tarde hípica magnífica”, “Espectáculo magnífico” (FESTA..., 1943, p. 38; FLAGRANTES..., 1938, p. 39; QUINZENA..., 1939, p. 48).

Nos espaços hípicas na cidade, se realizavam inúmeras festas hípicas contando com a presença de importantes e destacados membros da sociedade da época, ladeados por autoridades, passando a constituir outro ambiente de diversão e lazer. No hipismo, como ocorre, por exemplo, no salto, não há um fim utilitário na prática além do prazer provocado pelo anseio do praticante, especialmente no momento em que o cavalo descola seus membros anteriores do solo, inicia a fase de voo e supera sua pontuação anterior.

Diferentemente, pode-se traçar um paralelo com a prática equestre das cavalhadas, apresentadas por Del Priore (2009) e Spinelli (2010). Esta prática é composta por ritos integrantes de atividades de festas religiosas, as quais se espalharam pelo Brasil desde o século XVI. As cavalhadas são compostas por espetáculos que, além de representar os combates entre mouros e cristãos, remetem à época cavalheiresca da Europa. Pode-se vislumbrar um fim utilitário nesta prática nas manifestações de amizade entre os cavaleiros, as quais sempre ocorrem ao final dos duelos.

Em Porto Alegre, a prática das cavalhadas, como muitas festas tradicionais, possivelmente é apropriada em função da imigração açoriana que remonta às origens da cidade³³. Assim, no século XIX, raramente havia uma festa religiosa ou cívica sem as cavalhadas. Esta prática equestre, inclusive, compunha parte das atividades desempenhadas pelo Grêmio Gaúcho, uma associação cívica fundada para conservar as tradições sul-rio-grandenses. A última cavalhada que de que se dispõe de registro em Porto Alegre ocorreu no antigo Prado Rio-Grandense (ou Menino Deus), em 1897 (PORTO ALEGRE, 1994).

Já com relação aos esportes anglo-saxônicos (basquetebol e voleibol), estes tiveram o início de sua promoção, em Porto Alegre, na década de 1920, especialmente pela Associação Cristã de Moços (ACM), fundada em 1901, no segmento do Rio Grande do Sul. Justamente nos anos 1920 e 1930, a Rua dos Andradas, constituía uma vitrine, sendo o ponto chique porto-alegrense, concentrando dezenas de cafés, bares, cabarés, enfim, numerosas opções

³³ Em Porto Alegre, há, inclusive, um bairro denominado Cavalhada. No entanto, as origens de tal denominação remontam ao século XVIII, quando sesmeiros da região tiveram suas terras expropriadas para a constituição de um campo para a guarda da cavalhada pertencente à Fazenda Real, a serviço de Porto Alegre. Por ter tido tais propósitos por 20 anos, este local ficou conhecido como Cavalhada d'el Rey ou Campo da Cavalhada (HISTÓRIA..., 2012).

para aproveitar a noite e a madrugada (MARONEZE, 1994). As salas de cinema e as confeitarias localizadas no Bairro Centro da cidade completavam os locais de concentração da gente elegante e bem vestida. Em alguns espaços ocorria o encontro entre entusiastas dos esportes como as práticas equestres: “na Praça da Alfândega esquina com a Sete de Setembro, havia mais um café Nacional, reduto dos turfistas” (AMARO JUNIOR, 1976, p. 5-6).

Na capital, apesar deste novo período consolidar melhorias, tais como bondes elétricos, cafés, cinemas e automóveis, estas não contemplavam a todos. O Plano Geral de Melhoramentos criado para a cidade, idealizado por João Moreira Maciel, da Diretoria de Obras da Intendência, em 1914, e implantado a partir de 1924, previu avenidas, bulevares e rótulas para a mesma, procurando torná-la semelhante a Paris, uma ampla vitrine de mercadoria do capitalismo (JÁ EDITORES, 1997). Além deste espelhamento, há outros, como algumas práticas europeias; dentre estas, a prática do salto do hipismo, pois há evidências de que este esporte tenha vindo, além de imigrantes ingleses, na bagagem cultural dos imigrantes alemães também.

Os cavalos passavam a proporcionar um espetáculo esportivo ao mesmo tempo em que, paulatinamente, deixavam de representar o principal meio de transporte pelas ruas da cidade, uma vez que as avenidas começavam a encurtar e facilitar os trajetos. Um exemplo é a Avenida Borges de Medeiros, a qual uniu os dois lados da península, estabelecendo um caminho para a zona sul e, com seu viaduto, indicava uma mudança significativa na linha viária da cidade (JÁ EDITORES, 1997).

Neste período, mais precisamente em 1935, uma festa diferente, exaltada na obra de Rozano e Fonseca (2005), ocorreu em Porto Alegre. Tratava-se da Exposição do Centenário Farroupilha, o qual, de 20 de setembro a 20 de dezembro, mostrou ao Brasil a força da economia sul-rio-grandense. Foi nesta ocasião que o Campo da Redenção, então em processo de urbanização e alterando seu nome para Parque Farroupilha, ganhou o seu lago. Também se associando aos festejos comemorativos a esta data, o Hipódromo Independência realizou o Grande Prêmio Centenário Farroupilha em 1935, disputa que ficou conhecida como Clássico Farroupilha.

Nas mesmas comemorações, em 1935, ocorreu o I Grande Prêmio Cidade de Porto Alegre – Circuito Farroupilha –, uma prova de automobilismo

de rua em que os pilotos competiram sob o olhar de 250.000 espectadores (MADURO, 2010). Tal prática esportiva dispunha de certo destaque na cidade, já que o uso do aparato tecnológico do automóvel e a ideia de velocidade dos novos tempos passam a fortalecer-se neste contexto. Uma vez associadas ao turfe em meados do século XIX, noções de *status* e distinção das elites são agregadas ao automobilismo neste momento, como uma maneira de “vinculação ao ‘civilizado mundo moderno’” (MELO, 2009b, p. 98). Isto sugere que as práticas esportivas que proporcionavam ao ser humano a superação de seus limites físicos (velocidade, força, etc.), seja por meio do cavalo, em um primeiro momento, como pelo automóvel, posteriormente, relacionavam-se com elementos de privilégio, superioridade e prestígio social.

Com o início do Estado Novo (1937), as práticas esportivas passaram a desempenhar um papel relevante no contexto da política nacional brasileira (MAZO, 2003). Até então, houve a propagação das associações esportivas sem um controle mais significativo do poder público. Perante este cenário, em 1941, foi promulgado o Decreto-Lei nº 3199, o qual buscava regulamentar o esporte nacional.

A legislação determinava a formação de federações estaduais para todos os esportes, compostas, no mínimo, por três associações. Estas federações, por sua vez, deveriam se constituir em entidades estaduais, que se subordinariam a uma confederação nacional e estas, finalmente, a um órgão máximo denominado Confederação Brasileira de Desportos (CBD).

No cumprimento da exigência legal, em 1943, era fundada a Confederação Brasileira de Hipismo (CBH), e, somente três anos mais tarde, em 1946, foi criada a Federação Hípica Sul Rio-Grandense (FHSRG), em Porto Alegre. A nova organização esportiva no hipismo abalizava reflexos da referida lei (NASCE..., 2010) que suscitaria alterações na maneira como a prática hípica vinha desenvolvendo-se, tanto na capital como no Estado, desde sua emergência.

Ao traçar um paralelo entre Porto Alegre e a cidade do Rio de Janeiro, pode-se perceber que a prática do hipismo estruturara-se de forma sistemática e anterior na capital do país na época, aproximadamente na primeira metade do século XX (MELO, 1998; 2001; 2006; 2007b; 2010a; 2009b; LUCENA, 2001). No início do século XX, o Rio de Janeiro já contava com três centros

hípicos e muitas competições eram organizadas, apesar da pouca popularidade e da significativa circunscrição à esfera das elites (MELO, 2007b; 2010b; ADELMAN, 2003). Tal conjuntura pode estar relacionada ao fato de que, entre 1863 a 1865, foi instalada, na então capital do Brasil, a Escola de Equitação de São Cristóvão, importando os princípios equestres europeus (DEL PRIORE, 2009).

Já na cidade de São Paulo, por sua vez, apesar do período de transformações que atravessava, conforme Gordinho (1987), o costume da equitação, do passear a cavalo, continuava vigente entre os paulistanos – obviamente, assim como no Rio de Janeiro, neste período, a prática seguia entre os mais abastados, que podiam adquirir animais com um alto valor financeiro. Esta circunstância propiciou que, já no início da segunda década do século XX, fosse fundada a Sociedade Hípica Paulista, em 1911.

Faz-se imperativo relacionar o cenário do hipismo em Porto Alegre com o do Rio de Janeiro e de São Paulo em função de que estas cidades possuíam uma projeção econômica, valor político, emblemática proeminência e dinâmica cultural (SANTOS, 2009a). Desde o princípio da República, constituíram núcleos de ampla importância e referência nacional, em todos os campos, e colaboraram, decisivamente, para a constituição deste panorama.

Porto Alegre, por sua vez, só passou a contar também com uma sociedade hípica 14 anos mais tarde do que São Paulo: foi fundada, em 1925, a Sociedade Hípica Rio-Grandense (SHR), a qual passou a proporcionar, formalmente, o acesso a esta prática equestre também à população civil da cidade. No que se refere à prática do hipismo em seus primórdios na cidade, apresentava uma restrição de classe para praticá-lo. Até o final da década de 1910, pelo menos, sua prática restringia-se aos muros da caserna, mais especificamente, aos integrantes da Brigada Militar (Polícia Militar) do Rio Grande do Sul. A instituição do salto do hipismo em associações esportivas, em Porto Alegre, a partir da década de 1920, representa um primeiro movimento em direção à incorporação da característica de igualdade preconizada por Guttmann (1978) como inerente ao esporte moderno.

Contudo, não se pode deixar de lançar um olhar sobre reportagens de jornais e revista as quais revelam indícios de que, apesar de ultrapassar as limitações do ambiente militar, a demarcação de uma restrição do acesso à

prática ainda persistia; desta vez, por meio da distinção de classe de seus praticantes, vinculados à camada com maior poder e capital econômico. Afinal, para a prática do salto hípico, a necessidade de manter cavalos, bem como os equipamentos para os mesmos (tais como sela, arreios, material de higiene, alimentação) e para o praticante (por exemplo, capacete, botas, culote – calça especialmente desenvolvida para montar a cavalo) fazia com que o investimento financeiro fosse significativo.

A nova sociedade hípica constituía um local de encontro da elite e de autoridades políticas e militares durante a realização de seus torneios hípicos. A este respeito, em uma reportagem do jornal Diário de Notícias, encontra-se a seguinte passagem: “Realiza-se [...] mais uma das elegantes festas que a Sociedade Hippica Rio Grandense vem oferecendo aos seus sócios e à elite porto-alegrense em geral [...]” (A FESTA..., 1929, p. 5). Há também registros da presença do ex-presidente Getúlio Vargas em suas tribunas oficiais (DESPORTOS, 1929).

Aparentemente sem sede própria, a SHR, desenvolvia suas atividades e torneios em estádios de clubes de futebol (DESPORTOS, 1929, p. 35), e, principalmente, no Campo da Redenção, atual Parque Farroupilha (SOCIEDADE..., 1931; CINCO..., 1929, p. 30). Este parque foi o local onde muitas associações esportivas tiveram origem e tantas iniciativas já haviam tido lugar, como a primeira demonstração de corridas de cavalos no novo formato de pista circular, em 1872, pelo domador capitão Luiz Jacome de Abreu e Souza (ROZANO; FONSECA, 2005).

O símbolo da referida sociedade, resumido a um cavalo entre uma ferradura, sugere que a figura do cavalo constituía o cerne de suas atividades. Ao encontro deste pensamento, alia-se o fato de que todas as suas atividades esportivas envolviam a participação conjunta com este animal, ou seja: dentre as práticas esportivas promovidas, encontravam-se somente aquelas de caráter equestre. Os torneios de saltos, partidas de pólo, volteio³⁴, *cross-*

³⁴ O volteio constitui uma atividade acrobática em que um grupo de volteadores, ou um volteador apenas, executam exercícios sobre um cavalo a galope (ROESSLER; VOTRE, 2002). Esta prática equestre, atualmente, é caracterizada e avaliada por critérios estéticos de forma semelhante como ocorre na dança, na ginástica rítmica e na patinação artística (ALMEIDA; WELLER, 1997). Consiste em uma das mais antigas práticas equestres, podendo resumir-se o volteio como uma ginástica artística sobre o cavalo. Durante a Idade Média, era empregado como parte do treinamento de soldados para as batalhas, com a finalidade de

*country*³⁵, e o antigo costume que, possivelmente, consistiu em uma das origens do hipismo, a caçada à raposa, faziam parte das denominadas Temporadas Desportivas da SHR. Estes eventos costumavam integrar militares e civis em nome do esporte (SOCIEDADE..., 1931), os quais compunham o quadro de sócios desta entidade (ABERTURA..., 1931, p. 2).

Além disto, conforme Melo (2009b), o hipismo fazia parte das práticas esportivas que, no início do século XX, eram consideradas como sinais de *status* e distinção, marcas de classe e hierarquia social. A Revista do Globo, por exemplo, ao publicar, na década de 1940, a divulgação da organização de uma temporada hípica, realçou que as associações esportivas que a promoveriam “[...] congregam figuras destacadas da sociedade gaúcha [...]” (FESTA..., 1943, p. 38). Nesta medida, homens, mulheres e crianças já são vistos como protagonistas nas imagens desta prática esportiva. Inclusive, a equitação era concebida como parte da educação de mulheres jovens das elites, sendo apreciada em função de que elas deveriam desenvolver determinadas capacidades que lhes consentissem satisfazer com propriedade os novos papéis sociais esperados. Na prática equestre do hipismo, era mais trivial e mais plausível a participação das mulheres, especialmente das elites, as quais já tomavam parte ativa nas competições.

Assim, têm-se famílias que, desde aquele período até os dias atuais, se envolviam significativamente com a prática do hipismo e cujos sobrenomes já se faziam presentes no quadro de sócios como praticantes e dirigentes. É o caso, por exemplo, das famílias Chaves Barcellos, Gerdau Johannpeter,

desenvolver o equilíbrio e o entrosamento com o cavalo. Findadas as guerras, o volteio extrapolou os limites dos quartéis e, em seguida, passou a ser praticado em hípicas e pequenos centros de treinamento, espraiando-se pelo mundo. Em 1920, esta prática esportiva equestre foi agregada à programação dos Jogos da Antuérpia; porém, somente em 1983 é que foi reconhecida oficialmente pela Federação Equestre Internacional (FEI) (VIEIRA; FREITAS, 2007). Atualmente, o volteio não compõe mais os esportes equestres nos Jogos Olímpicos.

³⁵ Esta competição também pode ser denominada *steeple-chase*, *rallye*, Concurso Completo de Equitação (CCE), ou ainda *Three day event*, uma vez que consiste em três provas diferentes (adestramento, prova de fundo e prova de saltos), as quais ocorrem em três dias consecutivos, parecendo uma prova de triatlo equestre (VIEIRA; FREITAS, 2007). As duas últimas denominações são oficializadas pela Federação Equestre Internacional (FEI). A prática tem seus primórdios associados aos regimentos de cavalaria, os quais existiam em grande número nos exércitos europeus antes da mecanização das unidades hipomóveis. Consistia em parte dos exercícios rotineiros da tropa e dos oficiais, envolvendo longos percursos de estrada, exercícios sobre terrenos acidentados e largos períodos de galope pelos campos atravessados por obstáculos naturais. Tais exercícios, eventualmente, vieram a constituir disputas entre esquadrões, posteriormente entre regimentos e, mais tarde, entre equipes de cavaleiros de diferentes nacionalidades (MORGADO, 1990).

Schapke e Chagastelles (SOCIEDADE HÍPICA..., 1929; ÁLBUM..., 2009). A tradição familiar aristocrática permeou o universo hípico porto-alegrense desde sua emergência. Consequentemente, capital social simbólico e destaque são atribuídos aos detentores dos sobrenomes realçados pela participação e desempenho neste contexto equestre, em uma associação com os valores nobres e de realeza intrínsecos a este esporte dos reis desde suas origens (DEL PRIORE, 2009; VIGARELLO, 2008).

Ainda com relação à procedência desta prática esportiva, pode-se seguir o raciocínio de Guttmann (1978), para refletir acerca de como que a caça à raposa, como um esporte pré-moderno, conforme o autor (1978) possibilitou a emergência do salto do hipismo, o qual, agora, é inteiramente moderno. A racionalização constitui a chave para este processo, uma vez que a atividade de caça em si iniciou como uma ocupação utilitária, evidenciando uma maior preocupação com a alimentação do que com o prazer da perseguição. Ao deslocar-se o cerne da atividade para o seu processo em detrimento de seu resultado, isto é, ao passar-se a valorizar a prática em si, “um processo de racionalização transformou a cavalgada de cavaleiros no hipismo” (GUTTMANN, 1978, p. 45).

Ao considerar o processo da prática da caça à raposa em si, isto é, os percursos com obstáculos, pode-se retomar o discorrido por Elias (1992) acerca das características desta enquanto uma das prováveis origens da prática do salto. Para as classes de elite que a praticavam a caça, a tensão e a excitação proporcionadas pelo prazer da perseguição à raposa a cavalo, percorrendo uma trajetória plena de obstáculos e barreiras, constituíam o elemento principal desta sua atividade de distração. Isto sugere que os saltos da prática do hipismo, restritos em uma pista, passavam a remontar a estes momentos em que os cavalos necessitavam transpor troncos, rios e diversos outros obstáculos naturais com os quais os caçadores se deparavam pelas florestas ao percorrerem terrenos de peculiaridades diversas.

A vontade de montar a cavalo para percorrer trilhas e superar os obstáculos naturais se estabeleceu de tal maneira que, mesmo em temporada de baixa estação de caça ou em tempos de inverno rigoroso, os britânicos se mobilizavam para o treino dos saltos, expondo prováveis primitivos sinais daquela que se tornaria, posteriormente, a atividade mais contemplada do

hipismo, ou seja: os saltos. A apropriação de um tipo de competição que remetesse às reconhecidas caçadas, mas em um ambiente significativamente menor e com regras definidas, pode indicar aspectos da racionalização neste contexto hípico. A elaboração de obstáculos previamente armados, os quais reproduzissem aqueles naturais, normalmente encontrados, também compõe este incipiente cenário de busca pelo rendimento.

Tais indícios apontam para uma re-apropriação consciente desta prática, como um componente cultural para ser “[...] projetado, usado, reprojeto” (GUTTMANN, 1978, p. 44), representando o triunfo da racionalidade. Neste contexto, as regras organizadas são universais. Apesar de adaptações ocorridas ao longo do tempo, as normas e preceitos deste esporte mantêm-se os mesmos em qualquer localidade.

No contexto do hipismo porto-alegrense, na década de 1920, as fontes advertem alguns indícios desta racionalização por meio de, por exemplo, regras e regulamentações quanto à participação nas provas hípicas. Ao anunciar a ocorrência de uma festa hípica promovida pela Sociedade Hípica Rio Grandense, em 1929, o jornal Diário de Notícias expõe os requisitos necessários para participar de cada uma das provas componentes do evento. A denominada Prova Estímulo era destinada apenas a “[...] inferiores do Exército e da Brigada Militar, montando cavallos de tropa” (A GRANDE FESTA..., 1929, p. 10), transparecendo, ainda, uma distinção entre militares e civis nos momentos de competição, apesar de que a Sociedade Hípica Rio Grandense admitia ambos como sócios. Todavia, a Prova Animação permitia a participação apenas de “[...] cavalheiros estreantes montando quaesquer cavallos ou quaesquer cavalleiros montando cavallos sem victoria em concursos anteriores” (A GRANDE FESTA..., 1929, p. 10); e a Prova de Honra admitia “[...] quaesquer cavalleiros socios ou não, maiores de 21 annos, montando quaesquer cavallos” (A GRANDE FESTA..., 1929, p. 10). Estas duas últimas provas desvelam um possível incentivo a novos praticantes do esporte.

Com relação à prática que, possivelmente, originou o hipismo - a caça à raposa - é curioso observar a forma com que foi apropriada no Rio Grande do Sul, evidenciando uma racionalização peculiar. Uma reportagem da Revista do Globo demonstra a participação tanto de civis como de militares nesta prática, em Porto Alegre, em 1931, na várzea do Cristal, local onde atualmente situa-se

o *Jockey Club* do Rio Grande do Sul, promovida pela Sociedade Hípica Rio Grandense (SOCIEDADE..., 1931). Esta sociedade costumava incluir a caça à raposa em sua programação de aberturas de temporadas hípicas anuais, sempre tendo um ponto de reunião para a partida, como, por exemplo, a Praça Teresópolis (SOCIEDADE HÍPICA..., 1929, p. 5), e um ponto para a chegada, como o Restaurante Monteggio, no Bairro Vila Nova, onde, geralmente, ocorria uma festa logo a seguir.

No entanto, não era somente na abertura de temporada que a caça à raposa tinha espaço, uma vez que ao longo do ano esportivo outras caças ocorriam. O Diário de Notícias anuncia, em abril de 1929, uma caça à raposa durante a programação de uma festa hípica. O que pode ser percebido é que as caças à raposa sempre costumavam abrir a manhã de competições. A disputa iniciava com a “raposa” partindo primeiramente e os concorrentes, já previamente agrupados ao lado da igreja Menino Deus (O CRYSTAL..., 1929, p. 6), por exemplo, partiam em seguida, assim que o grito de “caça livre” era emitido pelo diretor da caçada, muitas vezes um capitão.

Na caçada à raposa, podiam inscrever-se tanto cavaleiros como “senhorinhas” (O CRYSTAL..., 1929, p. 6). A raposa era representada por um (a) cavaleiro/amazona e não foi identificada a presença de cães de caça. Desta forma, só oferecia o prazer da perseguição para os espectadores participantes, mas descartava o excitamento de um jogo violento, representado, de forma mimética, pelos cães e a raposa, analisada por Elias e Dunning (1992).

O percurso da caçada, que era somente do conhecimento da “raposa”, a qual era incorporada por um (a) cavaleiro/amazona, era geralmente composto por “[...] caminhos com diversos obstáculos [...]”, o que tornava “[...] muito interessante essa prova”. Este trecho da reportagem reforça a valorização conferida ao trajeto da caça, o qual era o principal promotor dos sentimentos de divertimento, desafio e excitação da prática. À chegada, geralmente no Bairro Cristal, era capturada a raposa. O cavaleiro/amazona que prendia a raposa seria, na próxima festa, o (a) escalado (a) para esta posição.

Ao analisar tal apropriação da caça à raposa no contexto porto-alegrense, podemos fazê-lo à luz do que Guttmann (1978) preconizou para a mudança da caça para um esporte moderno. Deste modo, a fim de que pudesse ser instituído o princípio da igualdade de condições na competição,

isto é, com o intuito de eliminar as diferenças advindas do fato de que cada animal é diferente do outro, a solução, em Porto Alegre, foi criar um “animal” que simbolizasse a igualdade de todos os animais. De tal modo, a racionalização da caça à raposa, em Porto Alegre, determinou que um cavaleiro/amazona, também montado (a) em um cavalo, passava a representar a “raposa”, a qual deveria ser “capturada” por um (a) cavaleiro/amazona concorrente.

Tratava-se, assim, de uma prática da cidade, a qual existia no campo e não exigia de seus praticantes um expressivo esforço corpóreo. A prática do salto do hipismo, oriunda da caça à raposa, já é sistematizada em harmonia com um estilo de vida burguês em Porto Alegre, ou seja, das novas elites urbanas, constituindo pontes entre os distintos estratos dos grupos mais privilegiados economicamente.

Ao encontro do que Adelman e Moraes (2008) apresentam acerca do hipismo, a participação dos cavaleiros estava fortemente condicionada ao seu pertencimento a grupos sociais de elevado poder aquisitivo, para os quais, ao contrário dos jôqueis no turfe, a prática equestre representava um momento de lazer, uma vez que possuíam recursos materiais e capital cultural que possibilitavam tal condição. Médicos, advogados, militares e outros profissionais liberais e ocupantes de cargos superiores optavam por engajarem-se em uma prática que conferia distinção, *status* de elite e honra como bem atesta a passagem a seguir, frequente em reportagens do jornal Diário de Notícias:

Realiza-se, amanhã, no campo do Crystal, mais uma das **elegantes** festas que a Sociedade Hippica Rio Grandense vem oferecendo aos seus sócios e à **elite** porto-alegrense em geral; festa que, pelo variado de seu programma e pelo trabalho a que se têm submettido os sócios que nella irão tomar parte, promette ser **mais um louro a colher** na já **gloriosa** sportiva sociedade (A FESTA..., 1929, p. 5, grifo nosso).

A partir disto, pode-se retomar a noção de *habitus* trabalhada por Bourdieu (2007). Ao ter em conta que a família constitui o primeiro espaço social com o qual se estabelecem relações, tem-se o exemplo da família Gerdau Johannpeter, em Porto Alegre. Pelo menos desde a década de 1930,

quando o alemão naturalizado brasileiro Kurt Johannpeter chega ao Brasil e casa-se com Helda Gerdau, a prática do hipismo faz parte do cotidiano desta família. A seção hípica do Porto Alegre *Country Club* e a Sociedade Hípica Porto Alegrense foram os ambientes equestres frequentados regularmente não somente pelo referido casal, mas, também, por exemplo, pelos seus filhos Klaus e Jorge Gerdau Johannpeter, bem como pelos filhos deste último, Carlos, André, Karina, Beatriz e Marta Johannpeter (ÁLBUM..., 2009). André e Karina são detentores de títulos internacionalmente expressivos, como medalhas olímpicas (1996 e 2000) e pan-americanas (2007 e 2011), respectivamente.

Nesta exemplificação, tem-se que a prática esportiva equestre do salto, em sua manifestação motora, parece proporcionar o nascimento dos integrantes desta família, metaforicamente, já no interior de uma pista, sobre o dorso de um cavalo. Isto pode demonstrar os princípios incorporados, a presença funcional das vivências passadas, que, postas em todo corpo sob a configuração de esquemas de percepção, de pensamento e de ação, acercam-se, com mais certeza do que todos os princípios formais e todas as formas explícitas, da garantia da conformidade das práticas e sua constância ao longo do tempo.

Tal família também foi muito atuante no cotidiano de organização do esporte hípico na cidade por meio da atual Federação Gaúcha de Esportes Equestres (FGEE), a qual foi fundada, na década de 1940, como Federação Hípica Sul-Rio-Grandense (FHSRG).

5.1 A organização da Federação Hípica Sul-Rio-Grandense

Este sub-capítulo se propõe a analisar o processo de agenciamento no hipismo a partir da organização da FHSRG, atualmente FGEE. A prática do hipismo, para além dos ambientes militares e da SHR, no princípio da década de 1930, começou a ser oferecida pela primeira vez por uma associação esportiva já existente em função de outra prática esportiva: o Porto Alegre *Country Club*, instituído em função do golfe. Posteriormente, em 1939, a Sociedade Hípica Porto-Alegrense é fundada e passa a configurar-se como um espaço em que, mais do que oferecer a prática hípica, tinha nesta a essência de sua organização.

A prática do salto do hipismo, paulatinamente, foi desenvolvendo-se e ocupando outros ambientes não só em Porto Alegre, como em outras cidades do Rio Grande do Sul. De tal modo, a necessidade de coordenação e diretoria do esporte hípico foi sendo percebida, além dos reflexos do Decreto-Lei nº 3.199, que impunha, dentre outras, a obrigação de instituir federações para conduzir os esportes no país. Com estes fins, em 1946, na capital do Estado, foi fundada a *Federação Hípica Sul-Rio-Grandense* (FHSRG) – atual *Federação Gaúcha de Esportes Equestres* (FGEE). Por conseguinte, neste sub-capítulo, será tratado o incremento da prática do salto do hipismo em Porto Alegre, desde as associações pioneiras até a formação da Federação Hípica.

Nas primeiras décadas do século XX, diante de uma nova estética corporal anunciada pelos ares da modernidade que se assomavam à cidade, as práticas consideradas “modernas” passaram a ser vistas pela população como propícias à construção de um indivíduo desafiador, corajoso, conquistador, vitorioso. Paulatinamente, este novo olhar conferiu aos esportes – remo, ciclismo, futebol- notoriedade, sendo cada vez mais aceitos pela população e encarados como atividades favoráveis aos novos tempos (MELO, 2006). As novidades esportivas se faziam presentes em Porto Alegre na construção de um imaginário da modernidade.

Nesta conjuntura, na primeira década do século XX, destaca-se a fundação das primeiras associações de futebol em Porto Alegre: o *Grêmio Foot - Ball Porto Alegrense* (1903) e o *Fussball Porto Alegre* (1903), pela iniciativa dos teuto-brasileiros, e do *Sport Club Internacional* (1909), pelos ítalo-brasileiros e luso-brasileiros (MAZO, 2005). Ademais do futebol, também neste período, estes grupos culturais organizaram, ainda, associações de remo. Esta prática esportiva congregava, de acordo com Melo (2006), a modernidade da transição do século, proporcionando uma participação mais ativa do ser humano. Além disto, evidenciava no próprio corpo saudável e potente, os sinais de um novo Brasil, incorporando um novo modo de vida correspondente à velocidade dos novos tempos.

Ao estabelecer um diálogo com tais dimensões, algumas práticas, igualmente, são sistematizadas em consonância com um modo de vida burguês, ou seja, das novas elites, formando pontes entre os diversos estratos das camadas economicamente mais privilegiadas. Tratava-se de práticas da

cidade, as quais, normalmente, existiam no campo e não demandavam de seus praticantes um significativo esforço corporal. Neste panorama, Melo (2009b) destaca o críquete, o croquete, o golfe e o tênis.

No mesmo passo, Mazo (2003, p. 202) nos refere que, em Porto Alegre, em meados da década de 1930, as práticas do golfe, do pólo equestre³⁶ e do hipismo eram tidas como esportes que demandavam onerosos custos financeiros, associadas, naquele período, à elite econômica da cidade, aos criadores de cavalos e militares. A presença de autoridades civis e militares era constante nos torneios hípicas, como os realizados no Campo da Redenção (atual Parque Farroupilha). Nestas oportunidades, a assistência das tribunas oficiais vestia-se para prestigiar tais eventos sempre em trajes elegantes e, tanto homens quanto mulheres, usando chapéus. As práticas do salto do hipismo e do pólo equestre também se encontram articuladas com os hábitos e costumes dos grupos mais abastados da cidade, isto é, perfazendo parte do cotidiano das incipientes elites da sociedade, além de demandarem um razoável empenho físico.

Além disto, de acordo com Mazo (2003), as práticas do golfe, do hipismo e do pólo equestre parecem constituir uma exceção com relação à predominância do grupo cultural teuto-brasileiro nos esportes, pois também foram promovidas por outros grupos culturais. Deste modo, o golfe, provavelmente, atingiu o Rio Grande do Sul por meio da Argentina e do Uruguai, chegando às cidades de Santana do Livramento e Rosário, onde existiam dois amplos frigoríficos gerenciados por ingleses oriundos dos Estados Unidos. A relação entre os ingleses e a introdução do golfe, hipismo e pólo equestre, fez-se sentir no princípio; porém, o desenvolvimento de tais

³⁶ O pólo, ou pólo equestre, emergiu no Oriente (DUARTE, 2000). Esta prática é originária da Ásia, apesar de ter sido desenvolvida por ingleses na Índia colonial. Posteriormente, este esporte equestre migrou para o Reino Unido e outras partes do mundo, chegando até a América do Sul, em especial à Argentina e ao Brasil, o qual conquistou um título mundial em 1996 (VIEIRA; FREITAS, 2007). O pólo equestre constitui um dos jogos mais rápidos do mundo. É composto por duas equipes com quatro cavaleiros cada uma, cujo intuito é marcar mais gols que o adversário. Os jogos são controlados por dois juizes montados a cavalo e um terceiro, que se posiciona fora do campo, para ser consultado caso aconteça algum desacordo. O pólo equestre integrou o programa olímpico nos Jogos de 1900, 1908, 1920, 1924 e 1936; contudo, foi excluído em função dos altos custos de manutenção e transporte de animais, já que cada atleta possuía de dois a quatro animais para competir. Além disto, o pólo equestre não é reconhecido oficialmente pela Federação Internacional de Hipismo (FIH).

práticas no Rio Grande do Sul atribui-se, além da iniciativa dos brasileiros, principalmente à relação com os vizinhos uruguaios e argentinos.

Com relação ao contexto do salto hípico porto-alegrense, em seus primórdios, permanecia mais restrito ao âmbito militar, em um primeiro momento. Até meados da década de 1920, a Brigada Militar, por meio da Escolta Presidencial, era a única entidade a promover tal prática na cidade. A partir de meados desta mesma década, com a organização da Sociedade Hípica Rio Grandense, esta passa a instituir a temporada hípica da cidade. Contudo, os militares não se afastaram totalmente da tomada de decisões, uma vez que esta associação os congregava, em seu quadro de sócios, juntamente com os civis.

Um típico exemplo da relação entre os ingleses e a introdução do golfe, hipismo e pólo equestre na cidade, refere-se à estruturação, pelos funcionários da Companhia de Energia Elétrica, do *Porto Alegre Country Club*, em 1930. A própria denominação escolhida para o clube, na língua inglesa, aponta para uma relação entre os ingleses e a organização, em Porto Alegre, das práticas promovidas por esta associação, a saber: essencialmente, a prática do golfe e, já a partir de 1934, passando a congregar, também, as práticas do hipismo e do pólo equestre por meio da constituição de um departamento hípico no interior de suas dependências (SOUZA, 2000). Tal clube, segundo Pereira, Fernández e Mazo (2010), constituiu a primeira associação de golfe de Porto Alegre, além de congregar, também, a prática do hipismo.

Fundado em 1930, exclusivamente para a prática do golfe, o *Porto Alegre Country Club* não resistiu à pressão de alguns associados e acabou criando uma seção hípica no interior de suas dependências. Em dezembro de 1934, ocorreu a criação do departamento hípico do *Porto Alegre Country Club* (FERNÁNDEZ, 2009). Após a fusão com a SHR, o *Porto Alegre Country Club* passou a ser cada vez mais frequentado. O clube adquiriu uma *carrière* – pista para a prática esportiva com equinos - e uma cancha de pólo equestre. Muitas vezes, enquanto os casais jogavam golfe, os seus filhos praticavam o hipismo, orientados por um professor, nas tardes hípicas promovidas por este clube.

Em 1939, cinco anos mais tarde, era fundada a Sociedade Hípica Porto-Alegrense (SHPA) – ainda hoje vigente -, com muitos de seus sócios migrando do *Porto Alegre Country Club* (OSWALDO..., 2009). Seus fundadores eram

grupos de amigos que organizaram a nova sociedade participando de todo o processo de criação. Arrecadavam fundos para a construção da estrutura por meio das ações da Sociedade. Neste período inicial, a prática do pólo equestre era marcante nas dependências da SHPA.

Esta sociedade também desempenhou um importante papel no desenvolvimento da prática do hipismo no Brasil, em categorias como o adestramento. Na busca por uma maior profissionalização do esporte no Estado (NEY..., 2009), a SHPA passou a promover torneios que integravam não somente seus sócios, mas também os praticantes do *Porto Alegre Country Club* e da Brigada Militar (QUINZENA..., 1939).

As competições se multiplicaram na década seguinte, tornando possível perceber um movimento em direção a uma incipiente burocratização, quando já havia duas sociedades esportivas que se dedicavam à prática hípica. Em reportagem da Revista do Globo de 1943, a Sociedade Hípica Porto Alegrense e a seção hípica do *Porto Alegre Country Club*, se mostram à frente deste processo, ao iniciarem a organização de temporadas hípicas na cidade:

Tanto a “Sociedade Hípica Portoalegrense”, como a secção de hipismo do Country Club estão desenvolvendo plenos esforços para o completo sucesso de mais essa temporada e, quando sabemos que elas congregam figuras destacadas da sociedade gaúcha, não há por que duvidar de seus planos e do êxito social das reuniões que essas sociedades promoverão proximamente (FESTA..., 1943, p. 38).

O esporte foi desenvolvendo-se a ponto de ocorrer a fundação de novas hípicas na região serrana do Estado, onde muitos imigrantes, principalmente alemães, habitavam (FESTA..., 1945). Estas condições favoreceram para que, em Porto Alegre, na sede do Círculo Militar, no dia 22 de março de 1946, fosse fundada a Federação Hípica Sul Rio-Grandense (FHSRG) – atual Federação Gaúcha de Esportes Equestres (FGEE). Ao ser organizada, na segunda metade da década de 1940 a FHSRG, configura-se mais um passo para a burocratização da prática esportiva equestre no Estado.

O intuito da nova entidade era “dirigir o esporte hípico em todo o Estado e propõe o nome Tenente Coronel Walter Peracchi Barcellos para dirigir os trabalhos” (FONTANA, 1946, p. 1). Tendo este como primeiro presidente (de

1946 a 1947), tal sociedade civil primou pela união das sociedades e clubes filiados, propondo o respeito por estatutos e legislações. Com estas ações, passou a compor parte do plano de regulamentação dos esportes almejado pelo governo federal.

Conforme Drumond (2009), a “oficialização dos esportes” – uma perífrase para a intercessão do Estado no esporte – germina na administração de Getúlio Vargas em meados de 1935. Nos anos seguintes, diversos planos foram organizados; contudo, nenhum foi levado adiante. Somente em 1938, no Estado Novo, mais especificamente no dia 1º de julho, Vargas adotou a medida inicial no que se refere à regulamentação dos esportes: o Decreto-lei nº 526.

O Decreto-lei nº 526 instituiu o Conselho Nacional de Cultura, órgão que apontava para o desenvolvimento cultural, do qual faziam parte tanto a promoção e a empreitada em benefício dos ensejos cívicos ou humanitários como a Educação Física (ginástica e esporte). O governo, ao arriscar uma aproximação ainda maior dos esportes pátrios, almejava alcançar máxima autoridade sobre os mesmos e, no dia 21 de janeiro do ano seguinte, 1939, anuncia o Decreto-lei nº 1.056. Por meio deste, constituiu a Comissão Nacional de Desportos, composta de cinco integrantes aconselhados pelo presidente da República, incumbidos de realizar um esboço das dificuldades dos esportes da nação e de organizar um plano geral para a regulamentação dos mesmos. O trabalho da Comissão resultou nas origens do Decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941. Com esta ação, o governo criou o Conselho Nacional de Desportos (CND) no Ministério da Educação e Saúde, cuja publicação do decreto-lei no Diário Oficial da União foi no dia 16 de abril, efetivando o antigo plano da oficialização dos esportes (DRUMOND, 2009).

O CND apresentava como função “orientar, fiscalizar e incentivar a prática dos desportos em todo o país” (BRASIL, 1941). Este órgão apreendia a autoridade absoluta dos esportes, era uma autocracia de poderes. O conselho alocava as práticas esportivas para a trajetória de aparelhamento do Estado Novo. Segundo Drumond (2009), assim como os sindicatos estavam sujeitos a alvará, modelos de estatuto e intervenções diretas do Ministério do Trabalho e da Justiça do Trabalho, os clubes e as federações esportivas estavam sujeitos ao CND.

A composição da coordenação esportiva brasileira foi modificada a partir do Decreto-lei nº 3.199 (DRUMOND, 2009). A partir de então, uma prática esportiva, ou grupo de práticas esportivas, poderia instituir, exclusivamente, uma confederação no território nacional, sendo esta afiliada à entidade internacional de sua seção esportiva. Assim, toda unidade territorial brasileira – Distrito Federal, estados e territórios – possuiria uma federação afiliada a cada confederação. As confederações abarcadas imediatamente pelo decreto foram: Confederação Brasileira de Desportos; Confederação Brasileira de Basquetebol; Confederação Brasileira de Pugilismo; Confederação Brasileira de Vela e Motor; Confederação Brasileira de Esgrima; Confederação Brasileira de Xadrez; e Confederação Brasileira de Hipismo (CBH).

A FHSRG foi criada somente três anos mais tarde do que a fundação da CBH, em 1943, o que pode indicar reflexos do Decreto-lei nº 3.199 que, à época, determinava a formação de federações estaduais para todos os esportes, com três clubes, no mínimo. No documento da ata inaugural, igualmente, é destacada a apresentação dos estatutos da FHSRG, os quais foram aprovados após uma “prolongada discussão” (FONTANA, 1946, p. 1), sugerindo disputas de poder para decidir os rumos dos regulamentos que determinariam o desenvolvimento da prática no Estado a partir daquele momento. Deste modo, como apontado na ata inaugural da FHSRG, seu intuito era atuar conforme preconizava o Decreto-Lei nº 3.199, de abril de 1941.

Consta na ata inaugural da FHSRG, que o grupo de práticas que compunham o hipismo no período (salto, adestramento, *cross*, *raids*, *steep*le e pólo equestre), estava organizado na CBH (FONTANA, 1946, p. 2). Nesta ata, ainda constava a filiação com a entidade internacional que rege o ramo hípico, a Federação Equestre Internacional (FEI), conforme segue: “Parágrafo 3º - Velar pela aplicação das leis e regras internacionais adotadas pela Federação Equestre Internacional (FEI) e pela Confederação Brasileira de Hipismo (CBH) – cumprindo e fazendo cumprir as modificações que nelas se vierem introduzir” (FONTANA, 1946, p. 2-3).

Havia algumas exceções, tais como os esportes universitários e os da Juventude Brasileira, assim como os da Marinha, os do Exército e os das Forças Policiais, os quais possuiriam uma organização à parte dos demais esportes, atrelados inteiramente ao CND. Este constitui mais um fato que se

reflete na ata inaugural da FHSRG, na medida em que as entidades fundadoras que constam neste documento, as quais eram vigentes na época, são: a Sociedade Hípica Porto Alegrense, o Clube Farrapos, a Sociedade Hípica Santanense, a Liga de Pólo e o Clube Hípico Andrade Neves (FONTANA, 1946, p. 12). Isto é, os regimentos de cavalaria do Exército e da Brigada Militar organizavam-se à parte das demais entidades civis que promoviam o esporte hípico.

Vale ressaltar, ainda com relação ao texto da ata inaugural da FHSRG, atual Federação Gaúcha de Esportes Equestres (FGEE), que, curiosamente, havia uma significativa presença de militares entre os nomes dos presentes na reunião de fundação. Além de seu primeiro presidente, Tenente Coronel Walter Peracchi Barcellos, o secretário também ocupava um posto militar: Tenente Ney Gomes da Câmara (FONTANA, 1946). Seguem outros militares, o Major Armando de Freitas Rolim e o Capitão Rubens Ferraz Machado, os quais, no total, representavam quatro dos sete componentes da reunião inaugural.

Constituindo-se como mais um indício da marcante presença dos militares no cenário desta prática esportiva, a reunião de fundação da FHSRG ocorreu nas dependências do Círculo Militar, uma entidade fundada em 1943 que proporciona, até os dias atuais, atividades sociais e esportivas para: oficiais da ativa ou da reserva do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e da Brigada Militar; juízes, procuradores e defensores da Justiça Militar; alunos do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) e Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA); os civis só poderiam associar-se se apresentados por sócios (SOCIAL, 2011). Nota-se que, em todos os distintos momentos de alguma burocratização estabelecida no meio esportivo equestre de Porto Alegre, os militares faziam-se ali presentes, mesmo que conjuntamente com os civis.

Ao considerar-se a conjuntura do nacionalismo do Estado Novo, o qual produzia representações de uma identidade brasileira, os valores militares estavam em voga, como bem afirmava Vargas: “a grande virtude nacional deve ser uma virtude militar – a disciplina” (VARGAS, 1938, p. 54). Com o reforço da ideia de uma disciplina, seguindo um padrão militarizado de comportamento, a presença e a ação dos militares nas deliberações das orientações que a prática hípica tomaria na cidade podem refletir o interesse de evidenciar que este

esporte equestre era controlado e tinha um papel preventivo e corretivo com relação aos cidadãos, para impedir que eles se voltassem contra a ordem estabelecida.

Tal fato alude que o hipismo não testemunharia o início de um novo período com a fundação da FHSRG, uma vez que os militares estiveram envolvidos com esta prática esportiva desde seus primórdios na cidade e no Estado. O que poderia representar uma modificação mais concreta teria relação com o concernente aos objetivos incluídos na ata inaugural, a saber: “organizar, administrar e intensificar a prática do esporte hípico” (FONTANA, 1946, p. 1) nas práticas que lhe são peculiares: provas de salto, adestramento, *cross*, *raids* – corridas longas de velocidade a cavalo -, *steeple* e campeonatos de pólo equestre. Esta organização almejada pela federação é que realmente poderia confirmar mudança, apoio e incentivo ao desenvolvimento dos esportes hípicos.

A federação também pretendia velar pela aplicação das leis e regras internas adotadas pela FEI e pela Confederação Brasileira de Hipismo (CBH). Ao preocupar-se em promover e estimular inúmeros concursos, torneios e campeonatos, fazia propaganda para o desenvolvimento do hipismo e o divulgava por todo o Estado.

Outro aspecto a ser destacado, ainda com relação aos fins desta federação, também listados em sua ata inaugural, refere-se ao objetivo de incitar a criação e o aprimoramento da raça equestre, sobretudo do “cavalo de sela³⁷” (FONTANA, 1946, p. 2). Tal intuito registrado pela FHSRG implica que o que se pretendia com sua fundação era algo mais do que uma agremiação que organizaria um esporte; possivelmente, ponderava-se criar uma associação que articulasse, também, interesses econômicos do Estado.

Neste mesmo passo, se podia notar que o mesmo também ocorria com o turfe porto-alegrense, cuja Associação Protetora do Turfe, quando da sua fundação, em 1907, dentre seus objetivos, destacava a necessidade de, cada vez mais, estimular a criação do puro-sangue-inglês de corridas em nosso Estado (ROZANO; FONSECA, 2005). Estes animais criados no Rio Grande do

³⁷ Um “cavalo de sela” (ou cavalo ligeiro) apresenta peculiaridades de conformação que o tornam ideal para a montaria. A configuração de seu dorso, por exemplo, facilita a colocação da sela (EDWARDS, 1994). Como exemplos de raças equinas que identificam cavalos de sela, têm-se: crioulo, árabe, puro-sangue inglês, etc.

Sul já haviam sido até mesmo vitoriosos em várias exposições realizadas no Rio de Janeiro, então capital federal. Melo (2009b) refere que os clubes de turfe do Rio de Janeiro apregoavam, na transição do século XIX para o XX, que uma de suas intenções era cooperar para o desenvolvimento da boa raça de cavalos brasileiros. Esta intenção revela interesses econômicos da nação como parte das finalidades destas agremiações que se articulavam em torno do esporte, especialmente das práticas esportivas equestres.

Deste modo, diante da organização e consolidação da Federação Hípica Sul-Rio-Grandense, a prática do hipismo, assim como o turfe, tem contempladas todas as características de Guttmann propostas para a composição de um esporte moderno, bem como a finalidade do prazer pela prática em si indicada por Elias e Dunning. Porém, diferentemente do turfe, o qual tem suas representações ligadas a uma sociedade patriarcal predominantemente rural, onde a força e a capacidade concentram-se no animal, o hipismo, por outro lado, já incorpora representações mais ligadas ao desempenho do ser humano também, o que está em consonância com um contexto de modernização. Nesta conjuntura, as ideias humanistas, as quais conferiam valor crucial à aptidão do ser humano, especificamente à sua capacidade racional, estavam em voga. Por este motivo, nesta pesquisa, considera-se a prática do hipismo como um moderno esporte equestre.

Por fim, evidenciou-se que diversas práticas equestres apresentaram elementos de esportivização na cidade de Porto Alegre, em diferentes momentos históricos. Destaca-se que, dentro do recorte temporal proposto para o estudo, as práticas que compõem o tiro de laço e o Prêmio Freio de Ouro não estavam institucionalizadas; porém, verifica-se, atualmente, que estas já atingiram os elementos de esporte moderno, como representado no quadro. Apesar disto, como discorrido anteriormente, o Prêmio Freio de Ouro não apresenta um aspecto básico indicado por Elias e Dunning (1992): a busca pelo prazer por meio da prática em si. Em detrimento disto, o que se identifica é um fim utilitário, a saber, a avaliação dos cavalos da raça Crioula com a finalidade de aprimorá-la. Consequentemente, considera-se, nesta pesquisa, que as práticas que compõem o Prêmio Freio de Ouro não se configuram como práticas esportivas, mas sim como práticas equestres com elementos de esportivização.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou compreender como se sucedeu o processo de esportivização das práticas equestres em Porto Alegre, em particular do salto do hipismo, nas décadas de 1920 a 1940. Com o intuito de contemplar tal objetivo, percorreu-se o contexto cultural, social e político no qual as práticas equestres foram institucionalizadas, em particular a prática do salto do hipismo na cidade de Porto Alegre.

A visão analítica, amparada pelas categorias da História Cultural, fez-nos apreender que o cavalo e o sul-rio-grandense sempre estabeleceram uma integração ao longo da história do Rio Grande do Sul: desde a sua constituição enquanto um Estado, por meio de combates por aquisições de terras, até as atividades de lide e transporte na vida rural, como montaria e tração. Nesta medida, seria condizente que tal parceria entre homem e animal estivesse presente, também, nos momentos de lazer e divertimento. Deste modo, desde a segunda metade do século XIX, as oportunidades preferenciais de diversão dos sul-rio-grandenses estavam relacionadas aos cavalos, em especial às touradas e às corridas de cavalos em cancha reta e nas pistas elípticas.

As carreiras em cancha reta, com os rústicos cavalos crioulos, se configuravam como uma das preferências. Emergem dos desafios entre os ginetes no campo para descobrir quem possuía o cavalo mais veloz. Trata-se de disputas em pistas retas, sob a medida de quadras, em uma cancha com o solo sem vegetação, ou seja, capinada, com a terra plana e raias pequenas e estreitas. No contexto desta primitiva prática equestre, já se podia observar a preocupação com certa garantia de sucesso na corrida, ou seja, a característica pressão moderna no resultado, da qual resulta a especialização. Em razão disto, passam a existir especialidades atreladas às carreiras de cancha reta, como, por exemplo, a do “compositor” (treinador de cavalos), a do jóquei e a dos próprios cavalos que participavam de tal prática.

Quando se tem indícios das primeiras carreiras de cancha reta em Porto Alegre, desde a segunda metade do século XIX, em estradas periféricas e no Campo da Redenção, já se podem identificar elementos que indicam um incipiente processo de esportivização das mesmas. Sendo assim, sob uma análise a partir do entendimento de Guttmann acerca do esporte, as carreiras

de cancha reta em Porto Alegre poderiam ser consideradas como uma prática equestre primitivamente esportiva, uma vez que não apresentavam todas as características necessárias para configurarem-se como tal. Não foram localizados nas fontes acessadas, indícios de que estas corridas dispusessem de uma rede de burocratização e de entidades institucionalizadas na cidade. De tal modo que sua ocorrência não estava atrelada à configuração de um associativismo esportivo, dependendo muito mais da iniciativa de algumas pessoas, as quais não se encontravam vinculadas formalmente com base na organização de uma entidade para tal.

Juntamente com as carreiras de cancha reta, outra prática equestre da qual se dispõe de registros de que compôs as primeiras práticas voltadas à diversão e lazer com a participação do cavalo, em Porto Alegre, são as touradas. Nos Campos da Redenção ou Campos da Várzea (no atual Parque da Redenção), nas últimas décadas do século XIX, estava localizado o Circo de Touros ou Praça de Touros, em frente à Rua da República, onde as touradas eram assistidas por um público que abarcava desde as camadas mais populares até a classe com alto poder aquisitivo da sociedade do período. No contexto porto-alegrense, as primeiras touradas já secularizadas, isto é, sem fins utilitários de que se tem notícia ocorreram em 1875.

Ao analisarmos as touradas no cenário de Porto Alegre, pelo viés da igualdade de condições de competição, percebe-se que ocorria o enfrentamento entre homem e touro, ou seja, uma disputa em desigualdade física. Contudo, também era realizado um tipo de tourada muito semelhante à tourada portuguesa, em que há a lide a cavalo. Desta forma, o touro é enfrentado não mais por um toureiro, mas sim por um cavaleiro (ou picador), o qual tem por objetivo atingir o touro com ferros sem deixar que este toque em seu cavalo.

Destarte, todas as vantagens físicas advindas do cavaleiro (maior força, estatura, agilidade e proteção) podem indicar uma modificação que resultou em uma aproximação do ideal de igualdade inerente ao esporte moderno. Tendo por base, por exemplo, a característica da igualdade, desenvolvida por Guttmann, tem-se que, em Porto Alegre, no início do século XX, a prática das touradas afastava-se da configuração de um esporte moderno. Tal atributo, pelo raciocínio desenvolvido acima, expressava-se de forma muito

comprometida e distante do ideal na arena da Praça de Touros da cidade. Além disto, percebem-se diferentes tipos de acesso à competição: enquanto para alguns, pertencentes às classes populares, a tourada significava uma profissão para obter o sustento, para outros, integrantes das elites econômicas da cidade, em contrapartida, ela representava momentos de lazer, diversão, distração e, até mesmo, distinção, ao ocupar os camarotes na parte superior das arquibancadas e, daí, contemplar o evento.

Também contando com arquibancadas em sua estrutura, desde o último quartel do século XIX até o final da década de 1890, quatro hipódromos foram organizados em Porto Alegre e passaram a funcionar simultaneamente. Tal fato possibilitou o desenvolvimento do turfe sul-rio-grandense, que se transformou em um dos principais espetáculos esportivos no início do século XX, em Porto Alegre. Portanto, a partir da utilização do cavalo para o lazer, no contexto das carreiras de cancha reta, surge, em Porto Alegre, a prática esportiva do turfe.

À medida que foram sendo criados os hipódromos, as corridas de carreiras de cancha reta começaram a perder espaço na cidade. Estas, possivelmente, constituem uma prática equestre a qual, em seu processo de desenvolvimento, pode ter constituído os primórdios das corridas de cavalos como até os dias atuais se conhece em Porto Alegre: o turfe. O processo histórico desta prática equestre acompanhou o processo de modernização de Porto Alegre.

A utilização do cavalo, portanto, seguia acompanhando o processo de desenvolvimento da capital do Estado, adaptando-se não somente às novas condições impostas pela paulatina urbanização, mas também aos novos sentidos atribuídos às práticas equestres. Assim, se em um determinado período o cavalo representou para o sul-rio-grandense um auxílio/arma de guerra e batalhas por conquistas de territórios, em outro momento este animal passava a simbolizar a possibilidade de trabalhar nos campos com o gado bovino. Da mesma forma, uma prática equestre que representava momentos de lazer e um jogo de azar, como as carreiras de cancha reta, ao relacionar-se com o contexto sociocultural e político-econômico de uma urbanização do espaço onde se insere passou a incorporar elementos de esportivização. Contudo, o turfe ainda sustenta as representações de oportunidades de

diversão e lazer, além de um jogo de azar e apostas; percebe-se, assim, que entre as carreiras de cancha reta e o turfe, não há somente rupturas, mas também continuidades.

Um processo semelhante também pode ser identificado em algumas práticas equestres relacionadas à raça crioula. Presentes no trabalho campeiro dos pampas sul-rio-grandenses já desde, pelo menos, o século XVI, tais práticas, em determinado momento, passam a assumir, em um contexto estabelecido, uma finalidade utilitária distinta daquela até então constituída de um trabalho campeiro. Tratam-se das práticas que compõem o Prêmio Freio de Ouro, o qual já é promovido há mais de 30 anos pela ABCCC (Associação Brasileira de Criadores de Cavalos Crioulos), organizada em 1932. As provas que constituem o Freio de Ouro têm por objetivo, além de difundir, promover e valorizar a raça crioula de equinos servir-se das mesmas como um instrumento de seleção de animais. Portanto, trata-se de provas que, além de serem mais direcionadas à avaliação do animal, não são realizadas apenas pelo prazer em si na prática e nem com o objetivo do trabalho campeiro, mas, principalmente, com o intuito último do melhoramento desta raça equestre específica, valorizando a reprodução daqueles animais com maior destaque em sua atuação nestas disputas.

As práticas que compõem o Freio de Ouro apresentam todas as características do esporte moderno de Guttmann; contudo, não possuem um aspecto fundamental proposto por Elias e Dunning: a busca pelo prazer por meio da prática em si. Em detrimento disto, o que se identifica é um fim utilitário, a saber, o julgamento dos cavalos da raça Crioula com o intuito de aperfeiçoá-la. Por conseguinte, considera-se, neste estudo, que as práticas que constituem o Prêmio Freio de Ouro não se configuram como práticas esportivas, mas sim como práticas equestres com elementos de esportivização.

As provas de Tiro de Laço e Crioulaço, por sua vez, também realizadas com cavalos crioulos, são desempenhadas pelo prazer em si na prática. Tais disputas fundamentam-se no que é realizado nas estâncias, quando existe a necessidade de imobilizar um boi/novilho para cuidá-lo ou marcá-lo. Em Porto Alegre é provável que esta prática tenha seus primórdios atrelados ao primeiro Centro de Tradições Gaúchas (CTG), o “35 CTG”, uma vez que, os CTG’s constituem pólos difusores da cultura tradicionalista sul-rio-grandense, tendo

como intuito tanto a preservação quanto a divulgação das práticas campeiras e artísticas tradicionais. As disputas de tiro de laço, no Rio Grande do Sul, são realizadas, geralmente, com cavalos crioulos. Estes cavalos desempenham uma função importante na cultura do Rio Grande do Sul por apreender-se que são, legitimamente, originados na região dos Pampas do Cone Sul.

Com base nisto é que, provavelmente, foi instituído o Crioulaço, uma prova de tiro de laço com regulamento específico para uma disputa somente entre cavalos crioulos. O grande diferencial do Crioulaço é que esta prova é disputada em duplas, e não individualmente, como no Tiro de Laço. Desta forma, tanto as provas de Tiro de Laço como as do Crioulaço, desempenhadas sem um fim utilitário e pelo prazer em si na prática, são originadas da equitação sul-rio-grandense campeira e utilitária. Tal tipo de prática cristaliza, em uma configuração com elementos de esportivização, uma prática com representações sociais produzidas como técnicas de lide campesina, porém sem um fim utilitário em sua configuração competitiva. Observam-se, assim, tanto no Tiro de Laço como no Crioulaço, manifestações de algumas características propostas como essenciais à concepção de esporte moderno. Por conseguinte, a antiga lida equestre de imobilizar um boi originou as práticas equestres com elementos de esportivização do Tiro de Laço e o Crioulaço.

A diversidade existente entre as práticas equestres estabelece-se em função de inúmeros aspectos: desde os diferentes tipos de animais adequados para a utilização em cada uma, até a presença ou a ausência de um objetivo para além do prazer pela prática em si. Tome-se, por exemplo, o salto do hipismo. Esta prática, diferentemente das carreiras de cancha reta e do tiro de laço, demanda a utilização de outro tipo de cavalo, mais leve, ágil e de grande porte, geralmente das raças Brasileiro de Hipismo, Puro Sangue Inglês, entre outras. Contudo, assim como o tiro de laço e as carreiras de cancha reta, em Porto Alegre, o salto hípico também apresenta a ausência de finalidade para além do prazer pela prática em si.

Em Porto Alegre, a prática do hipismo tem seus primórdios associados ao contexto militar, mais precisamente na Escolta Presidencial da Brigada Militar do Estado, na década de 1910. No entanto, o acesso ao hipismo, também chegaria oficialmente ao âmbito civil na cidade. Isto se deu por meio

da organização da Sociedade Hípica Rio-Grandense, a qual congregava, em seu quadro de sócios, não somente militares, mas também civis, na década de 1920. Tal fato abarca as possíveis origens de desenvolvimento deste esporte em outros lugares do mundo: o hipismo, além de apresentar seus primórdios no contexto das práticas militares associadas à cavalaria, também encontra a sua origem nas atividades aristocráticas europeias, como as caçadas e demais práticas de lazer das famílias nobres, das quais eram adeptos homens e mulheres.

A prática equestre do salto do hipismo, em Porto Alegre, emerge em um contexto restrito aos policiais e oficiais militares e expande-se para a parcela civil da população, aproximando-se da igualdade de acesso para compor um esporte moderno. Contudo, tal característica, inerente a um esporte moderno, expressava-se de uma forma muito particular e com limitações no contexto do hipismo de Porto Alegre, entre as décadas de 1920 a 1940. Isto porque as fontes consultadas apontaram para um acesso a tal prática restrito aos detentores de capital social e econômico da cidade.

Nesta mesma linha, subsídios referentes a um processo de esportivização, mais especificamente a uma especialização de funções, também já podiam ser identificados no contexto do hipismo. Emerso no ambiente de caserna, na Brigada Militar em Porto Alegre, o salto do hipismo desde seus primórdios já demandava mais funções além dos oficiais cavaleiros, os quais se dedicavam à prática. Eram necessários ferradores, seleiros, dentre outros; além disto, eram demandados, também, instrutores, os quais, predominantemente, neste período, provinham do meio militar e, muitas vezes, eram estrangeiros que traziam sua experiência da equitação de referência militar europeia.

Na prática do salto do hipismo em Porto Alegre, também há indícios de um caminho tecnológico da quantificação na década de 1930, quando os certames entre a Sociedade Hípica Porto Alegrense, o Porto Alegre *Country Club* e a Brigada Militar eram decididos com base no tempo e na quantidade de faltas cometidas pelos conjuntos cavaleiros-cavalos. Tal tipo de ocorrências nas práticas esportivas da cidade sugere uma relação com o contexto de uma cidade que se contagiava pelos ares da modernidade, com padrões e valores de diversas metrópoles, aonde um novo homem e uma nova mulher viriam a

emergir. Deste modo, as trajetórias dos produtos e símbolos da modernidade, das sociedades urbanas e industriais, se entrelaçam e se confundem. A prática esportiva populariza-se na mesma velocidade com que se desenvolvem bairros e cidades industriais, refletindo uma nova organização social do trabalho, por meio da disciplina – pela demarcação das regras, do controle do tempo e da hierarquia - da especialização das funções e o trabalho coletivo, em contraposição à configuração artesanal do trabalho; da quantificação dos resultados e da competitividade.

No contexto hípico porto-alegrense, no período do estudo, as fontes localizadas sugerem, inclusive, a ocorrência de recordes com relação ao número de conquistas de títulos em competições. Curiosamente, um cavaleiro que se destacou nas disputas pertencia à instituição responsável pelos primeiros passos de caráter mais oficial do salto do hipismo na cidade: a Brigada Militar. Possivelmente, tal fato pode estar relacionado com uma estruturação mais sólida da formação e instrução equestres proporcionadas aos integrantes desta corporação militar. Pode-se observar que, no contexto do salto do hipismo porto-alegrense, os recordes são registrados por meio do destaque às conquistas do cavaleiro/amazona, ao passo que, no turfe, as marcas de recorde são armazenadas pelos êxitos dos cavalos.

Ainda com relação ao turfe em Porto Alegre, há indícios de uma incipiente racionalização desta prática desde seus primórdios na cidade. Percebe-se, no início da organização do turfe, uma preocupação com as regras, as quais passam a ser universais no esporte moderno. Os regulamentos tornam-se, assim, aceitos em todos os lugares.

O surgimento dos prados acabou contando com a contribuição das condições criadas ao final do século XIX em Porto Alegre, com o novo quadro viário da cidade e a transição dos arraiais/arrabaldes a bairros. Os prados, além de aprimorar, com pistas circulares ou elípticas, as antigas carreiras de cancha reta, também contribuíram para o desenvolvimento dos bairros em que se localizavam. Assim, as carreiras de cancha reta, possivelmente, constituem uma prática equestre que, em seu processo de desenvolvimento, pode ter constituído os primórdios das corridas de cavalos conhecidas até os dias atuais em Porto Alegre: o turfe. A prática equestre primitivamente esportiva das

carreiras de cancha reta, portanto, teve seu processo histórico acompanhando constantemente o processo de modernização de Porto Alegre.

No contexto turfístico de Porto Alegre, também se pôde identificar indícios de burocratização tão logo foram estabelecidos quatro hipódromos atuantes simultaneamente na cidade, na década de 1890: Hipódromo Boa Vista, Hipódromo Rio-Grandense, Hipódromo Navegantes e Hipódromo Independência. Cada um destes hipódromos constituía uma associação anônima, visando a lucros mercantis. Assim, ao estarem em jogo altos interesses financeiros com os significativos valores que eram apostados em cada corrida, ocorriam atritos entre diretorias destas associações. Até que, no princípio do século XX, com a fundação da Associação Protetora do *Turf*, se tem a intenção concretizada de promover e respeitar o turfe sob o ponto de vista esportivo, e não simplesmente lucrar com este esporte. A partir deste momento, a mobilização em torno do turfe porto-alegrense passa, pela primeira vez, a configurar-se como uma expressão do associativismo esportivo.

Com relação à igualdade de acesso às competições turfísticas, tem-se que a origem dos jóqueis era, em sua maioria, de pessoas oriundas das classes populares. Desde os primórdios do turfe no Brasil, os primeiros jóqueis apresentavam uma origem humilde e a sua participação esportiva se instituíam como o exercício de uma profissão, por meio da qual se poderia ascender socialmente. Por outro lado, a assistência, os proprietários de animais e os apostadores, em geral, pertenciam às camadas mais privilegiadas economicamente. Para estes, as representações desta prática associavam-se, à distinção que ela poderia proporcionar não apenas para aqueles que a prestigiassem, com as suas elegantes e apuradas indumentárias, a exemplo dos eventos ingleses e franceses, mas também para a cidade que a promoveria. Foi verificado, em Porto Alegre, tal desejo de identificação com a elegância da sociedade, especificamente nas tribunas oficiais dos hipódromos, que acomodavam um público conexo com as elites econômicas da cidade, como, por exemplo, o presidente do Estado.

Apesar de o turfe ter preservado seus valores aristocráticos pelas classes mais privilegiadas economicamente, admitia profissionais (jóqueis, tratadores e treinadores de cavalos) que necessitavam ser recompensados financeiramente pelo tanto que deixavam de receber ao trocar outros trabalhos

pelo esporte. Isto demonstra mais um elemento de esportivização, com a especialização das funções do atleta/jóquei profissionalizando-se. Simultaneamente, os hipódromos eram administrados pela elite econômica, por meio de associações e entidades anônimas, as quais visavam, também, a lucros mercantis.

O período de 1892 a 1894 representou o auge do turfe porto-alegrense, tendo esta prática ocupado um espaço de destaque no cenário esportivo da cidade. Importante realçar que a identidade do turfe estava muito relacionada à sociedade aristocrática rural. Porém, no início do século XX, com o surgimento de novos focos de interesse, tais como o futebol, o cinema, entre outros, bem como com a concorrência significativa entre prados e sociedades turfísticas, uma crise à prática turfística foi gerada. A mudança nas características valorizadas pela nova cultura burguesa em formação, e a crise econômica advinda da Revolução Federalista, também contribuíram para a consolidação deste período de decadência no turfe porto-alegrense. Deste modo, a fundação da Associação Protetora do Turfe ocorre para recuperar esta prática na cidade. Assim, da pluralidade de prados, o turfe partiu para a unificação, visando a consolidar o respeito pelo seu caráter esportivo.

Com relação à nova postura assumida diante do turfe no contexto porto-alegrense, a de vislumbrá-lo enquanto um esporte existia uma preocupação com a igualdade de condições de competição na década de 1930, na medida em que já se procurava fazer com que, por exemplo, todos os cavalos corresse com um peso exato sobre o seu dorso. Outra evidência que também demonstra esta preocupação com a igualdade de condições nas disputas turfísticas, diz respeito ao emparelhamento da pista de areia, o qual era realizado após cada páreo. Tal ação constitui mais um indício de esportivização nesta prática equestre.

De tal modo, o turfe porto-alegrense, na década de 1940, já contava, inclusive, com tecnologia a seu favor. O emprego do cronômetro no cotidiano de treinos das corridas de cavalos exemplificava bem a presença quantificadora na prática turfística. As estatísticas do turfe, em Porto Alegre representavam elementos ou componentes das estatísticas da sociedade moderna em questão no período.

Na prática do turfe porto-alegrense, também se observam passagens que registram recordistas. Contudo, tais recordistas não são os jóqueis, mas sim os cavalos. Deste modo, os periódicos semanais específicos do meio turfístico da cidade destacavam as conquistas dos animais, em especial no que se refere tanto à sua quantidade de vitórias como ao tempo necessário para percorrer toda a extensão da pista, o qual diminuía com regularidade, isto é, a noção de recorde.

Portanto, ao analisar-se o turfe, em Porto Alegre, com base no entendimento de esporte desta pesquisa, pode-se afirmar que se trata de uma prática esportiva equestre. Desde a organização dos primeiros prados da cidade, observam-se manifestações das características propostas por Guttmann para classificar uma prática como tal. Mais uma vez, assim como anteriormente havia ocorrido com as carreiras de cancha reta, em Porto Alegre, a utilização do cavalo no lazer é re-apropriada; contudo, desta vez, emergindo um esporte: o turfe.

Contudo, os hipódromos também foram cedendo espaço ao desenvolvimento de Porto Alegre, sendo tomados parcelados em loteamentos e ocupados por edificações. As primeiras décadas do século XX assinalam um período efervescente em Porto Alegre, uma vez que abarcou o advento do capitalismo, a chegada significativa de imigrantes europeus, a acentuação no processo de industrialização, a urbanização e a emergência de novas classes – a burguesia e o incipiente proletariado. A cidade, portanto, passava por transformações sociais, políticas e econômicas, isto é: os ares da modernização atingiam a cidade.

Em meio à rápida modernização de Porto Alegre, surgiram também associações esportivas, ou seja, sociedades, ligas, clubes e federações dedicadas à organização ou promoção de atividades ligadas a uma ou mais práticas esportivas, as quais, paulatinamente, passariam a ser orientadas como um meio para a constituição de corpos dispostos a tratar a representação capitalista como valor ético primordial. Entre tais práticas, passam a enfraquecer os esportes equestres das carreiras de cancha reta e do turfe. Apesar de outrora, na última década do século XIX, terem representado uma das principais formas de lazer da população da capital, já não mais condiziam com a nova ordem que se aproximava: o moderno, o urbano, a força no físico

humano e não mais o arcaico, agrário e patriarcal esporte representativo da força animal.

Outro aspecto que também tem relação com a decadência do turfe diz respeito à identidade desta prática esportiva equestre, eminentemente relacionada à sociedade aristocrática rural e que passa a confrontar com a cultura burguesa em formação. Esta nova classe social passou a atacar o turfe devido ao seu caráter de jogo, já que os burgueses identificavam-se com o remo, o ciclismo, o futebol, incorporando a modernidade da virada do século. Percebe-se que a desaceleração do turfe em Porto Alegre ocorreu ao mesmo tempo em que se processava a transição para um novo modelo sociocultural. As significativas transformações sociais e econômicas na cidade, marcadas pelo aumento de sua população, urbanização e modernização, constituem o contexto que favoreceu a introdução de novas práticas esportivas pelas associações. Em Porto Alegre, evidenciava-se o contraste do sedentarismo da herança cultural lusitana com a atitude inovadora dos teuto-brasileiros praticantes de esportes.

Desta forma, apesar de a cidade estar rumando do rural para o urbano, os hábitos patriarcais típicos da aristocracia rural luso-brasileira associada ao turfe porto-alegrense, tentava resistir ao avanço do tempo, encontrando no contexto desta prática equestre um dos prováveis últimos resquícios predominantes desta forma de organização social em que o homem representa o sexo forte e a mulher a fragilidade. A proteção significativa sobre as mulheres primava pelo conceito do valor e da graça femininos. Disto, possivelmente, decorrem as representações hegemonicamente aceitáveis do homem como um jóquei – forte e dominador de um animal –, como apostador, proprietário de cavalos e treinador – detentor do saber – e da mulher como acompanhante embelezadora – frágil e submissa.

Por outro lado, desafiando a concepção hegemônica de fragilidade feminina vigente na época, as mulheres praticantes de hipismo, como o próprio nome sugere amazonas, exercitavam sua aptidão em atividades cujos riscos e desafios supostamente descaracterizariam um sujeito feminino. No período da pesquisa a representação de mulher atleta estava vinculada à ideia de que o desenvolvimento físico das mesmas ia de encontro com as virtudes de feminilidade e delicadeza características daquela época. No entanto, por meio

de cuidados com o corpo, com a beleza e com a indumentária, estas mulheres esportistas não deixavam de produzir e reproduzir normas vinculadas à construção do feminino. Ainda, as instituições que promoviam a prática do hipismo em Porto Alegre nos primeiros anos do século XX, podem ser consideradas como um espaço expressivo de exercícios de sociabilidade feminina; ambientes que tornaram aparentes a presença da mulher não apenas como plateia ou coadjuvantes de uma aparição, mas como sua figura fundamental.

No Rio Grande do Sul, o ato de montar a cavalo era um atributo exclusivamente reservado aos homens, por estes possuírem uma lida diária com o cavalo – instrumento de guerra e de trabalho. As mulheres, inicialmente, utilizaram o cavalo por meio da condução de charretes ou carroças. Tais fatos sugerem, que a prática do hipismo carrega a longa tradição singular, em meio a todos os esportes olímpicos, de ser a única na qual homens e mulheres competem entre si com igualdade. Então, constitui um espaço acessível, pelo menos formalmente, a ambos os sexos. Tal atributo revela a apreensão de que, sobre o cavalo, homens e mulheres possuem condições iguais de competir, independentemente de diferenças físicas, tais como a força muscular, por exemplo, as quais poderiam favorecer um ou outro. Ao invés disto, a técnica e a sensibilidade para atuar em conjunto com o animal é que seriam determinantes para o bom desempenho nesta prática.

Diante de uma nova estética corporal anunciada pelos ares da modernidade que se assomavam à cidade, as práticas consideradas “modernas” passaram a ser aquelas vistas pela população como propícias à construção de um indivíduo desafiador, corajoso, conquistador, vitorioso. Ao estabelecer um diálogo com tais dimensões, algumas práticas, igualmente, são sistematizadas em consonância com um modo de vida burguês, ou seja, das novas elites, formando pontes entre os diversos estratos das camadas economicamente mais privilegiadas. Tratava-se de práticas da cidade, as quais, normalmente, existiam no campo e não demandava de seus praticantes um significativo esforço corporal. Neste panorama, destacam-se o golfe, o tênis e o hipismo, por exemplo.

Em Porto Alegre, em meados da década de 1930, as práticas do golfe, do pólo e do hipismo eram tidas como esportes de alto custo financeiro,

associadas à elite econômica da cidade e aos criadores de cavalos e militares. As práticas do salto do hipismo e do pólo também se encontram articuladas com os hábitos e costumes dos grupos mais abastados da cidade, isto é, perfazendo parte do cotidiano das incipientes elites da sociedade, além de demandarem um razoável empenho físico.

Nos espaços hípicas, se realizavam inúmeras festas hípicas contando com a presença de destacados membros da sociedade da época, ladeados por autoridades, passando a constituir outro ambiente de diversão e lazer. A este respeito, no hipismo, como ocorre, por exemplo, no salto, não há um fim utilitário na prática além do prazer provocado pelo anseio do praticante.

No que se refere à prática do hipismo, portanto, em seus primórdios apresentava uma restrição de classe para praticá-lo. Até o final da década de 1910, pelo menos, sua prática restringia-se aos muros da caserna; mais especificamente, aos integrantes da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Desta forma, a instituição do salto do hipismo em associações esportivas, em Porto Alegre, a partir da década de 1920, mais precisamente em 1925, com a organização da Sociedade Hípica Rio-Grandense, representa um primeiro movimento em direção à incorporação da característica de igualdade inerente ao esporte moderno.

Contudo, não se pode deixar de lançar um olhar sobre reportagens de jornais e revista as quais revelam indícios de que, apesar de ultrapassar as limitações do ambiente militar, a demarcação de uma restrição do acesso à prática ainda persistia; desta vez, por meio da distinção de classe de seus praticantes, vinculados à camada com maior poder e capital econômico.

A caça à raposa, como um esporte pré-moderno, possibilitou a emergência do salto do hipismo, o qual, agora, é inteiramente moderno. A racionalização constitui a chave para este processo, uma vez que a atividade de caça em si iniciou como uma ocupação utilitária, evidenciando uma maior preocupação com a alimentação do que com o prazer da perseguição. Ao deslocar-se o cerne da atividade para o seu processo em detrimento de seu resultado, isto é, ao passar-se a valorizar a prática em si, um processo de racionalização transformou-a no hipismo. No contexto do hipismo porto-alegrense, na década de 1920, as fontes já indicam alguns indícios desta

racionalização por meio de regras e regulamentações quanto à participação nas provas hípicas.

Com relação ao contexto do salto hípico porto-alegrense, em seus primórdios, a questão da burocratização permanecia mais restrita ao âmbito militar, em um primeiro momento. Até meados da década de 1920, a Brigada Militar, por meio da Escolta Presidencial, era a única entidade a promover tal prática na cidade. A partir de meados desta mesma década, com a organização da Sociedade Hípica Rio-Grandense, esta passa a instituir a temporada hípica da cidade. Contudo, os militares não se afastaram totalmente da tomada de decisões, uma vez que esta associação os congregava, em seu quadro de sócios, juntamente com os civis.

Fundado em 1930, exclusivamente para a prática do golfe, o *Porto Alegre Country Club* não resistiu à pressão de alguns associados e acabou criando uma seção hípica no interior de suas dependências em 1934. Em 1939, cinco anos mais tarde, era fundada a *Sociedade Hípica Porto-Alegrense* (SHPA) – ainda hoje vigente -, com muitos de seus sócios migrando do *Porto Alegre Country Club*. Esta sociedade também desempenhou um importante papel no desenvolvimento da prática do hipismo no Brasil, inclusive em categorias como o adestramento.

Nas décadas de 1930 e 1940, quando havia duas sociedades esportivas que se dedicavam à prática hípica, a Sociedade Hípica Porto Alegrense e a seção hípica do *Porto Alegre Country Club*, as quais também reuniam civis e militares como sócios, já é possível perceber um movimento em direção a uma incipiente burocratização. Desta forma, a prática do salto do hipismo, paulatinamente, foi desenvolvendo-se e ocupando outros ambientes não só em Porto Alegre, como em outras cidades do Rio Grande do Sul. De tal modo, a necessidade de coordenação e diretoria do esporte hípico foi sendo percebida, além dos reflexos do Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941, que impunha, dentre outras, a necessidade de instituir federações para conduzir os esportes no país.

Em março de 1946, em Porto Alegre, na sede do Círculo Militar, era fundada a Federação Hípica Sul Rio-Grandense (FHSRG) – atual Federação Gaúcha de Esportes Equestres (FGEE). Neste caminho, a organização na segunda metade da década de 1940 da FHSRG, é mais um passo que aponta

para a burocratização da prática esportiva equestre no Estado. Tal sociedade civil primou pela união das sociedades e clubes filiados, propondo o respeito por estatutos e legislações, isto é, já passava a compor parte do plano de regulamentação dos esportes almejado pelo governo federal.

Como apontado na ata inaugural da FHSRG, seu intuito era atuar conforme preconizava o Decreto-Lei n° 3.199, de abril de 1941. Tal indício pode auxiliar-nos a compreender o fato de que esta Federação foi criada somente três anos mais tarde do que a fundação da CBH, em 1943, o que pode indicar reflexos do referido Decreto-lei n° 3.199 que, à época, determinava a formação de federações estaduais para todos os esportes, com três clubes, no mínimo.

Vale ressaltar, também, ainda com relação ao texto da ata inaugural da FHSRG, que, curiosamente, havia uma significativa presença de militares entre os nomes dos presentes nesta reunião. Nota-se que, em todos os distintos momentos de alguma burocratização estabelecida no meio esportivo equestre, os militares faziam-se ali presentes, mesmo que conjuntamente com os civis.

Ao considerar-se a conjuntura do período, do nacionalismo do Estado Novo vigente, o qual produzia representações de identidade nacional, os valores militares estavam em voga. Tal fato, assim, pode sugerir-nos que o hipismo não testemunharia o início de um período tão novo com a fundação da FHSRG, uma vez que os militares estiveram envolvidos com esta prática esportiva desde seus primórdios na cidade e no Estado. Ao invés disto, a organização almejada pela federação é que realmente poderia confirmar mudança, apoio e incentivo ao desenvolvimento dos esportes hípicas.

A FHSRG também pretendia velar pela aplicação das leis e regras internas adotadas pela FEI e pela Confederação Brasileira de Hipismo (CBH). Ao também preocupar-se em promover e estimular inúmeros concursos, torneios e campeonatos, fazia propaganda para o desenvolvimento do hipismo e o divulgava por todo o Estado.

Deste modo, diante da organização e consolidação da Federação Hípica Sul-Rio-Grandense, a prática do hipismo, assim como o turfe, tem contempladas todas as características de Guttmann propostas para a composição de um esporte moderno, bem como a finalidade do prazer pela prática em si indicada por Elias e Dunning. Porém, diferentemente do turfe, o

qual tem suas representações ligadas a uma sociedade patriarcal predominantemente rural, onde a força e a capacidade concentram-se no animal, o hipismo, por outro lado, já incorpora representações mais ligadas ao desempenho do ser humano também, o que está em consonância com um contexto de modernização. Nesta conjuntura, as ideias humanistas, as quais conferiam valor crucial à aptidão do ser humano, especificamente à sua capacidade racional, estavam em voga. Por este motivo, nesta pesquisa, considera-se a prática do hipismo como um moderno esporte equestre.

Ao traçar um paralelo entre tais características e o processo de instituição do hipismo nas associações e clubes esportivos de Porto Alegre, puderam-se identificar implicações, ramificações, relações mútuas e significados que apontaram para um processo de esportivização desta prática esportiva na cidade, o qual possuiu suas peculiaridades consonantes com o contexto sociocultural e político-econômico do período.

REFERÊNCIAS

I COPA de Hipismo Cel. Gerson Borges. **Equusul**. Porto Alegre: DNR Ltda., Ano 1, número 1, agosto/1989.

II EXPOSIÇÃO Agro-Pecuária. **Correio do Povo**. 08/05/1912.

4º RPMON. **Livro Histórico**. Edição Única Porto Alegre: Livro Manuscrito, a partir de 1916.

4º RPMON, da Brigada Militar, comemora 93 anos. **PM5-Imprensa/BM**. 22/01/2009. Disponível em: <http://www.ssp.rs.gov.br/portal/principal.php?action=imp_noticias&cod_noticia=12498>.

7 DE SETEMBRO. **Semanário Turfista**. Porto Alegre, 1930, p.2.

ABERTURA de temporada do corrente anno. Seção Vida Desportiva. Hippiamo. Sociedade Hippica Rio-Grandense. **Diário de Notícias**. Porto Alegre, 16 junho 1931, p. 2.

ABREU, Sandra Elaine Aires de. **Pesquisa e análise documental**. 2008. Disponível em: <<http://www.unievangelica.edu.br/gc/imagens/noticias/1817/file/01.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2011.

ADELMAN, Miriam. Mulheres atletas: re-significações da corporalidade feminina. **Estudos Feministas**. Florianópolis, ano 11, v. 2, n. 360, jul/dez 2003, p. 445-465. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ref/v11n2/19131.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2011.

_____. Mulheres no Esporte: Corporalidades e Subjetividades. **Movimento**. Porto Alegre, v.12, n.01, p.11-29, jan./abr., 2006. Disponível em: < <http://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/2889/1525>>. Acesso em: 17 jan. 2011.

ADELMAN, Miriam; MORAES, Fernanda Azeredo de. Tomando as rédeas: um estudo etnográfico da participação feminina e das relações de gênero no turfe brasileiro. **Esporte e Sociedade**. Rio de Janeiro, UFF. Ano 3, n. 9, Jul.2008/Out.2008. Disponível em: <<http://www.uff.br/esportesociedade/pdf/es903.pdf>> Acesso em: 05 jul. 2011.

A FESTA de amanhã. Seção Vida Desportiva. Hippiamo. Sociedade Hippica Rio-Grandense. **Diário de Notícias**. Porto Alegre, 6 julho 1929, p. 5.

A GRANDE corrida de domingo. 1929, n.21, p.30. In: MAZO, Janice. **O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo**: Catálogo 1929-1967. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004, CD-ROM.

A GRANDE FESTA hippica de hoje. Seção Vida Desportiva. Hippiismo. **Diário de Notícias**. Porto Alegre, 11 agosto 1929, p. 10.

AGUIAR, Caroline. Amazonas organizam o primeiro torneio de pólo feminino de Brasília. **Super Esportes**. Brasília. 03/10/2011. Disponível em: http://www.df.superesportes.com.br/app/19,66/2011/10/03/noticia_maisesportes_23857/amazonas-organizam-o-primeiro-torneio-de-polo-feminino-de-brasilia.shtml. Acesso em: 18 jan. 2012.

ÁLBUM 70 Anos da Sociedade Hípica Porto Alegrense. DCS, Jul.2009.

ALMEIDA, Ana Maria F. A noção de capital cultural é útil para se pensar o Brasil? In: PAIXÃO, Lea Pinheiro; ZAGO, Nadir (Org.). **Sociologia da educação: pesquisa e realidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

ALMEIDA, José Júlio Gavião de; WELLER, Mirja Jaksch. A história do volteio. In: **Coletânea do V Encontro de História do Esporte, Lazer e Educação Física**. Maceió, 1997.

AMARO JUNIOR, José. (org.). **Almanaque Esportivo do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Thurmann, 1947.

_____. **Os cafés na Rua da Praia, o Beco do Leite e o Palácio das Lágrimas**. Folha da Tarde para o álbum de Porto Alegre (6): 5, 7 de agosto de 1976. Suplemento Especial da Folha da Tarde.

AMAZONAS entram em campo sem medo. 1º Torneio de Pólo de Arena. **Nexo Comunicação**. Porto Alegre. 29/01/2007. Disponível em: http://www.nexocomunica.com/polo/noticias_polo_03.php. Acesso em: 18 jan. 2012.

APPIO, Francisco. **Tiro de Laço**. Coletânea Projeto Esperança. Caxias do Sul. Maio/2010. Disponível em: < <http://www.appio.com.br/arquivos/tcl-cax.pdf>>. Acesso em: 23 abr 2012.

A PROTETORA do Turf. 06/09/1933, n.119, p.45. In: MAZO, Janice. **O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967**. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004, CD-ROM.

A REVOLUÇÃO em Porto Alegre. 1930, n. 22, p. 4-5. In: MAZO, Janice. **O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967**. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004, CD-ROM.

A SEMANA do cavallo de guerra. 16/01/1932, n. 78, p. 33. In: MAZO, Janice. **O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967**. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004, CD-ROM.

A TRIBUNA official. 17/08/1929, n. 30, p. 15. In: MAZO, Janice. **O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967**. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004, CD-ROM.

AS GRANDES touradas do centenário. **Cinemateca Brasileira – MinC**. 2010. Disponível em: < <http://cinemateca.gov.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IscScript=iah/iah.xis&base=FILOGRAFIA&lang=P&nextAction=search&exprSearch=ID=002492&format=detailed.pft>>. Acesso em: 07 nov. 2011.

AS TOURADAS em Porto Alegre. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 13/02/1910. Disponível em: <http://www.correiodopovo.com.br/Impresso/?Ano=115&Numero=137&Caderno=0&Noticia=99064> Acesso em: 04/11/2011.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKI, C. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 23 - 80.

BARROS, José. A História Cultural e a contribuição de Roger Chartier. **Diálogos**. DH/PPH/UEM, v. 9, n. 1, p.125-141, 2005. Disponível em: < <http://pt.scribd.com/doc/27945105/A-Historia-Cultural-e-a-contribuicao-de-Roger-Chartier-BARROS-Jose-D-Assuncao>>. Acesso em: 06 mai. 2011.

BENTO, Taciane Ruas. **Remanescentes do turfe na cidade de Porto Alegre**. Porto Alegre; Monografia (Especialização em Pedagogias do Corpo e da Saúde), Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

BISSÓN, Carlos Augusto. **Moinhos de Vento**: histórias de um bairro de elite de Porto Alegre. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura: IEL, 2008.

BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu**. Tradução de Lucy Magalhães. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. O *habitus* e o espaço dos estilos de vida. In: **A Distinção: crítica social do julgamento**. Tradução de Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

_____. Como é possível ser esportivo? In: _____ (Org.). **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 136-163.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; São Paulo: Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, J.C. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. Programa para uma sociologia do esporte. In: _____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 207-220.

_____. Sport and Social Class. In: **Social Science Information sur les Sciences Sociales**. Paris, v. 17, n. 6, p. 819-940, 1978.

_____. Sport, classes sociales et subcultures, conférence introductive. **Actes du VIII symposium de l'ICSS**. Paris, INSEP, 1984, p. 326.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Divisão de Educação Física. Curso de Educação Física por Correspondência. **Regras e súmulas**: hipismo, iatismo, tiro ao alvo, judô. 1965.

_____. Crioulo o símbolo do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Lei nº 11.826. 26 agosto 2002.

_____. Conselho Nacional de Desportos. **Decreto-lei n. 3199**, de 14 de abril de 1941. DOU: 16 abr. 1941. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1941. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=152593>. Acesso em 16/01//2012.

_____. Senado Federal. Subsecretaria de Informações. **Decreto-lei n. 24.645**, de 10 de julho de 1934. DOU: 10 jul. 1934. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1934. Disponível em: <
<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=39567>>. Acesso em: 21 jun. 2012.

BROMBERG, Christian. As práticas e os espetáculos esportivos na perspectiva da etnologia. In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 14, n. 30, p. 237-253, jul/dez 2008.

BURKE, Pierre. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CALLAGE, Roque. O cavallo e o homem. In: **Revista do Globo**, Porto Alegre. Ano 1. n. 11. 1929.

CAMPEONATO Nacional de Cavalos D'armas. 23/11/1935, n. 172, p. 40. In: MAZO, Janice. **O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967**. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004, CD-ROM.

CANTARINO FILHO, Mário Ribeiro. **A educação física no Estado Novo**: história e doutrina. Dissertação de mestrado, (UnB), 1982.

CANTEIRO, Oscar. **Ata Inaugural da Associação Protetora do Turfe**. Porto Alegre, 1907, p.1.

CAPIROT, Júlio. O monstrinho do prado. 29/06/1957, n. 693, p. 65-67. In: MAZO, Janice. **O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967**. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004, CD-ROM.

CARDOSO, Ciro; BRIGNOLI, Héctor. **Os métodos da História**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1990.

CARNEIRO, Paulo. Bento Gonçalves 65. 01/12/1965, n. 912, p. 10-14. In: MAZO, Janice. **O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967**. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004, CD-ROM.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural – entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

CINCO aspectos do último torneio da Sociedade Híppica Rio Grandense. 17/08/1929, n. 15, p. 30. In: MAZO, Janice. **O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967**. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004, CD-ROM.

COELHO, Diogo Osório. História do Freio de Ouro. **Raça Crioula**. Pelotas, 2012. Disponível em: < <http://www.racacrioula.com.br/site/content/historia/index.php?np=7>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

_____. História do Tiro de Laço. **Raça Crioula**. Pelotas, 2003. Disponível em: < <http://tirodelaco.racacrioula.com.br/histórias/>>. Acesso em: 25 jan. 2012.

CRISTAL. Porto Alegre. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Cultura. **Memória dos Bairros**. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura, 2003.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

DA COSTA, Lamartine Pereira. **Atlas do Esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005.

DALMÁZ, Mateus. **A imagem do Terceiro Reich na Revista do Globo (1933-1945)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

DAMO, Arlei Sander. A Emergência do Associativismo Esportivo e do Futebol. In: **Futebol e identidade social: uma leitura antropológica das rivalidades entre torcedores e clubes**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p.16-32.

DAMO, Arlei Sander. **Do dom à profissão: uma etnografia do futebol de espetáculo a partir da formação de jogadores no Brasil e na França**. Tese Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.

DEL PRIORE, Mary. “Jogos de cavalheiros”: as atividades físicas antes da chegada do esporte. In: DEL PRIORE, Mary; MELO, Victor. (orgs). **História do Esporte no Brasil: do império aos dias atuais**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p.13-33.

DESPORTOS. 12/10/1929, n. 19, p. 35. In: MAZO, Janice. **O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967**. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004, CD-ROM.

DRUMOND, Maurício. O esporte como política de Estado: Vargas. In: DEL PRIORE, Mary; MELO, Victor. (orgs). **História do Esporte no Brasil: do império aos dias atuais**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p.213-244.

DUARTE, Orlando. **História dos Esportes**. São Paulo: MAKRON Books, 2000.

EDWARDS, Elwyn Hartley. **Cavalos**: um guia ilustrado com mais de 100 raças de cavalos de todo o mundo. Tradução de Raul de Sá Barbosa. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Ediouro, 1994.

ELIAS, Norbert. A gênese do desporto: um problema sociológico. In: ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A Busca da Excitação**. Lisboa: Difel, 1992, p. 187-221.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A Busca da Excitação**. Lisboa, Difel, 1992.

FEIX, Eneida. **Lazer e cidade na Porto Alegre do início do século XX: a institucionalização da recreação pública**. Porto Alegre: Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Dissertação de Mestrado, 2003.

LIMA, Patrícia. A encantadora de cavalos. Donna. **Zero Hora**. Porto Alegre. 05/07/2011, p.17-18.

FERNÁNDEZ, Elias. **Porto Alegre Country Club (1930-1960): uma tacada da elite na prática do golfe em Porto Alegre**. Porto Alegre. UFRGS/Escola da Educação Física. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso), 2009.

FERREIRA, Cyro Dutra. **“35-CTG”**: o pioneiro do Movimento Tradicionalista Gaúcho – MTG. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987.

FERREIRA, Renyldo. **História do hipismo brasileiro**. São Paulo: Design, 1999.

FESTA Hípica. 02/07/1932, n. 90, p. 11. In: MAZO, Janice. **O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967**. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004, CD-ROM.

FESTA Hípica no *Country Club*. 29/05/1943, n. 340, p. 38. In: MAZO, Janice. **O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967**. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004, CD-ROM.

FESTA na serra. 10/03/1945, n. 382, p. 19. In: MAZO, Janice. **O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967**. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004, CD-ROM.

FLAGRANTES da magnífica tarde hípica no Country Club. 28/05/1938, n. 229, p. 39. In: MAZO, Janice. **O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo**: Catálogo 1929-1967. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004, CD-ROM.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Trad. Sandra Netz. – 2. ed. – Porto Alegre: Bookman, 2004.

FONTANA, Hélio. **Ata Inaugural da Federação Hípica Sul Rio-Grandense**, p. 1, 1946.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Gente e espaços de Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2000.

_____. **Porto Alegre**: guia histórico. 3ª Ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

GIANLUPPI, L.D.F.; BORTOLI, E.C. de; SCHVARZ SOBRINHO, R.; FALCÃO, T.F.; SILVA, T.N. Agregação de valor em equinos da raça crioula: um estudo de caso. In: **Archivos de Zootecnia**. Córdoba/Argentina, v. 58, n. 223, p. 471-474, 2009. Disponível em: < <http://scielo.isciii.es/pdf/azoo/v58n223/art19.pdf>>. Acesso em: 06 Abr 2012.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais**: Morfologia e História. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GOELLNER, Silvana Vilodre. **Bela, maternal e feminina**: imagens da mulher na Revista Educação Phisica. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas – Faculdade de Educação, Campinas, 1999.

_____. **Mulher e Esporte em Perspectiva**. 2004. Disponível em http://www.cbtm.org.br/scripts/arquivos/esporte_mulher.pdf. Acesso em: 01 dez. 2008.

_____. Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história. In: **Pensar a Prática**. Goiânia. v.8, n.1, Jan/Jun.2005, p.85-100. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/106/2275>. Acesso em: 19 jan.2012.

_____. Imagens da mulher no esporte. In: DEL PRIORE, Mary; MELO, Victor. (orgs.). **História do Esporte no Brasil**: do império aos dias atuais. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p.269-292.

GOELLNER, Silvana Vilodre; REPPOLD FILHO, Alberto Reinaldo; FRAGA, Alex Branco; MAZO, Janice Zarpellon; STIGGER, Marco Paulo; NETO, Vicente Molina. Pesquisa qualitativa na Educação Física Brasileira: marco teórico e modos de usar. **Revista da Educação Física/UEM**. Maringá, v.21, n.3, p.381-410, 3. trim. 2010. Disponível em: <

<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/8682/5829>>.
Acesso em: 15 jun. 2011.

GOLIN, Tau. **O povo do pampa**: uma história de 12 mil anos do Rio Grande do Sul para adolescentes e outras idades. 3ª Ed. Passo Fundo: UPF, 2004.

GORDINHO, Margarida. (coord.). **Sociedade Hípica Paulista: 75 anos**. São Paulo, Marca d'Água, 1987.

G.P. BENTO Gonçalves. 10/12/1949, n. 497, p. 50-51. In: MAZO, J. **O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967**. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004, CD-ROM.

G.P. BENTO GONÇALVES: a sua disputa durante três decênios – reminiscências e curiosidades. **Canter** – Semanário de Turfe. Porto Alegre: Ed. Banco Nacional do Comércio, 04/11/1939, p.81-94.

GRANDE Prêmio Bento Gonçalves. 21/11/1931, n. 75, p. 17. In: MAZO, J. **O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967**. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004, CD-ROM.

GUTTMANN, Allen. **From ritual to Record**: the nature of modern sports. New York: Columbia University, 1978.

HAAG, Carlos. Modernos na marra: livros mostram como elites implementaram civilização no Rio de Janeiro e em São Paulo. **Pesquisa online FAPESP**. São Paulo. Jan/2004. Disponível em:
<http://revistapesquisa.fapesp.br/?art=2351&bd=1&pg=1&lg=>. Acesso em: 07 nov. 2011.

HISTÓRIA do bairro Cavalhada. **Observa Porto Alegre**. Disponível em:
<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/observatorio/default.php?p_bairro=114&hist=1&p_sistema=S>. Acesso em: 09 ago. 2012.

INAUGURAÇÃO do Hipodromo. **Gazeta de Porto Alegre**. Porto Alegre, 13 maio 1880, p.1.

JÁ EDITORES, Equipe. **História ilustrada de Porto Alegre**. Projeto enquadrado na Lei Estadual 10.846, de estímulo à produção cultural. Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul, 1997.

JACQUES, Bayard Bretanha. **Registros da eficiência da equitação gaúcha**: primeiros escritos. Jaguarão: Autor, 2008.

JESUS, Gilmar Mascarenhas de. Construindo a Cidade Moderna: a Introdução dos Esportes na Vida Urbana do Rio de Janeiro. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 17-39, 1999.

JOCKEY-CLUB de Pelotas. 28/03/1936, n. 179, p. 24-25. In: MAZO, J. **O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967**. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004, CD-ROM.

JÓQUEI virou carroceiro. **Zero Hora**. Porto Alegre, 13 maio 2008, p.29.

KILPP, Cecília. **Kriegerverein**: a constituição da Sociedade de Guerreiros e das primeiras associações Teutônia/Estrela (1874/1950). Porto Alegre. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Escola de Educação Física, UFRGS, 2008.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

_____. **Realidades e Ficções na Trama Fotográfica**. São Paulo: Ateliê Editorial, 1999.

KRUEL, Ilka. **Álbum 70 anos da Sociedade Hípica Porto Alegrense**. p. 08, 2009.

LE GOFF, Jacques. **O Imaginário Medieval**, Lisboa: Estampa, 1994.

LEME, Álvaro; SOARES, Sandra. Outra missão impossível. **Veja**. São Paulo. 07/06/2006. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/vejasp/070606/terraco.html>. Acesso em: 18 jan. 2012.

LEMOS, Antenor; CARVALHO, Edmundo. (orgs). **Álbum d'O Rio Grande do Sul Sportivo**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1919.

LIMA, Patrícia. A encantadora de cavalos. **Zero Hora**. Porto Alegre, 05/06/2011, p.18-19.

LOPES, Álvaro Augusto. Histórias e lendas de Santos. **Almanaque de Santos para 1959**. Santos. 1ª ed. 1959. Disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h030014.htm>. Acesso em: 07 nov. 2011.

LUCA, Tânia Regina de. **Fontes impressas**: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKI, C. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 111-142.

LUCENA, Ricardo. **O esporte na cidade**: aspectos do esforço civilizador brasileiro. Campinas, SP: Autores Associados. Chancela editorial CBCE, 2001. (Coleção Educação Física e Esportes).

MACEDO, Francisco Riopardense. **História de Porto Alegre**. – 3 ed. – Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

_____. **Porto Alegre**: história e vida de uma cidade. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 1973.

MADURO, Paula Andreatta. **Memórias do automobilismo de rua em Porto Alegre, Rio Grande do Sul (décadas de 1920-1950)**. Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano). PPGCMH/UFRGS, 2010.

MARITAIN, Meulen, Ouroforte, Bonsol e Aboukir são os grandes azes que disputarão amanhã na raia dos Moinhos de Vento, o Derby rio-grandense. **Suplemento**. Porto Alegre, 04/11/1939, p.8-9.

MARONEZE, Luiz Antonio Gloger. **Espaços de sociabilidade e memória: fragmentos da 'vida pública' porto-alegrense entre os anos 1890 e 1930**. Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). PPGH/UFRGS, 1994.

MARSHALL, Gordon. (Ed.). **Concise Dictionary of Sociology**. Oxford, New York: Oxford University Press, 1994.

MAZO, Janice. **Emergência e a Expansão do Associativismo Desportivo em Porto Alegre (1867-1945): espaço de representação da identidade cultural teuto-brasileira**. Tese Doutorado. Faculdade de Educação Física e Ciências do Desporto, Universidade do Porto, Portugal, 2003.

MAZO, Janice. **Catálogo do Esporte e da Educação Física na Revista do Globo**. Porto Alegre: PUCRS, 2004 – CD-ROM.

MAZO, Janice. Associações esportivas de Porto Alegre-RS, 1867-1941. In: MAZO, Janice; REPPOLD FILHO, Alberto Reinaldo. (orgs.). **Atlas do Esporte no Rio Grande do Sul: atlas do esporte, educação física e atividades de saúde e lazer no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CREF2/RS, 2005.

MAZO, Janice; REPPOLD FILHO, Alberto Reinaldo. (orgs.). **Atlas do Esporte no Rio Grande do Sul: atlas do esporte, educação física e atividades de saúde e lazer no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CREF2/RS, 2005.

MAZO, Janice, TRINDADE, Alexandre. Reportagens do esporte na Revista do Globo de Porto Alegre: visita às páginas da memória (1929-1945). Mauseion Revista Eletrônica do Museu e Arquivo Histórico La Salle. , v.1, p.127 - 141, 2007.

MAZO; Janice; FROSI, Tiago. Em busca da identidade luso-brasileira no associativismo esportivo em Porto Alegre no princípio do século XX. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 30, n. 2, p. 57-72, 2009. Disponível em:

<www.rbceonline.org.br/revista/index.php/RBCE/article/download/.../352>.

Acesso em: 06 mai.2011.

MAZO, Janice. Banco de Dados das Associações Esportivas e de Educação Física de Porto Alegre (1867-1945). Novo Hamburgo, RS: Editora FEEVALE, 2010.

MEIHY, José; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

MELO, Victor Andrade de; MAIA, Paola Murta. Turfe. In: DACOSTA, Lamartine (org.). **Atlas do esporte no Brasil**: atlas do esporte, educação física e atividades físicas de saúde e lazer no Brasil – Atlas of sports in Brazil, atlas of sport, of physical education and physical activities for health and for leisure in Brazil. Rio de Janeiro: Shape, p.365, 2006.

MELO, Victor Andrade de. Apontamentos para uma história comparada do esporte: um modelo heurístico. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**. São Paulo, v. 24, n. 1, p.107-20, jan/mar. 2010b. Disponível em: < http://citrus.uspnet.usp.br/eef/uploads/arquivo/RBEFE_v24n1artigo10.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2011.

_____. **Cidade sportiva**: primórdios do esporte no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2001.

_____. Corpos, bicicletas e automóveis: a transição dos séculos XIX e XX. In: DEL PRIORE, Mary; MELO, Victor. (orgs.). **História do Esporte no Brasil**: do império aos dias atuais. São Paulo: Editora UNESP, 2009a, p.71-105.

_____. Das touradas às corridas de cavalo e regatas: primeiros momentos da configuração do campo esportivo no Brasil. In: DEL PRIORE, Mary; MELO, Victor. (orgs.). **História do Esporte no Brasil**: do império aos dias atuais. São Paulo: Editora UNESP, p.35-70, 2009b.

_____. **Dicionário do esporte no Brasil**: do século XIX ao início do século XX. Campinas: Autores Associados, 2007a.

_____. Esporte, cidade e modernidade: Rio de Janeiro. In: MELO, Victor Andrade de (org.). **Os sports e as cidades brasileiras**: transição dos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010a, p. 19- 48.

_____. **História da educação Física e do Esporte no Brasil**: panorama e perspectivas. São Paulo: IBRASA, 1999.

_____. Mulheres em movimento: a presença feminina nos primórdios do esporte na cidade do Rio de Janeiro (até 1910). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n.54, p.127-152, 2007b. Disponível em: < <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/263/26305410.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2011.

_____. Possíveis representações sobre o turfe na sociedade carioca do século XIX. **Lecturas Educación Física y Deportes**. Buenos Aires, ano 3, n. 9, março 1998. Disponível em: < <http://www.efdeportes.com/efd9/turf91p.htm>>. Acesso em: 17 jan. 2011.

_____. Remo, Modernidade e Pereira Passos: primórdios das políticas públicas de esporte no Brasil. In: **Esporte e Sociedade**. Rio de Janeiro, UFF.

N. 3, jul/out 2006. Disponível em: <
<http://www.uff.br/esportesociedade/pdf/es305.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2011.

MENDONÇA, Rubens de. Touradas. **Leão d'Oeste**. Cuiabá, dez/jan. 1966.

MENEZES, Raquel. A importância do capital cultural de Bourdieu. **Educação Pública**. Rio de Janeiro. 2009. Disponível em:
<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0204.html>. Acesso em: 07 jan.2012.

MILLER, Robert. **Understanding the ancient secrets of the horse's mind**. Neenah: The Russell Meerdink Company Ltd, 1999.

MOLINIÉ-BERTRAND, Annie; DUVIOLS, Jean-Paul; GUILLAUME-ALONSO, Araceli. **Des taureaux et des hommes**. Paris, Iberica Collection, Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 1999.

MONTENEGRO, Antonio. **História oral e memória**: a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 1992.

MORGADO, Félix. **Adestramento do cavalo**. São Paulo: Nobel, 1990.

NA CHÁCARA das Bananeiras. 03/08/1929, n. 14, p. 33. In: MAZO, Janice. **O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo**: Catálogo 1929-1967. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004, CD-ROM.

NASCE a Confederação Brasileira de Hipismo. **Confederação Brasileira de Hipismo**. Disponível em: <http://www.cbh.org.br/site/cbh_historico.php>. Acesso em: 13 de abril de 2010, às 10h34min.

NAS CORRIDAS da Protectora do Turf. 20/04/1929, n. 7, p. 33. In: MAZO, J. **O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo**: Catálogo 1929-1967. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004, CD-ROM.

NEY Fontana Feijó. **Álbum 70 anos da Sociedade Hípica Porto Alegrense**. p. 18, 2009.

NOVOS rumos tomará o hipismo nacional. Hipismo. **Equi**. Rio de Janeiro, 1938, p. 20-24.

NUNES, Zeno Cardoso; NUNES, Rui Cardoso. **Minidicionário Guasca**. 4ª ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1994.

O ANIVERSARIO da Escolta Presidencial. 1929, n.03, p.23. In: MAZO, Janice. **O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo**: Catálogo 1929-1967. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004, CD-ROM.

O CRYSTAL foi o local escolhido para a festa de amanhã. Seção Vida Desportiva. Hippiismo. Sociedade Hippica Rio Grandense. **Diário de Notícias**. Porto Alegre, 28 abril 1929, p. 6.

O GRANDE concurso hippico do próximo domingo. Seção Vida Desportiva. Hippiamo. Sociedade Hippica Rio-Grandense. **Diário de Notícias**. Porto Alegre, 5 agosto 1931, p. 1.

ORREDA, José Maria. MTG e CTGs, Movimento Tradicionalista Gaúcho e Centro de Tradições Gaúchas. **Revista História em Debate**. Irati, 1999.

OSÓRIO, Luís. Bety Belmonte: Hipismo também é show. 01/07/1965, n. 902, p. 40-41. In: MAZO, J. **O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967**. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004, CD-ROM.

OSÓRIO, Luís. Hipismo também é show. 01/07/1965, n.902, p.40-41. In: MAZO, Janice. **O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967**. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004, CD-ROM.

OSWALDO de Lia Pires. **Álbum 70 anos da Sociedade Hípica Porto Alegre**. p. 3, 2009.

O TRIUNFAL regresso do Sr. Getúlio Vargas. 1930, n° 25, p.4. In: MAZO, J. **O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967**. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004, CD-ROM.

O TURF Social. 31/03/1937, n. 203, p. 28. In: MAZO, J. **O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967**. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004, CD-ROM.

PEREIRA, Ester. **A prática do turfe em Porto Alegre (1875/1910): alguns tropeços em meio a um vitorioso galope**. Porto Alegre. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Escola de Educação Física, UFRGS, 2008.

PEREIRA, Ester Liberato; FERNÁNDEZ, Elias Casemiro Dutra; MAZO, Janice Zarpellon. A fundação do primeiro clube de golfe em Porto Alegre. In: **Cinergis**, Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), v.11, n.2, p.26-34, jul/dez 2010.

Disponível em:

<http://online.unisc.br/seer/index.php/cinergis/article/viewFile/2346/1649>. Acesso em: 18 jun. 2012.

PEREIRA, Ester; LYRA, Vanessa; MAZO, Janice. Corridas de cavalo em cancha reta em Porto Alegre (1852/1877): uma prática cultural-esportiva sul-riograndense. In: **Revista da Educação Física/UEM**. Maringá, v.21, n.4, 2010.

Disponível em:

<<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/viewFile/8164/6770>> . Acesso em: 06 mai. 2011.

PEREIRA, Ester; SILVA, Carolina; MAZO, Janice. O turfe em Porto Alegre/Rio Grande do Sul: aspectos históricos de uma prática cultural esportiva. **Lecturas Educación Física y Deportes**. Buenos Aires, v. 150, p. 1-15, 2010. Disponível

em: <http://www.efdeportes.com/efd150/o-turfe-aspectos-historicos-de-uma-pratica-esportiva.htm>. Acesso em: 17 jan. 2011.

PEREIRA, Ester; SILVA, Carolina; MAZO, Janice. Revista do Globo: as mulheres porto-alegrenses nas práticas equestres. **Motriz**. Rio Claro, v. 17, n. 2, p. 292-302, abr/jun 2011. Disponível em: <
http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/motriz/article/view/1980-6574.2011v17n2p292/pdf_77>. Acesso em: 28 jun. 2011.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Apresentação do Dossiê “História Cultural e Multidisciplinaridade”. In: **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**. Vol. 4, Ano IV, nº 4. Out/Nov/Dez/2007. Disponível em: <
http://www.revistafenix.pro.br/PDF13/Apresentacao_do_Dossie-Sandra_Pesavento.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2011.

_____. **História & História Cultural**. 2. ed. 2. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 114, p. 179-195, novembro/2001. Disponível em: <
<http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a08n114.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2011.

PIMENTEL, Fortunato. **Aspectos gerais de Porto Alegre**. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1945, v.1.

PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis. Localismo e Globalismo na Esportivização do Rodeio. In: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Campinas, v.28, n.1, p.91-104, set.2006. Disponível em: <
<http://www.rbceonline.org.br/revista/index.php/RBCE/article/viewArticle/40>>. Acesso em: 25 jan. 2012.

PINSKY, Carla. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2010.

POCIELLO, Christian. La force, l'énergie, la grace, les réflexes'; le jeu complexe des dispositions culturelles et sportives. In: POCIELLO, Christian, dir. **Sports et société, approche socioculturelle des pratiques**. Paris: Vigot, 1981.

PORTO ALEGRE, Achylles. **História Popular de Porto Alegre**. UE/Porto Alegre, 1994.

POSTAIS do Rio Grande do Sul: um olhar sobre o Estado com a razão e a emoção dos gaúchos. DCS, n.2, 2010.

QUINZENA Desportiva. 16/12/1939, n. 265, p. 48. In: MAZO, Janice. **O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo**: Catálogo 1929-1967. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004, CD-ROM.

RAMOS, Maria de Lourdes da Silva. **Relembrando os Festejos do Senhor Divino**. São Paulo, Ed. Árvore da Terra, 1999.

REVISTA DO GLOBO. 12/06/1937, n. 207, p.55. In: MAZO, Janice. **O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo**: Catálogo 1929-1967. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004, CD-ROM.

REVISTA *SPORTIVA*. (1907). Porto Alegre, novembro.

RIBEIRO, Antonio Carlos. Os bastidores de um hipódromo. 08/07/1944, n. 366, p.26. In: MAZO, Janice. **O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo**: Catálogo 1929-1967. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004, CD-ROM.

RIBEIRO, Cel. Aldo Ladeira. **Esboço Histórico da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul**: Volume II – Agosto de 1918 a Setembro de 1930. Porto Alegre: Oficinas gráficas da Brigada Militar, 1953.

RINK, Bjarke. **Desvendando o enigma do centauro**: como a união homem-cavalo acelerou a história e transformou o mundo. – São Paulo: Equus Brasil, 2008.

ROBERTS, Monty. **O homem que ouve cavalos**. Tradução de Fausto Wolff; revisão técnica, Laura Rossetti Barretto Ribeiro. – 5ª ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2003.

RODRIGUES, M. **Constituição e enraizamento do esporte na cidade**: Uma prática moderna de lazer na cultura urbana de Belo Horizonte (1894-1920). Belo Horizonte. UFMG/Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2006 (Tese de doutorado). Disponível em:
http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/VCSA-6XTGT2/1/tese_marilita_vers_o_final.pdf. Acesso em: 24 nov. 2009.

ROESSLER, Martha; RINK, Bjarke. Esportes Hípicos. In: DA COSTA, L. (org.). **Atlas do Esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: CONFEF, 2006.

ROJO, Luiz Fernando. Igualdade de sexo e desigualdade de gênero: relações entre homens e mulheres no hipismo. **Omertaa**. Leuven, v. 2007/2. 2007a. Disponível em
http://omertaa.org/index.php?option=com_content&task=view&id=36&Itemid=50
. Acesso em: 01 nov. 2009.

_____. Relações de gênero no hipismo: um olhar comparativo entre Rio de Janeiro e Montevidéu. Artigo elaborado a partir da **Exposição no curso de Antropologia**. Universidad de La República. Montevidéu. 2007b. Disponível em: <
http://www.unesco.org.uy/shs/fileadmin/templates/shs/archivos/anuario2007/articulo_12.pdf>. Acesso em: 28 out. 2011.

ROZANO, Mário; FONSECA, Ricardo da. (orgs.). **História de Porto Alegre**: Jockey Club. Porto Alegre: Nova Prova, 2005.

RUBERT, Arlindo. **História da Igreja no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.

SANTOS, Ricardo Pinto dos. Tensões na consolidação do futebol nacional. In: DEL PRIORE, Mary; MELO, Victor. (orgs). **História do Esporte no Brasil: do império aos dias atuais**. São Paulo: Editora UNESP, p. 179-212, 2009a.

SANTOS, Romana Borja. Sintra proíbe touradas e espetáculos de circo com animais. **Público**. Lisboa. 2009b. Disponível em: <http://www.publico.pt/Sociedade/sintra-proibe-touradas-e-espectaculos-de-circo-com-animais-1377028>. Acesso em: 07 nov. 2011.

SARMENTO, Manuel Luis Benevenga. Uma época para celebrar e registrar na história. In: TEIXEIRA, Ana Lúcia. **Cavalo Crioulo: o símbolo do Rio Grande do Sul**. 2.ed. – Porto Alegre: Viver no Campo, 2011.

SCHPUN, Mônica Raisa. **Beleza em Jogo: cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20**. São Paulo: SENAC, 1999.

SCHVAMBACH, Janaina. A fotografia como fonte de pesquisa e sua ficção documental. In: MICHELON, Francisca Ferreira; TAVARES, Francine Silveira (organizadoras). **Fotografia e memória: ensaios**. Pelotas: Editora e gráfica Universitária da UFPel, 2008, p.153-161.

SOARES, Liziane do Espírito Santo. **Gênero e Poder na Revista do Globo**. Porto Alegre. PUCRS/Faculdade de Comunicação Social, 2001. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso).

SOCIAIS. 21/12/1938, n. 242, p.64. In: MAZO, Janice. **O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967**. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004, CD-ROM.

SOCIAL. **Círculo Militar de Porto Alegre**. Disponível em: < <http://www.circulomilitarpoa.com.br/social.html>>. Acesso em: 30 jun. 2011.

SOCIEDADE Hippica Rio Grandense. 1929, n. 02, p.44. In: MAZO, J. **O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967**. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004, CD-ROM.

SOCIEDADE Hippica Rio Grandense. 18/07/1931, n. 66, p.21. In: MAZO, J. **O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967**. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004, CD-ROM.

SOCIEDADE HIPICA Rio Grandense. Seção Vida Desportiva. Hippiismo. **Diário de Notícias**. Porto Alegre, 5 maio 1929, p. 5.

SOUZA, Enéas de. Prado na corrida para ser o maior do mundo. 27/06/1959, n. 745, p. 18-23. In: MAZO, J. **O Esporte e a Educação Física na Revista do**

Globo: Catálogo 1929-1967. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004, CD-ROM.

SOUZA, Giane Ferreira de (coord.). **Porto Alegre Country Club.** Porto Alegre, 2000.

SOUZA, Juliano de.; JÚNIOR, Wanderley Marchi. Por uma sociologia reflexiva do esporte: considerações teórico-metodológicas a partir da obra de Pierre Bourdieu. In: **Movimento**, Porto Alegre, v.16, n. 01, p. 293-315, janeiro/março de 2010.

SOUZA, Juliano de. **O xadrez em xeque:** uma análise sociológica da “história esportiva” da modalidade. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

SOUZA, Juliano de.; STAREPRAVO, Fernando Augusto.; JÚNIOR, Wanderley Marchi. O processo de constituição histórico-estrutural do subcampo esportivo do xadrez: uma análise sociológica. In: **Movimento**, Porto Alegre, v.17, n.02, p. 93-113, abr./jun. de 2011. Disponível em: <
<http://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/16516>>. Acesso em: 07 out. 2011.

SOUZA, Meyre Londero de. **Meyre de Souza (depoimento, 2005).** Porto Alegre: CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE – ESEF/UFRGS, 2007. Disponível em: <
<http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000729774&loc=2010&l=2493d de13cb6062a>>. Acesso em: 13 jun. 2011.

SPINELLI, Celine. Cavalhadas em Pirenópolis: tradições e sociabilidade no interior de Goiás. In: **Religião e Sociedade.** Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 59-73, 2010.

STÉDILE, Miguel Enrique. Da fábrica à várzea: clubes de futebol operário em Porto Alegre (1931-1937). **EFDeportes.com**, Revista Digital. Buenos Aires, ano 15, nº151, dezembro de 2010. Disponível em: <
<http://www.efdeportes.com/efd151/da-fabrica-a-varzea-clubes-de-futebol-operario.htm>>. Acesso em: 5 dez. 2011.

STIGGER, Marco Paulo. **Educação Física, Esporte e Diversidade.** Campinas, SP: Autores Associados, 2005. – (Coleção Educação Física e esportes).

TALHA, Juliano. Moinhos de Vento: o Epsom de Porto Alegre. 22/07/1939. n.256, p.36. In: MAZO, Janice. **O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967.** Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004, CD-ROM.

TEIXEIRA, Ana Lúcia. **Cavalo crioulo:** o símbolo do Rio Grande do Sul. 2.ed. – Porto Alegre: Viver no Campo, 2011.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TORRES, A. S. **A campanha nacionalizadora cívico-educativa e a semana da pátria na imprensa de Porto Alegre (1937-1945)**. Porto Alegre, 1997. Dissertação (Mestrado em História) - PUCRS.

TORRES, Ruy Vilanova. **Cavaleiro & cavalo na equitação**. Porto Alegre: Editora Rígel, 2008.

TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TURF. 08/07/1939, n. 255, p.36. In: MAZO, Janice. **O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967**. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004, CD-ROM.

UMA TARDE Hípica. 31/03/1951, n. 531, p. 38. In: MAZO, Janice. **O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967**. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004, CD-ROM.

VARGAS, Getúlio. **As diretrizes da Nova Política do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

VEM CORRER o “G.P. Bento Gonçalves”: o derrubador de records. **Suplemento**. Porto Alegre, 20/09/1939, p.11.

VIEIRA, Silvia; FREITAS, Armando. **O que é hipismo**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra: COB, 2007.

VIGARELLO, Georges. Sistema de esportes, esportes concorrentes. In: ENCREVÉ, Pierre; LAGRAVE, Rose-Marie. **Trabalhar com Bourdieu**. Tradução de Karina Jannini. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p.185-193.

_____. Exercitar-se, jogar. In: CORBIN, A.; COURTINE, J.; VIGARELLO, G. **História do corpo**: Da Renascença às Luzes. Tradução de Lúcia M. E. Orth; revisão da tradução Ephraim Ferreira Alves. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

WEEK-END na serra. 31/03/1951, n. 531, p. 37. In: MAZO, J. **O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967**. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004, CD-ROM.

WEINHEBER, Olga. SHPA começa cedo com prova interna. **Site da Olga.com**. Porto Alegre. 25/01/2012. Disponível em: <
<http://www.sitedaolga.com.br/conteudo.php?conteudo=1188>>. Acesso em: 25 jan.2012.

Locais de Consulta

Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho – Avenida Bento Gonçalves, 1129 – CEP: 90650-000 – Bairro Santo Antônio – Porto Alegre/Rio Grande do Sul

Biblioteca da Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Rua Sarmiento Leite, 320 – Prédio 12103 – Campus Centro – CEP: 90050-170 - Bairro Centro - Porto Alegre/Rio Grande do Sul

Biblioteca da Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Rua Felizardo, 750 – Prédio 31104 – Campus Olímpico – CEP: 90690-020 – Bairro Jardim Botânico - Porto Alegre/Rio Grande do Sul

Centro de Memória do Esporte da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Rua Felizardo, 750 – CEP: 90690-200 – Bairro Jardim Botânico – Porto Alegre/Rio Grande do Sul

Federação Gaúcha de Esportes Equestres – Avenida Juca Batista, 4931 – CEP: 91770-000 – Bairro Belém Novo – Porto Alegre/Rio Grande do Sul

Jockey Club do Rio Grande do Sul – Avenida Diário de Notícias, sem número – CEP: 90810-080 – Bairro Cristal – Porto Alegre/Rio Grande do Sul

Museu da Brigada Militar – Rua dos Andradas, 498 – CEP: 90020-002 – Bairro Centro – Porto Alegre/Rio Grande do Sul

Museu da Comunicação Hipólito José da Costa – Rua dos Andradas, 959 – CEP: 90020-005 – Bairro Centro – Porto Alegre/Rio Grande do Sul

Quarto Regimento de Polícia Montada da Brigada Militar/Regimento Bento Gonçalves – Rua Coronel Aparício Borges, 2001 – CEP: 90680-570 - Bairro Coronel Aparício Borges - Porto Alegre/Rio Grande do Sul

Sociedade Hípica Porto Alegrense – Avenida Juca Batista, 4931 – CEP: 91770-000 – Bairro Belém Novo – Porto Alegre/Rio Grande do Sul

Terceiro Regimento de Cavalaria de Guarda – Regimento Osório – Avenida Salvador França, 201 – CEP: 90690-000 – Bairro Partenon – Porto Alegre/Rio Grande do Sul